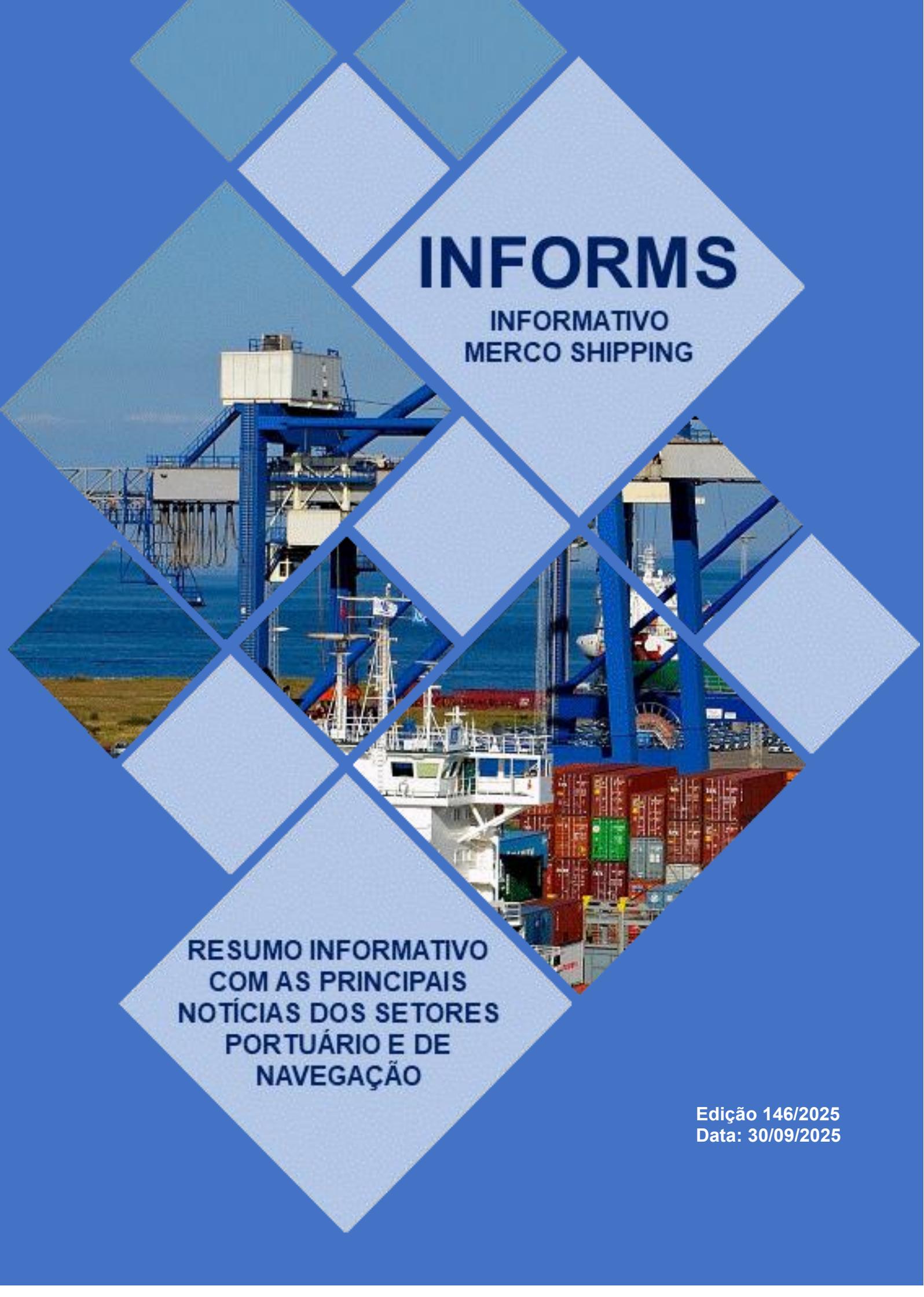


# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 146/2025  
Data: 30/09/2025



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
PORTO DE SANTOS RECEBE VISITA DE COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS QUE ANALISA REVISÃO DE MARCO LEGAL.....	4
NOVO CENTRO DE TREINAMENTO É INAUGURADO NO PORTO DE SANTOS E VAI CAPACITAR ATÉ 5 MIL PESSOAS POR ANO.....	4
ENTIDADES DO AGRO DEFENDEM UNIÃO PARA COBRANÇA DE SOLUÇÕES LOGÍSTICAS .....	5
ANTAQ RECEBE SUGESTÕES PARA A CABOTAGEM; VEJA COMO CONTRIBUIR .....	7
MARINHA FORMA ALUNOS PARA ATUAREM EM NAVIOS DE CARGA E PROMOVE VISITAS AO PORTO DE SANTOS .....	8
TECON SANTOS 10: MPOR CONCORDA COM LEILÃO RESTRITO NO PORTO DE SANTOS.....	10
MEGATERMINAL EM SANTOS: MINISTÉRIO ENTREGA PARECER SOBRE LEILÃO AO TCU E DEFENDE 'MELHOR COMPETITIVIDADE' .....	11
<b>ME – MOVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>12</b>
RAQUEL ANUNCIA ZPE PÚBLICA EM SUAPE PARA DESTRAVAR OPERAÇÃO AGUARDADA DESDE 2010.....	12
SENAI PARK RECEBE INVESTIMENTOS DE R\$ 100 MI EM SUAPE PARA BATERIAS DE LÍTIO E H2V.....	14
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>15</b>
ANTAQ REALIZA VISITA TÉCNICA AO TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ (PR) .....	15
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>16</b>
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO INAUGURA IP4 EM ENVIRA E APRESENTA PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE EIRUNEPÉ NO AMAZONAS .....	16
AVIAÇÃO REGIONAL CRESCE NO SUL DO PAÍS E JÁ REPRESENTA UM TERÇO DO TRÁFEGO AÉREO EM 2025.....	17
BRASIL LANÇA 5ª EDIÇÃO DO PLANO PARA REDUZIR EMISSÕES DE CO <sub>2</sub> NO SETOR AÉREO.....	18
AMAZONAS VAI RECEBER INVESTIMENTOS DE R\$ 1,7 BI DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE PARA A CONSTRUÇÃO DE 188 EMBARCAÇÕES.....	19
BRASIL É REELEITO MEMBRO DO CONSELHO DA OACI PARA O TRIÊNIO 2025-2028 .....	20
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>21</b>
MINISTRO DOS TRANSPORTES DEBATE O FUTURO DAS FERROVIAS BRASILEIRAS EM ENCONTRO NESTA QUARTA (1º) .....	21
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ENTREGA PONTE SOBRE O RIO CURUÇÁ NA BR-319/AM.....	21
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES É UM DOS TRÊS ÓRGÃOS DO EXECUTIVO A CONQUISTAR NÍVEL 3 EM RANKING DE INTEGRIDADE .....	22
RENAN FILHO ANUNCIA R\$ 41 MILHÕES PARA A NOVA BR-349 EM ALAGOAS E VISTORIA OBRAS DA PONTE PENEDO - NEÓPOLIS .....	23
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>26</b>
MANAUS SUPERA ITAJAÍ E PASSA A LIDERAR O RANKING DOS MUNICÍPIOS QUE MAIS IMPORTAM NO BRASIL .....	26
AVIAÇÃO REGIONAL CRESCE NO SUL DO PAÍS E JÁ REPRESENTA UM TERÇO DO TRÁFEGO AÉREO EM 2025.....	27
DESCARBONIZAÇÃO E ACESSO UNIVERSAL À ENERGIA ELÉTRICA PAUTAM FÓRUM EM BELÉM, COM PARTICIPAÇÃO DO IEMA28	
SANTOS BRASIL VENCE CATEGORIA TRANSPORTE, LOGÍSTICA E SERVIÇOS LOGÍSTICOS NO MELHORES E MAIORES DA EXAME .....	29
AUMENTO DO CALADO PARA 13,30 METROS ELEVA POTENCIAL OPERACIONAL DO PÍER CATTALINI .....	30
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>31</b>
EDITORIAL – UMA INICIAVA ESTRATÉGICA .....	31
NACIONAL - HUB – CURTAS - COSTA FILHO DIZ SER CONTRA ANISTIA AOS CONDENADOS POR ATOS GOLPISTAS DE 8 DE JANEIRO.....	31
<i>Contra a anistia</i> .....	32
<i>Lula e o Republicanos</i> .....	32
<i>Ao lado do presidente</i> .....	32
<i>Aviação e o meio ambiente</i> .....	32
<i>Práticas sustentáveis</i> .....	32
<i>Índice em queda</i> .....	32
NACIONAL - BRASIL ATUALIZA PLANO DE REDUÇÃO DE CO <sub>2</sub> NA AVIAÇÃO.....	32
NACIONAL - INFRAESG TALKS DISCUTE CAMINHOS PARA TRANSPORTE E LOGÍSTICA SUSTENTÁVEIS .....	33
REGIÃO NORTE - GOVERNO LIBERA R\$ 1,7 BI PARA CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES NO AMAZONAS .....	34
NACIONAL - PORTO DE ENVIRA É INAUGURADO E PROJETO PARA EIRUNEPÉ APRESENTADO .....	35
REGIÃO NORTE - USINA TERMELÉTRICA NOVO TEMPO BARCARENA INICIA TESTES DE GERAÇÃO .....	36
BRASIL EXPORT - NOVO FÓRUM DO BRASIL EXPORT QUER TRANSFORMAR DEBATES SOBRE MINAS E ENERGIA .....	37
REGIÃO SUDESTE - LEILÃO DO TECON SANTOS 10 TEM MODELO QUESTIONADO PELO TCU .....	40



REGIÃO SUDESTE - COMISSÃO DA CÂMARA REALIZA AGENDA TÉCNICA NO PORTO DE SANTOS .....	41
REGIÃO SUDESTE - MARINHA INAUGURA NOVO CENTRO DE ENSINO PROFISSIONAL NO PORTO DE SANTOS .....	42
REGIÃO NORDESTE - PORTO PIAUÍ FIRMA CONTRATO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO DE CARGAS .....	43
OPINIÃO – ARTIGOS – DIREITO - LAYTIME E DEMURRAGE: DA ANÁLISE DOCUMENTAL COMO FERRAMENTA DE REDUÇÃO DE CUSTOS.....	44
OPINIÃO – ARTIGOS – PLANEJAMENTO - ALÉM DOS TRILHOS: COMO A LOGÍSTICA INTELIGENTE PODE TRANSFORMAR O CUSTO BRASIL EM VANTAGEM .....	45
<b>JORNAL O GLOBO – RJ.....</b>	<b>48</b>
LIRA DIZ QUE COMPENSAÇÃO DO PROJETO DO IR VAI ONERAR: 'NINGUÉM ESTÁ AQUI PARA DOURAR A PÍLULA' .....	48
POR LUÍSA MARZULLO — BRASÍLIA.....	48
RELATOR DA COMPENSAÇÃO AO IOF RECONHECE COMO 'ASSUNTO CRÍTICO' TAXAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO AGRO: 'ESTAMOS DISPOSTOS A NEGOCIAR' .....	49
JUSTIÇA DO RIO MANTÉM MEDIDA QUE PROTEGE AMBIPAR CONTRA EXECUÇÕES DE CREDORES .....	50
INCERTEZA ECONÔMICA RECUA COM MAPEAMENTO DOS IMPACTOS DO TARIFAÇO E POSSÍVEL DIÁLOGO COM EUA.....	51
GALÍPOLO É APONTADO COMO LÍDER EM ASCENSÃO PELA REVISTA TIME .....	52
PELA 1ª VEZ, PÍER MAUÁ QUER CONCILIAR GRANDES EVENTOS E TEMPORADA DE CRUZEIROS .....	53
BRASIL TEM 10% DO ESTOQUE MUNDIAL DE MINERAIS CRÍTICOS, MAS QUASE NÃO PRODUZ .....	53
ITAIPU TESTA USINA SOLAR FLUTUANTE NO RESERVATÓRIO DO PARANÁ .....	55
ENERGIA QUE SURGE DO LIXO AINDA É DESPERDIÇADA NO BRASIL .....	56
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....</b>	<b>58</b>
WEG ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 1,1 BI PARA AUMENTAR PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA.....	58
CADEIA DE ENERGIA EÓLICA CORRE RISCO DE ESTRANGULAMENTO, DIZ PRESIDENTE DE FABRICANTE DE TURBINA .....	59
TCU VÊ PERDA DE CREDIBILIDADE FISCAL COM 'PRÁTICAS REITERADAS' DE GASTOS DO GOVERNO FORA DA META .....	62
GALÍPOLO É ESCOLHIDO PELA REVISTA 'TIME' COMO UMA DAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS GLOBAIS EM ASCENSÃO .....	64
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>64</b>
COM GRANDES PLANOS, PECÉM TERÁ APORTES DE R\$ 2,5 BILHÕES .....	64
CORREDORES SUSTENTÁVEIS NO PARANÁ.....	67
FINALMENTE, TRENS VÃO RODAR NA TRANSNORDESTINA .....	67
RELATOR DA LDO DEVE RETOMAR 'PEDÁGIO' EM EMENDAS PIX .....	69
GOVERNO PRORROGA DIREITO ANTIDUMPING ÀS IMPORTAÇÕES DE LAMINADOS DA CHINA, TAIPE CHINÊS, COREIA DO SUL E UCRAÍNA .....	70
GOVERNO PRORROGA POR 5 ANOS DIREITO ANTIDUMPING ÀS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ALHO DA CHINA .....	71
ARCELORMITTAL FORNECE AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA PARA O SENNA TOWER.....	71
NO MARANHÃO, PARCERIA PARA RECUPERAR FLORESTA .....	73
RIO GRANDE DO NORTE SE DESTACA EM ENERGIA EÓLICA .....	74
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>75</b>
DRAGAGEM MANTEVE EM 15M PROFUNDIDADE DO CANAL DE SANTOS, DIZ APS .....	75
RELATÓRIO DESTACA AVANÇOS DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL E DA MOVIMENTAÇÃO DO TESC EM 2024.....	75
ISENÇÕES AUMENTAM, MAS 74% DAS EXPORTAÇÕES PARA EUA SÃO IMPACTADAS POR TARIFAS EXTRAS, MOSTRA CNI.....	76
APS REFORÇA SEGURANÇA CIBERNÉTICA DO PORTO DE SANTOS .....	77
AMAZONAS VAI RECEBER R\$ 1,7 BI DO FMM PARA CONSTRUÇÃO DE 188 EMBARCAÇÕES .....	77
ACIONISTAS DA SUBSEA 7 APROVAM FUSÃO COM SAIPEM .....	78
RECEITA RETÉM COMBUSTÍVEIS EM DOIS NAVIOS EM NOVA FASE DA OPERAÇÃO 'CADEIA DE CARBONO'.....	78
AUMENTO DO CALADO PARA 13,30M ELEVA POTENCIAL OPERACIONAL DO PÍER CATTALINI .....	79
WILSON SONS INAUGURA NOVA ESTRUTURA DO CT E DA CENTRAL DE REBOCADORES EM SANTOS .....	79
COM UMS, EAS SE APROXIMA DE 80 REPAROS ENTREGUES EM MENOS DE 5 ANOS .....	80
LEILÃO PARA CONCESSÃO DE TRAVESSIAS HIDROVIÁRIAS DE SP SERÁ DIA 13 DE NOVEMBRO .....	81
PARANAGUÁ AMPLIA LINHA DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS COM CHEGADA DE NAVIO GREGO .....	82
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>82</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	82



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## PORTO DE SANTOS RECEBE VISITA DE COMISSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS QUE ANALISA REVISÃO DE MARCO LEGAL

A agenda inclui visitas técnicas a terminais portuários e ao Parque Valongo, além de reunião na Prefeitura de Santos

**Por Bárbara Farias 30 de setembro de 2025**



**Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei 733/2025 visita o Porto de Santos nesta terça (30) (Alexsander Ferraz/AT)**

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei 733/2025, de revisão do marco legal portuário, estará no Porto de Santos nesta terça (30) e na quarta (1). A agenda inclui visitas técnicas a terminais portuários e ao Parque Valongo, além de reunião na Prefeitura de Santos. A iniciativa foi proposta pelo deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), 2º vice-presidente da

comissão.

"Trazer os parlamentares ao complexo portuário santista é essencial para que possamos aprovar um marco regulatório que garanta eficiência, competitividade e desenvolvimento sustentável. A atualização da Lei dos Portos precisa refletir a realidade dos terminais brasileiros e preparar o setor para os próximos anos. O Porto de Santos é responsável por 28% da balança comercial brasileira, movimenta mais de 160 milhões de toneladas de cargas por ano e é um dos maiores polos geradores de emprego e renda da região", ressaltou o parlamentar.

Nesta terça, os membros da comissão visitarão o terminal da BTP, das 15h30 às 16h30. Em seguida, participarão de uma reunião na Prefeitura de Santos, que se estenderá até as 18h30. Para quarta, está prevista uma visita ao Parque Valongo, às 9h40. Na sequência, às 10h, a comitiva embarcará em uma lancha na Ponte de Inspeção Naval, na Ponta da Praia, para visita técnica aos terminais da Eldorado Brasil Celulose e Santos Brasil.

Entre os presentes, estarão os deputados federais Arthur Maia (União-BA), relator da Comissão; Daniela Reinehr (PL-SC), 1ª vice-presidente; Murilo Galdino (Republicanos-PB), presidente da Comissão; e Rosana Valle (PL), membro titular; além do deputado estadual Caio França (PSB).

Participarão ainda da visita o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias; o diretor da Antaq, Alber Vasconcellos; o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini; o prefeito em exercício de Guarujá, Antonio Fidalgo Salgado (Solidariedade), entre outros. Representantes de associações de terminais portuários privados também farão parte da comitiva.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 30/09/2025**

## NOVO CENTRO DE TREINAMENTO É INAUGURADO NO PORTO DE SANTOS E VAI CAPACITAR ATÉ 5 MIL PESSOAS POR ANO

Com investimento de R\$ 3,9 milhões, unidade foi inaugurada no Cais da Marinha

**Por Bárbara Farias 30 de setembro de 2025**



**Com aulas desde segunda (29), Centro de Treinamento de Ensino Profissional Marítimo fica no Cais da Marinha (Alexander Ferraz/AT)**

A Capitania do Portos de São Paulo (CPSP) inaugurou, nesta segunda-feira (29), o novo Centro de Treinamento de Ensino Profissional Marítimo, no Cais da Marinha, no Porto de Santos. A unidade capacitará até 5 mil profissionais por ano, oferecendo cursos nas áreas aquaviária e portuária.

A cerimônia ocorreu no edifício novo e contou com a presença de representantes da Autoridade Marítima e da deputada federal Rosana Vale (PL), que destinou R\$ 3,9 milhões por meio de emenda parlamentar para a construção do imóvel.

O novo centro de educação profissional, localizado entre os armazéns 27 a 29, conta com salas de aula que podem ser convertidas em auditório, refeitório, banheiros acessíveis, simuladores de navegação e operação de equipamentos, além de usina solar para autossuficiência energética.

O capitão dos Portos de São Paulo, capitão de mar e guerra Marcus André de Souza Silva, ressaltou a relevância da nova estrutura para o mercado. “O prédio leva a formação a um novo patamar de qualidade, compatível com a posição do Porto de Santos no cenário mundial. Nossa capacidade de qualificação dobra, alcançando até 5 mil profissionais por ano em cursos diurnos e noturnos. A primeira aula aqui na unidade já começa hoje (ontem) à tarde”.

Rosana Valle comentou que a unidade de ensino proporcionará o acesso da população da Baixada Santista à qualificação profissional. “O Porto de Santos não podia ficar sem um centro como esse. Essa é uma conquista que vai qualificar milhares de santistas e moradores da região, garantindo mão de obra mais preparada para atividades que sustentam tantas famílias”.

Ela destacou que já destinou aproximadamente R\$ 5 milhões à Marinha em emendas parlamentares. “Foram R\$ 3,9 milhões a esse centro e o restante para compra de equipamentos de mergulho para os fuzileiros navais, jet ski, botes, reforma da área de cursos para mestre e arrais, que a gente também equipou”.

Presente ao evento, o comandante do 8º Distrito Naval, vice-almirante Marco Antônio Ismael Trovão de Oliveira, frisou a importância estratégica da formação marítima. “A capacitação de pessoal e a construção naval são pilares da soberania do Brasil no mar, por onde passam 95% das nossas exportações. Esse centro representa um avanço para a competência do País, especialmente em Santos, maior porto da América Latina”, afirmou.

### **Informações**

Interessados podem obter detalhes sobre os cursos e inscrições **no site**.  
<https://www.marinha.mil.br/cpsp/>

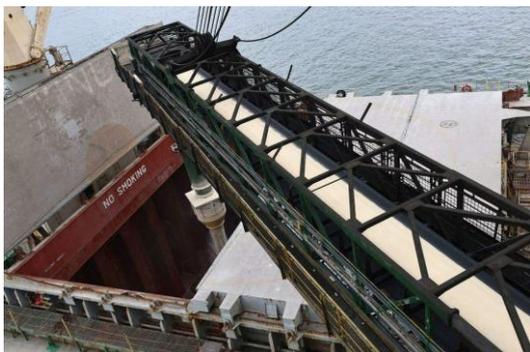
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 30/09/2025

## **ENTIDADES DO AGRO DEFENDEM UNIÃO PARA COBRANÇA DE SOLUÇÕES LOGÍSTICAS**

Associações alertam que os custos extras de transporte e armazenagem reduzem a competitividade do Brasil

**Por Bárbara Farias 30 de setembro de 2025**



***Movimentação de açúcar foi de 8,83 milhões de toneladas no cais santista no primeiro semestre de 2025, queda de 26,8% em comparação a 2024, segundo a Autoridade Portuária (Alexsander Ferraz/AT)***

Associações ligadas ao agronegócio e à exportação de commodities defendem que as entidades que representam a carga precisam atuar de forma conjunta para cobrar soluções logísticas do Governo Federal e leis do Congresso Nacional que garantam maior competitividade ao Brasil no comércio internacional. Representantes das

entidades debateram o tema na última quinta-feira, durante evento em Santos.

O presidente do Comitê de Logística da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea), Brenno Queiroz, defende a aproximação entre as entidades. Segundo ele, o setor de algodão, que em 2024 consolidou o Brasil como maior exportador mundial e terceiro em produção, já vivencia, há pelo menos cinco anos, um processo de debate estruturado. “O impacto é claro: quem perde competitividade é o Brasil. Somos nós, exportadores, que temos de justificar atrasos e custos adicionais ao mercado internacional. Em 2024, movimentamos mais de 200 mil TEU (unidade de medida equivalente a um contêiner padrão de 20 pés), com crescimento de 10% ao ano, mas a infraestrutura está atrasada em relação à produção. Precisamos nos unir e apresentar dados para pedir soluções para os gargalos”, ressaltou.

### **Amadurecimento**

O diretor-presidente da Associação Logística Brasil, André Seixas, foi enfático. “Sem carga, não existe logística”. Para ele, o amadurecimento do setor passa pela capacidade das entidades de atuar de forma integrada, aceitando divergências e evitando protagonismos isolados. “Temos que agregar, e não excluir. Só vamos avançar quando as associações forem mais unidas. Outro ponto é a presença em Brasília: estamos discutindo portos, navegação e projetos de lei que impactam diretamente a logística. Se não atuarmos juntos, outros setores definirão as regras por nós”, advertiu.

Seixas reforçou que as entidades precisam se dar conta de que o que acontece em Brasília recai diretamente sobre os custos do agro, da siderurgia, da mineração, de todos os setores”, disse.

“Hoje, a carga tem voz. Mas, para ser ouvida, precisamos de investimentos, dados técnicos, atuação estratégica no Congresso Nacional e apoio dos associados às suas entidades. O fortalecimento das associações é fundamental para que possamos cobrar soluções efetivas e garantir que o Brasil não perca espaço no comércio global”, diz Seixas.

### **Reflexos**

O diretor técnico do Conselho dos Exportadores de Café (Cecafé), Eduardo Heron, destacou que os gargalos logísticos se refletem diretamente no custo de transporte e armazenagem, elevando despesas como demurrage e detention (cobranças por sobre-estadia de contêineres na importação e exportação).

“Se trabalharmos juntos, com uma pauta logística bem direcionada, podemos mostrar ao Governo a gravidade da situação. Apesar dos recordes de produção, o agronegócio brasileiro paga uma conta muito cara. É papel da carga identificar os problemas, se articular e evitar prejuízos que vêm se acumulando”, afirmou.

Heron ressaltou que a Autoridade Portuária de Santos (APS), o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) têm acolhido discussões técnicas, mas frisou que a iniciativa precisa partir das associações. “É a carga que deve construir e conduzir uma pauta coordenada, porque os impactos recaem sobre o setor produtivo”, completou.

Os representantes reforçaram que a defesa da modicidade tarifária — princípio que busca garantir preços justos e acessíveis para serviços portuários — deve estar no centro das discussões. A meta é equilibrar os interesses das concessionárias com os dos usuários, de modo a preservar a competitividade do país.

A discussão ocorreu no 1º Sugar Day, promovido pela Associação Comercial de Santos (ACS), em parceria com a Associação de Exportadores de Açúcar e Alcool (Aexa).

### Participação

Representantes das associações acreditam que é necessário uma presença mais forte do setor nas discussões políticas com o Governo Federal e integrantes do Legislativo. As entidades lembraram que o que acontece em Brasília recai diretamente sobre os custos dos setores como agronegócio, siderurgia e mineração.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 30/09/2025

## ANTAQ RECEBE SUGESTÕES PARA A CABOTAGEM; VEJA COMO CONTRIBUIR

Tema é afretamento por tempo na navegação

Por *ATribuna.com.br* 28 de setembro de 2025



**Relatório apontou soluções para a cabotagem, com foco no transporte de granéis sólidos e neogranéis (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)**

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) recebe, até o dia 23 de outubro, sugestões sobre afretamento por tempo na navegação marítima na cabotagem. O objetivo é obter contribuições referentes ao relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) preliminar desse tema, que está incluído na Agenda Regulatória 2025/2028. As contribuições podem ser

enviadas pelo formulário eletrônico disponível **no link**.

[https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=J\\_dXjl4OMEGOJC1fflw49n0K73E5IHhLoaDM\\_Mfqnt4tUNVlwQjIGWjRIQzQ4QUxIV1FTWkdKT0E3MSQIQCN0PWcu&route=shorturl](https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=J_dXjl4OMEGOJC1fflw49n0K73E5IHhLoaDM_Mfqnt4tUNVlwQjIGWjRIQzQ4QUxIV1FTWkdKT0E3MSQIQCN0PWcu&route=shorturl)

O relatório apontou algumas soluções, com foco no segmento de transporte de granéis sólidos e neogranéis, como vincular o afretamento a uma carga específica, ampliar prescrições, regulamentar o bloqueio parcial, estabelecer período máximo para o afretamento por tempo, e ampliar a duração e a antecedência da circularização em relação ao embarque.

“A participação social permitirá o aprimoramento dos fundamentos que subsidiarão o aperfeiçoamento dos instrumentos regulatórios relacionados ao afretamento por tempo na navegação de cabotagem”, diz a Antaq, em nota.

Além disso, a agência explica que a atualização é necessária para que os procedimentos de afretamento estejam alinhados aos aperfeiçoamentos trazidos pela Lei da Cabotagem (14.301/2022), chamada de BR do Mar.

A Antaq explica que ainda fará um webinar ao vivo, transmitido pela internet, para a apresentação técnica do relatório de AIR. A data ainda não foi definida.

### Subsídios

A tomada de subsídios integra a abordagem do tema 2.1 da Agenda Regulatória da Antaq 2025/2028, afretamento por tempo na navegação marítima, que também contempla a navegação de apoio marítimo. Entretanto, para esse último segmento, está sendo elaborado um relatório específico, que em breve, será submetido à participação social.

Mais informações sobre a tomada de subsídios estão disponíveis **no link** <https://bit.ly/3VF9R0x>

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/09/2025

## MARINHA FORMA ALUNOS PARA ATUAREM EM NAVIOS DE CARGA E PROMOVE VISITAS AO PORTO DE SANTOS

Alunos passam por centros de instrução militares para aprendizado teórico e prático que dura quatro anos

**Por Nicollas Felix 28 de setembro de 2025**

A passagem do Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico (A140) pelo Porto de Santos no início de julho foi além de uma atração aos visitantes, pois a bordo havia 250 alunos em formação para se tornarem oficiais de Marinha Mercante, ou seja, profissionais que vão atuar em navios de carga. Durante a visita ao maior porto do Hemisfério Sul, eles puderam viver, na prática, situações que aprenderam durante as aulas. Essa etapa faz parte do método utilizado na Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (Efomm), que exige quatro anos de aprendizado.



### **Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico (A140) (Alexsander Ferraz/AT)**

A Efomm possui duas unidades no Brasil: os centros de instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga), no Rio de Janeiro, e Almirante Braz de Aguiar (Ciaba), em Belém, no Pará.

Segundo o comandante do Corpo de Alunos do Ciaga, Celso José Machado, o curso tem três anos de instruções militares, em conjunto com a formação acadêmica. Após esse período, os alunos cumprem um ano de estágio em empresas de navegação, como oficiais da reserva.



### **Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico (A140) (Alexsander Ferraz/AT)**

Os três primeiros anos, explica o comandante, são realizados em regime de internato no centro de instrução. Durante esse período, os alunos têm disciplinas teóricas, como Navegação, Máquina, Eletrônica, Inglês Técnico e Legislação Marítima, além de práticas com simulações em laboratório, exercícios no mar e treinamento militar-naval. “Após o terceiro ano, é realizado o estágio embarcado em navios mercantes, onde o aluno aplica os conhecimentos

adquiridos, na prática da profissão”, diz Machado.



**Maior navio da Marinha do Brasil, o A140 foi construído na Inglaterra e adquirido pelo Brasil em 2018. A embarcação possui 203,4 metros de comprimento e 34 metros de largura. Armazena caminhões e helicópteros e recebe os alunos do curso de formação (FILIPE BISPO/FOTOARENA/ESTADÃO CONTEÚDO)**

Depois da conclusão do curso e do estágio embarcado, o aluno recebe o título de bacharel em Ciências Náuticas e é declarado 2º oficial de Náutica ou de Máquinas da Marinha Mercante, conforme a área de formação. “Ele sai pronto para trabalhar em navios mercantes de

bandeira brasileira ou estrangeira, podendo atuar também em empresas de logística, plataformas offshore, portos, órgãos governamentais e agências reguladoras. São rapidamente absorvidos pelo mercado, dada a qualidade da formação”, afirma Machado.

Novas turmas são formadas anualmente. Para ingressar no curso é necessário ser aprovado em um concurso público, que exige Ensino Médio completo e idades entre 17 e 23 anos, além de aprovação em exames físicos e médicos. Informações sobre as inscrições podem ser acessadas no link.

### **Sonho e orgulho com a profissão**

No Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga), da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (Efomm), no Rio de Janeiro, há atualmente 517 alunos em formação, do 1º ano. É o caso de Maria Eduarda Rodrigues Menendes Hespanhol, de 22 anos, que está no 3º ano de aprendizado na área de Máquinas.

“Busquei uma profissão que me tirasse da zona de conforto e me desafiasse a ser sempre minha melhor versão. Quando descobri a Efomm, percebi que essa seria a oportunidade de alavancar minha carreira profissional”.

Maria Eduarda seguiu o caminho da Marinha Mercante por conta do papel que o setor desempenha na economia global e na vida das pessoas, transportando produtos e insumos em navios cargueiros.



***Maria Eduarda seguiu o caminho da Marinha Mercante por conta do papel que o setor desempenha na economia global e na vida das pessoas (Divulgação)***

“Espero me formar, realizar o período de praticagem, nosso estágio embarcado, me tornar oficial e continuar evoluindo constantemente. Meu sonho é ser realizada na minha profissão, alcançar cargos de liderança, inspirar e ajudar futuros mercantes no início da profissão”.

Ela se interessou pela profissão quando estava no Ensino Médio. Pesquisou mais sobre a carreira e descobriu o universo marítimo e todas as oportunidades e portas que ele poderia abrir.

“Desde que entrei na Efomm, tem sido uma constante evolução. Me tornei uma pessoa diferente, profissionalmente também mudei”.

### **Vocação**

Também no 3º ano de formação, Igor Carvalho Mury, de 21 anos, conta que decidiu se tornar oficial de Marinha Mercante por conta da família.

“A razão principal foi dar orgulho para os meus familiares, por ser algo desafiador e diferente. Mas também gostaria muito de trabalhar no mar e conhecer o mundo, além de poder ajudar os meus pais financeiramente no futuro. É uma profissão muito importante para o País”.



O grande objetivo de Igor ser comandante de navio. Para isso, em seu 1º ano, escolheu se especializar em Náutica.

“No momento, meu sonho é comandar com excelência um navio da Marinha Mercante. Espero enfrentar desafios, dificuldades e também novas experiências, pois essa foi a maneira que utilizei ao longo da vida para poder crescer profissionalmente e pessoalmente”.

***Igor Mury quer dar orgulho para a família com a profissão que escolheu. Ele sonha em ser comandante de navio mercante (Divulgação)***

O oficial em formação elogiou o conteúdo que vem recebendo na Efomm, que considera fundamental para a carreira a bordo. “As aulas são excelentes. Muitos professores são oficiais da Marinha Mercante, o que enriquece muito o conteúdo. Além disso, nós somos sempre estimulados a participar e a tirar as nossas dúvidas”.

Ele cita, ainda, momentos especiais em que teve a oportunidade de embarcar em diversos navios da Marinha do Brasil e colocar na prática os conhecimentos teóricos. “Também vale mencionar as diversas palestras em que os alunos participam durante o ano acadêmico, enriquecendo ainda mais o nosso conhecimento profissional”.

### Porto de Santos

Durante o primeiro ano de formação de Igor e Maria, em 2023, ele participou da comissão Mercantex, um treinamento prático feito pelos alunos a bordo de navios como o Navio-Aeródromo Multipropósito (NAM) Atlântico (A140).

A embarcação militar esteve no Porto de Santos em julho deste ano, além de anos anteriores, sempre aberto para visitação gratuita da população e atraindo grande público. Neste ano, havia 250 alunos a bordo.

Segundo o comandante Celso José Machado, o cais santista foi escolhido como parada aos alunos por sua importância estratégica e econômica, sendo o maior porto do Hemisfério Sul.



**Comandante Celso José Machado afirma que Porto de Santos é escolhido como parada aos alunos por sua importância estratégica e econômica (Divulgação)**

“A visita proporciona aos alunos uma experiência prática de campo onde eles podem observar de perto as operações portuárias, embarcações comerciais, e a interface logística entre mar e terra. Além disso, é uma oportunidade de estreitar laços institucionais com autoridades locais, e empresas do setor marítimo”.

Além disso, o comandante afirma que a “atracação buscou aproximar os futuros oficiais de Náutica e de Máquinas das atividades portuárias do Porto de Santos, servindo inclusive, de modelo de estudos para conclusão de seus cursos de

formação”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 28/09/2025

### TECON SANTOS 10: MPOR CONCORDA COM LEILÃO RESTRITO NO PORTO DE SANTOS

Parecer enviado nesta sexta-feira ao TCU defende limitar participação de operadores que já atuam no cais santista

Por Maurício Martins 27 de setembro de 2025



**A medida proíbe a participação de empresas que já operam terminais de contêineres no Porto de Santos (Alexsander Ferraz/AT)**

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) manifestou oficialmente apoio à restrição imposta pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) no edital de leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10. A medida proíbe a participação de empresas que já operam terminais de contêineres no Porto de Santos, com a



justificativa de impedir que poucos grupos ampliem o domínio sobre o setor. Para o MPor, essa é a solução mais adequada para garantir concorrência de longo prazo, tarifas menores e serviços de melhor qualidade.

A opinião está no parecer entregue ao Tribunal de Contas da União (TCU), protocolado às 22h41 desta sexta-feira (26), último dia do prazo que a Corte deu para manifestação. No documento, que a Tribuna teve acesso, a pasta afirma que o interesse público exige um operador neutro e não atuante no Porto, de modo a reduzir riscos de concentração de mercado.

“O que se apresenta como mais competitivo é o ingresso de um novo player no complexo portuário de Santos, especialmente um jogador que não possua vínculos com elementos mercadológicos já previamente definidos, seja por suas condições jurídicas, seja por já possuir ativos no complexo portuário de Santos”, cita o texto.

A posição acompanha decisão da diretoria colegiada da Antaq e reforça alerta do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que concluiu em nota técnica na quarta-feira (24) que a concessão a empresas que já atuam no cais santista representa possível risco à concorrência. O MPor, porém, contraria a área técnica do TCU, que opinou pelo leilão sem restrições.

O MPor sustenta que a finalidade de um porto público não é maximizar a arrecadação imediata, mas prestar serviço eficiente e competitivo. Embora a ausência de restrições possa elevar a disputa no leilão e aumentar a outorga inicial (valor que o vencedor paga ao poder público), o Ministério considera que isso comprometeria a neutralidade do terminal e reduziria a diversidade de opções para usuários e armadores. A pasta ressalta que, em mercados concentrados, soluções apenas comportamentais, como regras de acesso e monitoramento, são custosas e de difícil fiscalização, além de pouco eficazes.

Por isso, o documento defende medidas estruturais, com limitação clara de quem pode disputar o ativo. “Remédio estrutural adequado para não fechar o País para novas rotas e evitar a perturbação do poder de barganha de grupos específicos sobre toda a cadeia – o que pode vulnerabilizar o País diante da complexidade de nova reconfiguração da geopolítica mundial. De outro lado, a garantia de existência de um porto neutro, permitiria a entrada de armadores independentes e o desenvolvimento de rotas concorrentes”, afirma o parecer.

O Ministério sugere ainda que o TCU avalie a adoção de um modelo de leilão em duas fases, tal como prevê a Antaq. Na primeira, com exigências mais rígidas e valor mínimo de outorga condizente com a relevância do ativo. Se não houver interessados, se abre uma segunda rodada com maior flexibilidade.

O MPor reafirma que segue comprometido em realizar o leilão ainda em 2025, em conformidade com as determinações do TCU e em harmonia com a Antaq. A pasta pontua que mais importante do que arrecadar valores elevados de outorga é assegurar que o maior terminal de contêineres da América do Sul seja entregue a um operador independente, capaz de ampliar a competitividade da cadeia logística nacional.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 27/09/2025**

## **MEGATERMINAL EM SANTOS: MINISTÉRIO ENTREGA PARECER SOBRE LEILÃO AO TCU E DEFENDE 'MELHOR COMPETITIVIDADE'**

Entrega ocorreu nesta sexta (27), último dia dentro do prazo definido

**Por Bárbara Farias 27 de setembro de 2025**

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) enviou nesta sexta-feira (27), no último dia do prazo, parecer sobre o edital de leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10 ao Tribunal de Contas da União (TCU).



**TCU agora vai definir como será a modelagem para leiloar Tecon Santos 10, no cais do Saboó (STS10) (Alexander Ferraz/AT)**

Para A Tribuna, o MPor confirmou o envio do posicionamento ao Tribunal, mas não detalhou o teor, informando apenas que “defende modelos que proporcionem a melhor competitividade para o setor portuário”.

O MPor reiterou que “acatará e implementará qualquer decisão finalística do colegiado de ministros da Corte de Contas”.

O prazo que terminou nesta sexta foi uma prorrogação que a pasta pediu ao TCU para se manifestar. A data inicial era 11 de setembro. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, garantiu que isso não vai atrasar o leilão, que segue prometido para dezembro deste ano.

A resposta do Ministério foi ao parecer final da área técnica do TCU, que opinou pela licitação aberta à participação de todos. Os técnicos são contra a restrição imposta pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), proibindo empresas que já possuem terminais de contêineres no Porto de Santos de participarem do leilão em uma primeira fase. Mas a segunda etapa só seria realizada em caso de não haver interessados na primeira.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) enviou, na quarta-feira, nota técnica ao TCU citando a existência de “riscos de natureza concorrencial” no leilão. Esses riscos, diz o Cade, ocorreriam na concessão do megaterminal a empresas que já têm terminais de contêineres em Santos (sobreposição horizontal) ou que atuam como armadoras, donas de navios (integração vertical).

Apesar disso, o Cade afirma que essas preocupações são hipotéticas e que apenas uma análise concreta, em processo de concentração econômica instruído, permitiria conclusões definitivas.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 27/09/2025**



## ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

### RAQUEL ANUNCIA ZPE PÚBLICA EM SUAPE PARA DESTRAVAR OPERAÇÃO AGUARDADA DESDE 2010

União avaliará se a ZPE pública poderá coexistir com a concessão anterior, que é privada e permanece com a Conepar

**Por Patrícia Raposo - De Recife [patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br](mailto:patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br)**

O Governo de Pernambuco formalizou, em Brasília, um protocolo de intenções para a instalação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Pernambuco, que será estruturada e gerida diretamente pelo Complexo Industrial Portuário de Suape. A iniciativa marca uma mudança em relação ao modelo inicial, concedido em 2010 à empresa Conepar, em Jaboatão dos Guararapes, que até hoje não saiu do papel. A formalização do compromisso foi feita com as assinaturas entre a governadora Raquel Lyra e o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.



***Raquel Lyra assinou, junto com Geraldo Alckmin, o protocolo para implantação da ZPE pública em Suape/Foto\_ Júlio César Silva\_MDIC***

No Brasil, há dois tipos de ZPEs: as públicas, administradas por entes estatais, e as privadas, com concessão a empresas, como foi o caso da Conepar em Pernambuco. O modelo municipal concedido a Jaboatão e à Conepar permanece válido, sem impedimento para atuação da companhia, mas diante da agenda de projetos estruturantes em energia limpa e indústrias voltadas à exportação, a gestão pública foi

considerada a alternativa mais adequada. Além disso, o governo tem pressa.

Para a governadora Raquel Lyra, a implantação da ZPE em Suape é um passo importante para fortalecer a economia pernambucana e gerar novas oportunidades para o Estado, impulsionando a industrialização.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti, explicou que o Governo do Estado solicitou ao Governo Federal a concessão da ZPE pública em Suape e que caberá à União avaliar se ela pode coexistir com a concessão anterior, que permanece com a Conepar em Jaboatão.

***“Nós pedimos a concessão da ZPE em Suape ao Governo Federal, e será feita uma avaliação sobre a possibilidade de existirem duas áreas autorizadas. A Cone tem a concessão há muitos anos, mas não a explorou. O modelo público em Suape surge justamente para viabilizar um projeto mais amplo e estratégico para Pernambuco”, afirmou Cavalcanti.***

Com a ZPE sob gestão de Suape, o estado pretende alinhar os investimentos à estratégia de consolidar o porto como hub da nova economia verde e de ampliar a inserção de Pernambuco em cadeias globais de exportação. A ZPE pública em Suape surge como alternativa mais ampla e viável para destravar esse projeto estratégico e atender às demandas atuais do Estado.

### **Projetos estruturantes para ZEP**

O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), desenvolvido em parceria com a FGV Transportes, já confirmou a viabilidade da implantação da ZPE em Suape, com investimentos previstos de R\$ 271,5 milhões em infraestrutura, acessos e área alfandegada.

Segundo o diretor-presidente de Suape, Armando Monteiro Bisneto, a ZPE pernambucana já nasce com três empreendimentos-âncora voltados à transição energética. Dois deles, da European Energy e da GoVerde, já assinaram contrato com o porto, e um terceiro projeto está em fase de finalização, condicionado à formalização da ZPE.

“O foco será na produção de hidrogênio verde e e-metanol para exportação, o que coloca Pernambuco no centro da agenda global de energia sustentável”, destacou Monteiro Bisneto.

A empresa que se instalar na ZPE terá acesso a tratamentos tributários, cambiais e administrativos específicos. A iniciativa tem como objetivo alavancar negócios, impulsionar a industrialização sustentável e promover a inserção de Pernambuco em cadeias globais de exportação.

A ZPE privada de Suape foi criada em janeiro de 2010. Ela é municipal, com sede em Jaboatão dos Guararapes, mas ocupa parte do território estratégico de Suape, numa área de 198,84 hectares. Em

maio de 2024, em entrevista ao Movimento Econômico, o secretário Guilherme Cavalcanti já sinalizava na ocasião que, embora o estado preferisse trabalhar com os instrumentos existentes, ou seja com a concessão dada ao Conepar, não descartava a possibilidade de realização de estudos para uma concessão pública num cenário em que a atuação privada não se viabilize.

*Fonte: ME – Movimento Econômico*

*Data: 30/09/2025*

## SENAI PARK RECEBE INVESTIMENTOS DE R\$ 100 MI EM SUAPE PARA BATERIAS DE LÍTIO E H2V

Além das baterias, o Senai Park, centro de inovação e tecnologia de ponta, vai desenvolver um projeto de hidrogênio sustentável e a transformação digital

*Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife [angela.belfort@movimentoeconomico.com.br](mailto:angela.belfort@movimentoeconomico.com.br)*



**Centro de tecnologia Senai Park em Suape, quando estava em obras. Foto: Fiepe/Senai/Divulgação**

Seis grandes empresas do setor automotivo se juntam num projeto que vai implantar uma fábrica piloto de baterias de lítio de baixa tensão de 12 e 48 volts no Senai Park que será inaugurado no dia 20 de outubro no Complexo Industrial Portuário de Suape. Além das baterias, o centro de inovação e tecnologia de ponta vai desenvolver um projeto de hidrogênio sustentável e a transformação digital para conectar a indústria na busca por novas soluções e produtos. Num primeiro momento, o empreendimento recebeu investimento de cerca de R\$ 100 milhões, implantando um ambiente que vai reunir empresas,

pesquisadores e plantas piloto.

Até agora, os dois projetos âncora do centro são os de bateria de lítio e o de hidrogênio sustentável. O projeto de baterias de lítio de baixa tensão representou um investimento de R\$ 40 milhões e faz parte do programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), do governo federal, que estimula investimentos em novas tecnologias.

“Um dos objetivos é nacionalizar o desenvolvimento destas baterias no Brasil”, resume o diretor de Inovação e Tecnologia do Senai-PE, Oziel Alves, que está à frente da implantação do Senai Park. A finalidade da planta piloto é projetar uma linha de produção inteligente para os dois tipos de baterias usando inteligência artificial (IA), gêmeos digitais e engenharia nacional.

As baterias são para eletrificação veicular, podendo ser usadas em veículos híbridos ou híbridos flex. Também vai ser estudado e criado um sistema de carga e descarga da bateria, conhecido como BMS.

Ainda no projeto das baterias de lítio, os recursos saíram do Mover; da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii); da Stellantis, via montadoras PSA e FCA que pertencem ao grupo; da Volkswagen; da Baterias Moura; da lochpe-Maxion – empresa que desenvolve componentes automotivos -; e da Horse, fábrica de motores da Renault.



**Eletrólizador da planta piloto de hidrogênio sustentável do Senai Park, em Suape. Foto: Fiepe/Divulgação**

O mesmo projeto conta com parcerias tecnológicas de empresas como Siemens, Mendix, Snow Flake, além de outras instituições como o Senai conectando

também a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

### Planta piloto de hidrogênio sustentável está no Senai Park

O Senai Park está produzindo hidrogênio verde numa planta piloto via eletrólise. “O nosso objetivo é desenvolver tecnologias para a indústria, acelerar essas tecnologias e impulsionar o uso das mesmas pelo setor, saindo de uma planta piloto para uma escala industrial”, define Oziel Alves. E acrescenta: “A intenção é acelerar a convergência entre a transição energética e a transformação digital”. Ele diz que qualquer empresa pode usar a infraestrutura existente do centro tecnológico.

No projeto de digitalização da cadeia de indústria de hidrogênio sustentável, estão sendo estudadas a produção, a aplicação industrial, o envase e transporte do H2V, a aplicação em veículos de pequeno porte, o ciclo de vida do eletrolisador – analisando as melhores condições de custo-benefício, melhor horário de funcionamento – entre outros. Os estudos envolvem inteligência artificial e gêmeos digitais.

As empresas que participam do projeto acima são a Atiaia Energia, Compesa, CTG Brasil, Hytron, Neuman & Esser, entre outras.

O Senai Park se instalou numa área de 1,4 hectare próximo ao centro administrativo do Porto de Suape. O empreendimento foi construído em módulos para agregar novos setores, quando for necessário. “Temos uma pipeline de projetos em prospecção que podem resultar em investimentos de R\$ 200 milhões”, conta Oziel, dizendo que o centro quer ser “a ponte” entre a indústria tradicional e a do futuro, que pode encontrar novos modelos de negócios.

O Senai também bancou as obras para a instalação do empreendimento que foi anunciado, em 2022, inicialmente como um centro de pesquisa e inovação na área de hidrogênio verde. O Porto de Suape também abraçou este projeto.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 30/09/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### ANTAQ REALIZA VISITA TÉCNICA AO TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ (PR)

Comitiva acompanhou a logística de movimentação de cargas da instalação



Brasília, 30/09/2025 - Representantes da Unidade Regional de Curitiba da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizaram visita técnica ao Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP), no Paraná.

Na última semana, entre os dias 24 a 26, foi feita uma conferência da logística do terminal, principalmente em temas como a gestão de gates da instalação, com foco nos procedimentos e tecnologias para dinamizar a entrada e saída de veículos e contêineres nas áreas de acesso à estrutura.

A comitiva da ANTAQ acompanhou ainda o momento em que o navio agenda sua escala, passando pelo envio dos bookings, cadastro dos contêineres, mudanças de programação, abertura de janelas e faturamento.

Também foram feitas visitas técnicas a alguns usuários - importadores e exportadores -, transportadoras e um depot - instalação dedicada ao armazenamento, manutenção e reparo de

contêineres de carga vazios. A gerente de Coordenação das Unidades Regionais, Flávia Pontilhão, explicou que “a ideia das visitas foi entender as dificuldades de todos os elos da cadeia logística de contêiner”.

Ela destacou ainda que foi possível compreender melhor o impacto dessas medidas no mercado e as possibilidades de solução de conflitos. “É um mercado muito dinâmico e que precisa de um olhar muito atento e próximo da ANTAQ, para equilibrar todas as relações”.

O intuito é que as unidades regionais façam novas visitas em breve em outros estados para a conferência de como estão as dinâmicas logísticas e auxiliar no ganho de eficiência nos portos brasileiros.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: [asc@antag.gov.br](mailto:asc@antag.gov.br)**

**Data: 30/09/2025**

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### MINISTRO SILVIO COSTA FILHO INAUGURA IP4 EM ENVIRA E APRESENTA PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE EIRUNEPÉ NO AMAZONAS

Obras somam quase R\$ 40 milhões e vão beneficiar mais de 50 mil habitantes do interior do estado

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve nesta segunda-feira (29) no interior do Amazonas para reforçar a política de expansão das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4). Em Envira, inaugurou o novo porto da cidade, enquanto em Eirunepé participou da apresentação do projeto de modernização do terminal hidroviário local.



**Ministro Silvio Costa Filho inaugura IP4 em Envira e apresenta projeto de modernização do porto de Eirunepé no Amazonas - Foto: Matheus Fagundes**

A obra de Envira, executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), recebeu investimento de R\$ 37,6 milhões e beneficiará diretamente os 17,1 mil habitantes do município. Localizado em uma região sem acesso rodoviário, Envira depende exclusivamente da navegação fluvial para transporte de passageiros, alimentos, medicamentos e bens essenciais. O novo portinho garante embarque e desembarque seguros em períodos de cheia e vazante, reduz custos logísticos, amplia as condições de escoamento da produção agrícola e do pescado e assegura o fornecimento contínuo de insumos básicos.

Já em Eirunepé, município com população estimada em 33,1 mil habitantes, o ministério apresentou o projeto para construção de um IP4 moderno, também sob responsabilidade do Dnit. O investimento previsto é de R\$ 2 milhões, atualmente em fase preparatória para licitação. O local será essencial para uma cidade sem ligação por rodovias, cuja economia é fortemente baseada na agropecuária, responsável por quase metade do PIB municipal, e que depende integralmente da navegação fluvial para transporte de insumos, passageiros e mercadorias.

“Com os investimentos que estamos realizando em Envira e em Eirunepé, reafirmamos o compromisso do Governo Federal em garantir segurança, reduzir desigualdades e integrar os

municípios do interior do Amazonas por meio da navegação interior”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho e destacou ainda que a política de construção e modernização dos IP4 reafirma o esforço do governo em oferecer soluções logísticas sustentáveis para a Amazônia, além de fortalecer a indústria naval regional e a integração entre os municípios que dependem das hidrovias.

A expansão da rede de IP4 no Amazonas já contempla unidades entregues em Itacoatiara e Barcelos e prevê novos empreendimentos em municípios como Fonte Boa, Tefé, Tonantins e Parintins. O objetivo é assegurar mobilidade, reduzir desigualdades e ampliar as oportunidades de desenvolvimento econômico e social para comunidades ribeirinhas que dependem exclusivamente das hidrovias.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 29/09/2025

## AVIAÇÃO REGIONAL CRESCE NO SUL DO PAÍS E JÁ REPRESENTA UM TERÇO DO TRÁFEGO AÉREO EM 2025

Crescimento na movimentação da região já responde por 33,77% do tráfego; capitais lideram a movimentação, mas aeroportos de menor porte fortalecem a conectividade



**O crescimento da aviação regional é acompanhado por investimentos federais em infraestrutura, além de melhorias gerais na segurança das operações aéreas - Foto: Julio Cavalleiro/Divulgação**

A aviação regional no Sul do Brasil já responde por 33,77% do tráfego aéreo do país em 2025. O crescimento é impulsionado tanto pelas capitais: Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, quanto pelos aeroportos regionais, que ampliam a conectividade e fortalecem o turismo, os negócios e a logística local.

Somente em agosto deste ano, o Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, registrou 599,4 mil passageiros. Em seguida vieram os aeroportos de Curitiba e Florianópolis, que registram 495,2 mil e 310,4 mil respectivamente. Já entre os destaques regionais estão Navegantes, com 180 mil passageiros; Maringá, com 78,7 mil; e Londrina, Joinville e Chapecó, que movimentaram entre 44 mil e 57 mil passageiros. Esses aeroportos desempenham papel estratégico na integração dos estados, no apoio ao turismo e no transporte da produção local.



Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os números refletem os investimentos que estão sendo feitos nos aeroportos da região, seja pelo governo, seja pelas concessionárias. “A aplicação de recursos em infraestrutura aeroportuária melhora os serviços prestados à população, amplia a conectividade entre cidades e contribui para o crescimento econômico da região.”, destacou.

O crescimento da aviação regional é acompanhado por investimentos federais em infraestrutura, incluindo R\$ 13,6 milhões em sistemas de aproximação de precisão (PAPs) para 13 aeroportos

regionais, além de melhorias gerais na segurança das operações aéreas. Concessões e parcerias público-privadas também impulsionaram investimentos em operação, manutenção e expansão de aeroportos, como os de Passo Fundo (R\$ 66,24 milhões) e Santo Ângelo (R\$ 35,99 milhões), no Rio Grande do Sul. Recursos adicionais foram destinados à construção e recuperação de vias de acesso aos aeroportos, melhorando a conectividade e facilitando o transporte de passageiros e cargas.

### Voos internacionais

A expansão da aviação regional não se limita ao mercado doméstico. Em agosto, as três capitais concentraram praticamente toda a movimentação internacional do Sul, com destaque para Florianópolis (52,47%), Porto Alegre (31,27%) e Curitiba (13,26%). Com passageiros vindos de turismo, negócios e transporte de cargas, os aeroportos do Sul reforçam a integração dos polos econômicos locais aos principais mercados do país e do exterior.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*

*Data: 29/09/2025*

## BRASIL LANÇA 5ª EDIÇÃO DO PLANO PARA REDUZIR EMISSÕES DE CO<sub>2</sub> NO SETOR AÉREO

Coordenado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, documento prevê uso de combustíveis sustentáveis, mais eficiência operacional e metas alinhadas a organizações internacionais



### *Ministério lança plano para redução da emissão de CO<sub>2</sub> no setor aéreo - Foto: Diego Baravelli/MPor*

O Brasil acaba de divulgar a 5ª edição do Plano de Ação para a Redução das Emissões de CO<sub>2</sub> na Aviação Civil Brasileira. O lançamento ocorreu durante a 42ª Assembleia da Organização Internacional da Aviação Civil (Oaci), que acontece entre os dias 23 de setembro a 3 de outubro, em Montréal, no Canadá.

O documento faz parte de esforços internacionais e do cumprimento das obrigações do Brasil junto à Oaci para a redução de emissões de CO<sub>2</sub> na aviação civil. A iniciativa do Governo Federal é coordenada pelo Ministério de Portos e Aeroportos, com participação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e de representantes do setor aéreo.

Para o ministro Silvio Costa Filho, o plano reforça o compromisso do país com políticas públicas alinhadas com a sustentabilidade e a descarbonização do setor. “O Ministério de Portos e Aeroportos está comprometido com a adoção de práticas sustentáveis que assegurem benefícios tanto para a preservação ambiental quanto para o fortalecimento da cadeia logística da aviação civil”, destacou o ministro Silvio Costa Filho.

As projeções mostram que a aviação brasileira deve avançar em sustentabilidade nos próximos anos. Embora o total de emissões de gases de efeito estufa aumente até 2035, em razão da expansão do setor, o índice de Intensidade de Emissões aponta para uma trajetória de queda. Isso significa que, proporcionalmente, a aviação vai poluir menos, sinalizando ganhos de eficiência ambiental e um futuro mais sustentável.

### Desafios

A nova edição do Plano de Ação para a Redução das Emissões de CO<sub>2</sub> na Aviação Civil Brasileira traz novidades importantes, como a incorporação da Lei do Combustível do Futuro (Lei 14.993/24), que estabelece o uso escalonado de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) no país, determinando que as operações domésticas passem a adotar 1% de SAF a partir de 2027, chegando a pelo menos 10% em 2037.

O documento também reforça o foco em programas regulatórios de impacto ambiental, como o Aeroportos Sustentáveis e o SustentAr, que promove e reconhece ações de sustentabilidade nas operações aéreas de empresas brasileiras, além de estimular medidas operacionais e inovações tecnológicas para aumentar a eficiência do setor.

O documento destaca que o setor aéreo brasileiro vem registrando avanços consistentes em eficiência ambiental. Nos últimos 20 anos, o consumo de combustível cresceu, em média, 2,4% ao ano, na aviação doméstica, enquanto o Revenue Tonne-Kilometer (RTK), indicador que mede o volume de passageiros e cargas transportados por quilômetro, avançou a uma taxa média de 4,35% ao ano.

### Histórico

A parceria entre os órgãos em assuntos relacionados à sustentabilidade começou em 2013, ano de lançamento da primeira edição do plano de ação. Desde então, ocorreram atualizações em 2016, 2019 e 2022, que aperfeiçoaram as metodologias de cálculo e incluíram novas medidas para a redução das emissões. O objetivo é contribuir com os esforços da Oaci para reduzir o impacto da aviação civil e cumprir as metas relativas às mudanças climáticas, além de sistematizar as medidas de mitigação em curso no Brasil.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*

*Data: 29/09/2025*

## AMAZONAS VAI RECEBER INVESTIMENTOS DE R\$ 1,7 BI DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE PARA A CONSTRUÇÃO DE 188 EMBARCAÇÕES



Anúncio foi feito pelo ministro Silvio Costa Filho em visita ao estado nesta segunda-feira; ministro também vai inaugurar portos fluviais em Eirunepé e Envira

***Cada comboio reúne 16 barcaças e cada uma dessas embarcações transporta 50 mil toneladas de minério***

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou nesta segunda-feira (29), em Manaus (AM) investimentos de R\$ 1,7 bilhão do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para a construção de 188 embarcações no estado do Amazonas. Os empreendimentos, que serão desenvolvidos pelas empresas LHG Mining e Hermasa, vão gerar 10 mil empregos e trazer renda para população e desenvolvimento para a região ribeirinha. Além do anúncio de recursos do FMM, o ministro cumpre outras agendas no estado, como a inauguração do porto fluvial de Envira e o anúncio obras de modernização da instalação portuária de Eirunepé, no Amazonas.

“As entregas que estamos fazendo hoje estimulam a sustentabilidade, da descarbonização, redução de custo logístico do Brasil e promovem a geração de emprego e renda no Amazonas, especialmente para a população ribeirinha, e reforçam a política do Governo Federal de retomada da indústria naval brasileira em todo o País”, afirmou o ministro, lembrando que desde 2023, já foram priorizados R\$ 70 bilhões do FMM para aplicação em projetos, volume três vezes maior que o aprovado no período entre 2019 e 2022. “Já são mais de R\$ 25 bilhões em crédito, através do Fundo da Marinha Mercante, recursos também para projetos da Petrobras e projetos como esse, que é fundamental para o escoamento da produção brasileira”, reforçou.

Pela manhã, o ministro participou da cerimônia de entrega das primeiras balsas de minério de ferro, do projeto da LHG Mining, no Estaleiro Juruá. Ao todo serão 128 embarcações previstas para o Amazonas, com investimentos de R\$ 1,36 bilhão no estado, com financiamento do Fundo da Marinha Mercante. A empresa construirá um total de 400 barcaças e 15 empurradores, com investimento total de R\$ 4,3 bilhões, nos estados do Amazonas, Bahia, Pará e São Paulo.

Já a Hermasa está responsável pela construção de 60 balsas graneleiras e 2 empurradores, incluindo modelos com capacidade de até 2 mil toneladas. O investimento é de R\$ 384,3 milhões, com recursos do FMM.

Em sua fala, o ministro evidenciou a importância da navegação fluvial para a estimular medidas de sustentabilidade, como redução da emissão de gases de efeito estufa, desafogando estradas e mantendo a movimentação de caminhões em trajetos mais curtos. Cada comboio reúne 16 barcaças, e cada uma dessas embarcações transporta 50 mil toneladas de minério, o que corresponde a 1.250 caminhões no total.

“Nós estamos trabalhando muito ao lado do presidente Lula, ao lado do senador Eduardo Braga para que a gente possa transformar o Amazonas cada vez mais numa região estratégica para o Brasil como hub de desenvolvimento. Não só através desse plano logístico, mas também através das nossas barcaças, que são fundamentais para o escoamento da produção e para redução dos custos logísticos. Essa pauta dialoga com a agenda da sustentabilidade, como também é uma prioridade do presidente Lula a duplicação da BR 319” acrescentou.

O evento contou com a participação dos senadores Amazonenses, Eduardo Braga e Omar Aziz. O senador Aziz ressaltou os benefícios dos investimentos para a população. “Trazer novos investimentos pra cá e, com isso, gerar prosperidade na população, gerar emprego, gerar renda, e principalmente ajudar a construir o país que nós queremos pra todos”, afirmou.

Eduardo Braga, por sua vez, ressaltou a importância da navegação como um dos principais meios de transporte da região. “Muitas vezes é o único meio de transporte na Amazônia”, afirmou Braga, ressaltando a importância de se conhecer a realidade do Amazonas e suas necessidades. “As contratações dos estaleiros são uma demonstração de um Brasil que dá certo, que gera emprego e se prepara para o futuro”, acrescentou.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 29/09/2025**

## **BRASIL É REELEITO MEMBRO DO CONSELHO DA OACI PARA O TRIÊNIO 2025-2028**

Votação aconteceu neste sábado (27), durante a 42ª Assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci)



**Votação aconteceu neste sábado (27) na 42ª Assembleia da Oaci, em Montreal, Canadá. - Fonte: Comunicação Oaci**

O Brasil foi reeleito membro do Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) para o triênio 2025-2028, com 167 votos. A votação aconteceu neste sábado, 27, durante a 42ª Assembleia da Oaci, em Montreal, Canadá, em que Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) lidera a delegação brasileira. O país tem sido eleito de forma ininterrupta desde a criação do organismo, em 1947.

O Conselho é o órgão executivo da Oaci, ou seja, é a unidade responsável pela implementação das decisões e pelo funcionamento diário da organização. Tem diversas competências relacionadas à aviação civil internacional, incluindo a tomada de decisões, a supervisão técnica do setor e a construção do plano de trabalho do organismo.

Ao todo, o Conselho tem 36 países membros, divididos em três grupos. Além do Grupo 1, do qual o Brasil faz parte, há o Grupo 2 com os Estados que mais contribuem para a oferta de instalações para



a navegação aérea civil internacional e o terceiro grupo com os Estados que garantem representatividade geográfica.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio da Costa Filho, comemorou o resultado. “A participação do Brasil reforça a nossa liderança na aviação civil internacional. Fazer parte deste colegiado é estratégico para moldar o futuro, a eficiência e a integração do setor”, destacou.

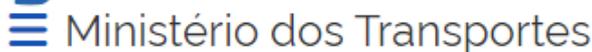
Presente na Assembleia, o secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos, (SNAC/MPor), Daniel Longo, explicou a importância da participação brasileira para o fortalecimento do setor aéreo. “O Conselho da Oaci é determinante para o progresso da aviação civil internacional, ao garantir decisões técnicas e estratégicas que orientam o setor no mundo todo”, enfatizou.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 27/09/2025**



Presidência da República



## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### MINISTRO DOS TRANSPORTES DEBATE O FUTURO DAS FERROVIAS BRASILEIRAS EM ENCONTRO NESTA QUARTA (1º)

IX Brasil nos Trilhos, que acontece em Brasília, reúne principais atores do setor para pensar sustentabilidade e inovação no transporte de cargas pelo modal

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participa nesta quarta-feira (1º), da abertura do “Brasil nos Trilhos: Sustentabilidade em Movimento”, principal evento do setor ferroviário de cargas do país.

Em 2024, 150 milhões de Toneladas Úteis (TU) foram transportadas pelas ferrovias brasileiras, superando o recorde anterior, registrado em 2023, o maior dos últimos 19 anos. Um cenário em expansão, que reforça a importância do debate acerca do papel estratégico das ferrovias na logística nacional.

Além de Renan Filho, o secretário-executivo da pasta, George Santoro, também participa do evento, no painel “Rumo à COP30: ferrovias como solução climática”, e Leonardo Ribeiro, secretário Nacional de Transporte Ferroviário, falará sobre o Plano Nacional de Ferrovias.

#### Cobertura de imprensa

Profissionais de imprensa interessados em cobrir o encontro precisam realizar o credenciamento prévio aqui.

#### Serviço

IX Brasil nos Trilhos – Sustentabilidade em Movimento

Data: Quarta-feira, 1º de outubro

Horário: 9h

Local: Centro Internacional de Convenções do Brasil - Setor de Clubes Esportivos Sul - Asa Sul - Brasília (DF)

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 30/09/2025**

### MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ENTREGA PONTE SOBRE O RIO CURUÇÁ NA BR-319/AM

Com investimento de R\$ 28,4 milhões, nova estrutura melhora mobilidade da população



***Estrutura sobre o Rio Curuçá fortalece a ligação entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO) e melhora o transporte na BR-319/AM - Foto: Divulgação/DNIT***

Travessia essencial para a conexão entre as capitais Manaus (AM) e Porto Velho (RO), o Ministério dos Transportes inaugurou a nova ponte sobre o Rio Curuçá, no Amazonas, com investimento de R\$ 28,4 milhões. A estrutura substitui a ponte que colapsou em 2022 e fortalece a mobilidade da população da região.

A nova ponte, localizada no km 23,10 da BR-319/AM, entre os municípios de Castanho e Careiro da Várzea, possui 150 metros de extensão, 60 metros a mais que a anterior, e 13 metros de largura. A obra representa um importante avanço para a conectividade e a qualidade de vida das comunidades locais, que dependem dessa via para o acesso a serviços públicos, transporte de insumos e escoamento da produção local.

A construção foi realizada em caráter emergencial pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e enfrentou desafios técnicos devido às características geológicas da região e às variações no nível do Rio Curuçá ao longo do ano. A cheia e a vazante do rio exigiram adaptações no projeto e na execução, que foram superadas pelas equipes.

Além da mobilidade da população, a nova ponte também tem impacto direto na economia da região, ao reduzir a dependência dos modais aéreo e fluvial.

A obra é mais um passo importante para o desenvolvimento da infraestrutura no Amazonas. O Governo Federal segue com os esforços para a construção de uma nova ponte sobre o Rio Autaz Mirim, no km 24,6 da BR-319/AM, com previsão de conclusão até o final deste ano.

Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 29/09/2025**

## **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES É UM DOS TRÊS ÓRGÃOS DO EXECUTIVO A CONQUISTAR NÍVEL 3 EM RANKING DE INTEGRIDADE**

Avaliação da CGU aponta avanço em prevenção à corrupção, ética pública e governança; a meta é atingir o Nível 5 até dezembro



***Integridade, transparência e responsabilidade: pilares que levaram o Ministério dos transportes ao Nível 3 no ranking da CGU. - Foto: Jerônimo Gonzalez/MT***

Em reconhecimento como uma das gestões mais eficazes do Governo Federal, o Ministério dos Transportes comemora a classificação Nível 3 na avaliação de integridade pública, realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), com 100% de implementação dos elementos analisados. O objetivo é alcançar o Nível 5 de excelência até dezembro de 2025.

“A meta está traçada, rumo ao nível máximo de integridade. Esse progresso só é possível com o engajamento das nossas equipes e a convicção de que a integridade não é uma meta isolada, mas o fundamento de toda política pública que transforma realidades. Seguiremos avançando com

transparência, estratégia e responsabilidade”, celebrou o secretário-executivo da pasta, George Santoro.

O Modelo de Maturidade em Integridade Pública (MMIP), ferramenta utilizada pela CGU para medir o desempenho dos órgãos federais, avaliou aspectos como governança, transparência, prevenção à corrupção e ética pública. O mérito do Ministério dos Transportes é resultado de esforços contínuos para estruturar e implementar processos robustos nas diretrizes.

"Alcançar esse patamar não é apenas um selo de excelência, mas também um incentivo para que continuemos aprimorando nossos processos e fortalecendo a cultura de integridade dentro do ministério. Esse resultado é fruto de um trabalho conjunto, de servidores dedicados e de uma gestão que valoriza a integridade como pilar essencial para o desenvolvimento do nosso país", detalhou o chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério dos Transportes, Henrique Barros.

Entre as iniciativas que têm impulsionado a atuação do órgão está o Plano de Integridade 2024-2027, aprovado pela Portaria MT nº 525/2024, que transforma objetivos como o comprometimento da alta gestão, a conscientização sobre assédio e discriminação, o fortalecimento da transparência ativa e passiva, capacitações sobre temas de integridade e o engajamento das áreas técnicas em ações práticas.

Além da pasta dos Transportes, apenas mais dois órgãos do Executivo atingiram o Nível 3 do ranking, entre eles o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

### De olho na meta

Para alcançar o Nível 5 até dezembro de 2025, o Ministério dos Transportes tem adotado estratégias alinhadas aos mais altos padrões de governança pública. Entre as novidades, estão a criação dos Comitês de Governança e Controle Interno, além de políticas de sustentabilidade e prevenção ao nepotismo.

No próximo dia 20 de outubro, em Brasília, ocorre a 4ª edição do Workshop Integridade em Foco, que reunirá especialistas da Comissão de Ética Pública (CEP) e da CGU para debater o conflito de interesses e nepotismo, com foco no fortalecimento da ética, transparência e impessoalidade no serviço público.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**  
**Data: 29/09/2025**

## RENAN FILHO ANUNCIA R\$ 41 MILHÕES PARA A NOVA BR-349 EM ALAGOAS E VISTORIA OBRAS DA PONTE PENEDO - NEÓPOLIS

"A construção dessa ponte significa a materialização de um sonho histórico. Vai ser um novo momento para essa região de Alagoas", afirmou o ministro



Rodovias modernizadas são mais que sinônimo de segurança, são um vetor fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de uma região. E essa é a prioridade do Ministério dos Transportes, que anunciou nesta sexta-feira (26) R\$41,2 milhões para obras que vão revitalizar totalmente a recém-federalizada BR-349/AL.

**Integradas ao Novo PAC, as obras na BR-349/AL incluem recuperação total de um trecho de 126,9 quilômetros da estrada. - Foto: Michel Corvello/MT**

As melhorias contemplam 126,9 quilômetros da rodovia e irão beneficiar diretamente 300 mil moradores das cidades de Barra de São Miguel, Marechal Deodoro, Penedo, Coruripe, Roteiro e Jequiá da Praia.

“Por onde passa moto, por onde passa carro, ônibus, caminhão, e por onde passam as pessoas, passa por ali também o desenvolvimento. E nós vamos, com esse investimento, elevar o patamar dessa rodovia e impulsionar o crescimento da região”, afirmou Renan Filho.

A BR-349/AL, formada pelas antigas rodovias estaduais AL-101, AL-455 e AL-105, foi federalizada em dezembro de 2024, por meio da Portaria nº 1.090, assinada pelo ministro dos Transportes, possibilitando a aplicação de recursos federais para melhorias na via.

“Agora a BR-349 vai requalificar, vai reformar e melhorar toda essa rodovia. Nós estamos disputando a primeira e a segunda posição com as melhores rodovias de São Paulo e nós não vamos perder essa posição no ranking nacional”, garantiu o governador de Alagoas, Paulo Dantas.

Os serviços na BR-349 vão adequar o trecho ao padrão de rodovia federal, oferecendo mais segurança e conforto para os alagoanos. Integradas ao Novo PAC, as obras incluem ações de conservação e recuperação do pavimento, além de serviços de sinalização horizontal e vertical.



“Isso vai facilitar o acesso, seja para o turista, para o escoamento da produção, vai dar mais conforto à população para ir e vir. A transformação da BR-349 vai elevar o padrão de qualidade, com trechos de terceira faixa, trechos de ciclovia, mas acima de tudo com mais segurança”, afirmou o prefeito de Coruripe, Marcelo Beltrão.

“Nós vamos recuperar prioritariamente esse trecho de Coruripe, mas vamos recuperar essa estrada inteira, de Penedo até Maceió. O que será super relevante para o desenvolvimento do Sul de Alagoas”, garantiu o ministro dos Transportes.

A comerciante Maria Helena, que tem uma lanchonete às margens da rodovia, já comemora.

“Eu vendo pastel, refrigerante, caldinho e agora, com as obras vai melhorar muito, porque os turistas vão passar mais por aqui. O movimento vai aumentar”, disse.

### Integração do Baixo São Francisco

Ainda nesta sexta-feira, Renan Filho vistoriou uma das obras mais importantes para o estado: a ponte que vai ligar a cidade de Penedo, em Alagoas, ao município de Neópolis, em Sergipe.

“Isso impulsiona o turismo da região, traz mais pessoas e novos investimentos. O que essa ponte vai vencer aqui é uma barreira natural, o rio, que afastava Penedo das possibilidades de desenvolvimento do turismo”, declarou Renan Filho.

A estrutura, que está sendo construída sobre o Rio São Francisco, vai eliminar a necessidade de fazer a travessia por balsa, como acontece atualmente. A ponte é uma demanda histórica da população dos dois estados. Que o diga o casal Áurea e Julie, que há dois anos depende da balsa para se encontrar.

“É a única opção de fazer o trajeto. A gente tem sempre que programar o horário, não dá pra ser ‘tô com saudade, vou aí te ver’. Não dá pra fazer surpresa, porque não tem como ir até lá de repente”, reclama Áurea Carvalho, que mora em Penedo, e namora Julie Gomes, que vive em Neópolis.



A travessia de balsa custa R\$36 para veículos de passeio e R\$5 para pedestres e dura 15 minutos. Com a nova ponte, cerca de 80 mil moradores serão beneficiados, ganhando mais conforto, rapidez e segurança no deslocamento, que será reduzido para apenas dois minutos.

“Vamos conseguir tomar um café, fazer um lanche de forma mais prática, porque vai ter como ir e vir sem depender de horários”, celebra Áurea. A namorada completa: “A primeira palavra que vem à mente é alívio, porque hoje, se eu atraso cinco minutos, eu perco a balsa e só posso pegar a próxima, daqui a uma hora. Então é uma sensação de alívio, né?”, diz Julie.

“Vai ficar tão fácil vir de Neópolis para Penedo, que as pessoas vão namorar de um lado e do outro: ‘tô indo ali no restaurante em Neópolis, que eu vou jantar com ela lá”, comentou o ministro dos Transportes.

Com 1,08 quilômetro de extensão e 12,25 quilômetros de vias de acesso, a ponte também terá calçadas e ciclovias para atender aos pedestres e ciclistas. O projeto inclui ainda um vão central de 300 metros, que permitirá a navegação de embarcações no rio.

“Penedo era considerado fim de linha, até para colocar indústria, por uma questão de distribuição de materiais, era difícil. Mas agora essa realidade está mudando. Essa ponte vai realmente transformar a economia, o desenvolvimento da nossa cidade e possibilitar um avanço grande no turismo”, disse o prefeito de Penedo, Ronaldo Lopes.

Até o momento, foram aplicados R\$33 milhões, de um total previsto de R\$203 milhões para a conclusão do projeto, que será entregue até o final do próximo ano.

“Eu acredito que seja a realização de um sonho, né? Principalmente os mais antigos, chegar aqui na beira do rio, poder visualizar uma coisa que realmente está saindo do papel, que está tomando forma, né? Vai ser, literalmente, um divisor de águas”, comemora Áurea.

A obra também é estratégica para impulsionar o desenvolvimento social, econômico e turístico da região. A melhoria da conexão permitirá maior acesso a serviços de saúde e educação, facilitará o escoamento da produção local e fortalecerá atividades no entorno do Baixo São Francisco.

“Tinha gente que não acreditava mais, mas esse era o meu compromisso e eu cumpri. Para mim é uma emoção muito grande olhar para outra margem do São Francisco e verificar que a obra está andando rapidamente”, finalizou Renan Filho.

### **Mais em menos tempo**

Apenas em 2024, o investimento do Governo Federal na melhoria da infraestrutura de transportes de Alagoas foi de R\$354 milhões, um crescimento de 171,4% em relação a 2022, último ano do governo anterior, quando foram aplicados R\$130,4 milhões.

Dentro do Novo PAC, Alagoas conta com R\$6,2 bilhões previstos até o fim de 2026 em diferentes áreas, entre elas, a infraestrutura. Desse total, R\$3,5 bilhões já foram executados, o que representa 57,5% do valor. Ao todo, o programa lista 523 empreendimentos no estado em diversos setores, entre eles obras de manutenção e restauração de rodovias.

Um exemplo recente é a inauguração, em agosto, de mais um trecho duplicado da BR-101/AL, na altura do município de São Sebastião. A obra integra o pacote de dez grandes projetos de infraestrutura contemplados pelo Novo PAC em Alagoas, sendo nove em rodovias e um em ferrovia, que juntos somam R\$1,8 bilhão em investimentos previstos para o setor de transportes no estado.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 26/09/2025**

### PORTAL PORTO GENTE

## MANAUS SUPERA ITAJAÍ E PASSA A LIDERAR O RANKING DOS MUNICÍPIOS QUE MAIS IMPORTAM NO BRASIL

Redação Portogente

### 📦 Manaus ultrapassa Itajaí e lidera ranking nacional de importações em 2025

🏠 Capital amazonense, que já figurava em segundo lugar, superou Itajaí (SC) com um acumulado de R\$ 10,93 bilhões entre janeiro e agosto, segundo a plataforma Comex Stat (MDIC). A Zona Franca e o Polo Industrial de Manaus tiveram papel estratégico neste desempenho.



### 📌 Crédito: Freepik / Divulgação

🇮🇧 O topo do ranking das cidades brasileiras que mais importam mudou em 2025, confirmando a ascensão de Manaus. Foram R\$ 10,93 bi em mercadorias importadas, contra R\$ 10,77 bi do polo catarinense. A mudança, consolidada em maio, reforça o papel estratégico da cidade nas importações nacionais.

💡 Rogério Marin, especialista em comércio exterior e CEO da Tek Trade, explica: “A Zona Franca de Manaus combina incentivos fiscais com um parque fabril diversificado — eletroeletrônicos, motocicletas e bens de consumo. Esse ecossistema gera demanda contínua por componentes importados, fazendo com que o município se destaque no ranking nacional”.

🚢 Mesmo fora da liderança, Itajaí segue como um dos mais importantes polos logísticos do país, com forte participação de produtos acabados, localização estratégica no litoral catarinense e infraestrutura portuária moderna.

### 🏆 Top 5 municípios importadores em 2025 (jan-ago):

- 1️⃣ Manaus/AM – R\$ 10,93 bi
- 2️⃣ Itajaí/SC – R\$ 10,77 bi
- 3️⃣ São Paulo/SP – R\$ 6,64 bi
- 4️⃣ Petrópolis/RJ – R\$ 6,47 bi
- 5️⃣ Rio de Janeiro/RJ – R\$ 5,23 bi

🌐 Já no recorte por estados, São Paulo lidera com R\$ 57,48 bi, seguido por Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. O Amazonas aparece em 6º lugar, com R\$ 11,09 bi.

📊 As importações brasileiras cresceram 6,9% em 2025 no acumulado até agosto, somando US\$ 184,77 bilhões. Apesar da retração de 2% em agosto, setores como a Indústria Extrativa tiveram alta de 26,5%. Para Marin, o saldo mostra a resiliência do setor: “Mesmo em meio a oscilações globais, o crescimento acumulado reforça a força do comércio exterior brasileiro”.

🏢 Sobre a Tek Trade: fundada em 2005 em Santa Catarina, a empresa é especializada em comércio exterior e foi uma das fundadoras do Sinditrade, oferecendo suporte a operações internacionais de diferentes portes.

Fonte: Portal Porto Gente  
Data: 30/09/2025

## AVIAÇÃO REGIONAL CRESCE NO SUL DO PAÍS E JÁ REPRESENTA UM TERÇO DO TRÁFEGO AÉREO EM 2025

Redação Portogente

✈️ Aviação regional no Sul ganha força e já representa 33,77% do tráfego aéreo nacional

🇧🇷 Crescimento na movimentação da região já responde por 33,77% do tráfego; capitais lideram, mas aeroportos menores fortalecem a conectividade.



🇧🇷 **O crescimento da aviação regional é acompanhado por investimentos federais em infraestrutura, além de melhorias na segurança das operações aéreas** – Foto: **Julio Cavalheiro/Divulgação**

A aviação regional no Sul do Brasil já responde por 33,77% do tráfego aéreo do país em 2025 🚀. O crescimento é impulsionado tanto pelas capitais Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, quanto pelos aeroportos regionais, que ampliam a conectividade e fortalecem o

turismo, os negócios e a logística local.

📌 Destaques em agosto:

- ✈️ Porto Alegre: 599,4 mil passageiros
- ✈️ Curitiba: 495,2 mil
- ✈️ Florianópolis: 310,4 mil

🌐 Regionais em destaque: Navegantes (180 mil), Maringá (78,7 mil), além de Londrina, Joinville e Chapecó (entre 44 mil e 57 mil)

Esses aeroportos regionais desempenham papel estratégico na integração dos estados, no apoio ao turismo e no transporte da produção local 📦.

🇧🇷 Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho: "A aplicação de recursos em infraestrutura aeroportuária melhora os serviços prestados à população, amplia a conectividade entre cidades e contribui para o crescimento econômico da região".

💰 O crescimento é acompanhado por investimentos federais em infraestrutura, incluindo R\$ 13,6 milhões em sistemas de aproximação de precisão (PAPIs) para 13 aeroportos regionais. Outros aportes incluem:

- 🕒 Passo Fundo (RS): R\$ 66,24 milhões
- 🕒 Santo Ângelo (RS): R\$ 35,99 milhões

🚧 Recursos para construção e recuperação de vias de acesso aos aeroportos

🌐 Voos internacionais: em agosto, as três capitais concentraram quase toda a movimentação internacional da região:

- 🌐 Florianópolis: 52,47%
- 🌐 Porto Alegre: 31,27%
- 🌐 Curitiba: 13,26%

✦ Com passageiros vindos do turismo, negócios e transporte de cargas, os aeroportos do Sul reforçam a integração dos polos econômicos locais aos principais mercados do Brasil e do exterior.

Fonte: *Portal Porto Gente*

Data: 30/09/2025

## DESCARBONIZAÇÃO E ACESSO UNIVERSAL À ENERGIA ELÉTRICA PAUTAM FÓRUM EM BELÉM, COM PARTICIPAÇÃO DO IEMA

Redação *Portogente*

Fórum Carbono Neutro debate alternativas aos fósseis e acesso à energia limpa na Amazônia Legal. Fórum Carbono Neutro reuniu pesquisadores, especialistas e representantes do governo para debater alternativas aos fósseis e ampliar o acesso à energia limpa na Amazônia Legal.



A urgência de ampliar o acesso à energia de forma sustentável foi o centro da discussão do painel "A descarbonização da universalização ao acesso à energia elétrica na Amazônia Legal", realizado no dia 23 em Belém (PA), durante o Fórum Carbono Neutro, dentro do Fórum Regional de Geração Distribuída - Norte.

Na ocasião, Vinicius Oliveira, pesquisador do Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), destacou a necessidade de avaliar com cuidado as alternativas atualmente em implementação, como os sistemas de baterias em regiões remotas, além de reforçar a urgência de uma política pública voltada à gestão de resíduos sólidos.

Com a participação de representantes da Redes Energia e Comunidades e da Conexão Povos da Floresta, das quais o IEMA faz parte, o debate destacou a importância de garantir energia limpa e acessível como condição para a melhoria da qualidade de vida das populações da região. O painel contou com a mediação da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD) e com a participação do Grupo de Desenvolvimento e Análise Energética da Universidade Federal do Pará (GEDAE/UFPA).

“A falta de acesso à energia prejudica o desenvolvimento socioeconômico, a preservação ambiental e a qualidade de vida das pessoas, pois não se trata apenas do uso domiciliar, mas também do funcionamento de postos de saúde, escolas, unidades produtivas e da conectividade”, ressaltou Oliveira, do IEMA.

Representantes do governo, da prefeitura e de responsáveis pelos resíduos sólidos e reciclagem acompanharam o painel, que resultou em recomendações para a expansão de fontes renováveis, o fortalecimento da logística reversa de baterias e o desenho de programas específicos para comunidades isoladas.

### Um milhão de pessoas no escuro

A Amazônia Legal ainda enfrenta grandes desafios em relação ao acesso à energia elétrica. Estudo do IEMA, de 2020, apontou que quase um milhão de pessoas ainda vive sem acesso à energia elétrica, dependendo de soluções precárias ou inexistentes para atender às suas necessidades básicas. Além disso, grande parte do fornecimento disponível é feito por fontes fósseis, o que agrava as emissões de carbono e aumenta os custos para as comunidades.

Para suprir essa demanda com sistemas fotovoltaicos, por exemplo, seria necessário o emprego de pelo menos três milhões de equipamentos ao longo da vida útil deles (25 anos) para garantir o acesso básico à energia elétrica para as pessoas que ainda vivem no escuro. O que pode gerar um volume expressivo de resíduos em locais afastados de grandes centros urbanos.

Só as baterias, indispensáveis para armazenar a energia em regiões isoladas, representam um desafio ambiental significativo: seriam produzidas pelo menos 71 mil toneladas de resíduos até 2055, dependendo do tipo de tecnologia utilizada. A dimensão desse passivo ambiental reforça a urgência de planejar a logística reversa dos equipamentos desde o início da expansão da energia elétrica mais limpa e inclusiva.

*Fonte: Portal Porto Gente*

*Data: 30/09/2025*

## SANTOS BRASIL VENCE CATEGORIA TRANSPORTE, LOGÍSTICA E SERVIÇOS LOGÍSTICOS NO MELHORES E MAIORES DA EXAME

*Redação Portogente*

52ª edição da premiação "Melhores e Maiores" da EXAME reconhece empresas de destaque. A 52ª edição da principal premiação de negócios do país reconheceu empresas de destaque em 15 setores; companhias do ranking apresentaram faturamento conjunto de R\$ 9,7 tri em 2024.



**Antonio Carlos Sepúlveda, CEO da Santos Brasil, recebe prêmio de Lucas Amorim, diretor de redação da Exame. Foto Eduardo Frazão.**

A 52ª edição da premiação "Melhores e Maiores" da EXAME foi celebrada nesta quinta-feira (25), consolidando-se como o ranking de negócios mais relevante do país. O ranking destaca mil empresas brasileiras em 15 categorias, além da empresa do ano.

Entre os destaques da cerimônia, a Sabesp foi reconhecida como "Empresa do Ano". Na abertura do evento, Lucas Amorim, diretor de redação da EXAME, enfatizou que as companhias listadas no ranking registraram, em 2024, um faturamento agregado de R\$ 9,7 trilhões, resultado que representa um avanço de 7,9% em comparação à edição anterior. "São 1.000 empresas premiadas todos os anos, reforçando a missão da Exame de celebrar o capitalismo brasileiro, celebrar o empreendedorismo e celebrar quem constrói esse país", afirmou Amorim.

Em seguida, André Esteves, chairman do BTG Pactual, compareceu ao evento e ressaltou a importância de contar a história do empreendedorismo com entusiasmo, de maneira clara, transparente e realista, como é o propósito da Exame.

A noite também contou com a presença do Governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas. "A transformação social passa pelo mercado. Quem gera riqueza, quem transforma, quem cria oportunidades é o empreendedor."

A premiação considerou três critérios principais, com pesos específicos, sendo eles: resultados contábeis financeiros (35%), crescimento das receitas desde 2019 (35%) e questões ambientais, diversidade, governança e compliance (30%). A metodologia e a avaliação das empresas são realizadas pelo Ibmec, com participação de um comitê executivo da EXAME.

A transmissão completa da cerimônia está disponível no canal da EXAME no YouTube.

### **Confira a lista dos ganhadores:**

- Empresa do Ano: Sabesp
- Agronegócio: 3 TENTOS
- Alimentos e Bebidas: BRF
- Atacado e Varejo: Grupo Mateus
- Bens de Capital e Eletroeletrônicos: RANDONCORP
- Energia: ISA ENERGIA BRASIL

- Farmacêutico e Beleza: EMS
- Imobiliário e Construção Civil: CURY CONSTRUTORA
- Moda e Vestuário: VIVARA
- Papel e Celulose: KLABIN
- Petróleo e Químico: PRIO
- Saneamento e Meio Ambiente: Sabesp
- Saúde e Serviços de Saúde: GRUPO SABIN
- Siderurgia, Mineração e Metalurgia: SALOBO METAIS
- Tecnologia e Telecomunicações: VIVO
- Transporte, Logística e Serviços Logísticos: SANTOS BRASIL

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 30/09/2025

## AUMENTO DO CALADO PARA 13,30 METROS ELEVA POTENCIAL OPERACIONAL DO PÍER CATTALINI

Redação Portogente



⚓ O berço externo do Píer Cattalini, em Paranaguá (PR), está agora preparado para receber navios da classe LR1, graças ao aumento do calado de 13,10m para 13,30m. Essa melhoria garante maior potencial de movimentação — cerca de 1.500 toneladas adicionais de grãos líquidos por navio. 🚢

💬 Segundo Lucas Guzen, diretor operacional e comercial da companhia, “os investimentos em modernização e segurança consolidam a Cattalini como parceira estratégica e reforçam o papel do

Porto de Paranaguá como referência global”.

📄 O aumento foi oficializado pela Portaria nº 188/2025/APPA, com anuência da Autoridade Marítima, da Autoridade Portuária e da Praticagem de Paranaguá, garantindo total segurança às manobras. O berço externo pode receber navios de até 229m de comprimento e 70 mil DWT, enquanto o berço interno suporta navios de 190m e até 50 mil DWT.

### ◆ Inovação tecnológica

📡 O píer conta com um sistema inédito de monitoramento de atracação a laser no Porto de Paranaguá. Ele registra dados em tempo real sobre a velocidade e a distância do navio em relação ao berço, exibidos em um painel numérico e em semáforos de sinalização (verde, amarelo e vermelho), auxiliando práticos e rebocadores em manobras seguras e ágeis.

⚙️ A estrutura também dispõe de dolphins, defensas, cabeços de amarração e cabrestantes, ampliando a capacidade de receber navios de maior porte.

🌊 Em termos ambientais e meteorológicos, o píer está equipado com a Plataforma Sismo – Hidromares (correntes e ventos em tempo real), o marégrafo homologado pelo CHM, integrado ao Webpilots, e a Plataforma Medusa – Argonáutica, que fornece previsões detalhadas com até 7 dias de antecedência. Tudo isso contribui para operações mais seguras, inteligentes e sustentáveis. 🌱

### 🏢 Sobre a Cattalini Terminais

◆ Fundada em 1981, no Porto de Paranaguá, a Cattalini Terminais Marítimos é o maior terminal privado independente de grãos líquidos do Brasil. A companhia conta com cerca de 600



colaboradores e mantém certificações internacionais como ISO 45001, ISO 14001, ISO 9001 e ISO 27001, além da auditoria CDI-T.

📦 Em infraestrutura, oferece 137 tanques e 618 mil m<sup>3</sup> de capacidade, distribuídos em 4 Centros de Tancagem. Possui píer próprio para atracação simultânea de dois navios e pátio para até 450 caminhões, garantindo agilidade e competitividade no setor. 🌐

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 30/09/2025



## BE NEWS – BRASIL EXPORT

### EDITORIAL – UMA INICIAVA ESTRATÉGICA

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O lançamento do Brasil Export Minas e Energia, o novo fórum permanente de debates do Brasil Export, é a mais recente iniciava do grupo para integrar setores vitais da economia nacional. O evento, que reuniu autoridades e empresários no Rio de Janeiro nessa segunda-feira, dia 29, sinalizou o reconhecimento de que os segmentos de mineração, petróleo, gás e energia merecem um espaço contínuo e dedicado de discussão, alinhado com a agenda de infraestrutura e logística.

O projeto, que conta com a parceria da Frente Parlamentar de Petróleo, Gás e Energia do Congresso Nacional (Freppegen) e do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), busca criar um ambiente de diálogo técnico e propositivo. Conforme defendeu o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, é o momento de escrever uma nova história para um setor de tamanha relevância, garantindo-lhe uma retaguarda de comunicação e uma estrutura de debate permanente.

A importância do novo fórum de debates reside na necessidade de se criar uma plataforma robusta que integre as complexidades da mineração, petróleo, gás e energia à estratégia de desenvolvimento do País. É fundamental dar uma maior atenção e debater os desafios dos setores para que o Brasil avance de forma segura e sustentável.

O presidente do IBP, Roberto Ardenghy, acertadamente destacou a urgência de que a mensagem do setor chegue de forma clara aos formuladores de políticas públicas. A discussão sobre temas complexos, como a transição energética e a sustentabilidade, exige "pé no chão" para evitar crises e divisões. O setor de petróleo, em particular, é sensível às questões geopolíticas, o que exige um planejamento estratégico de longo prazo e um marco regulatório que ofereça previsibilidade.

A criação de um conselho nacional com reuniões mensais e a expansão da cobertura diária do BE News para o setor de minas e energia reforçam a intenção de transformar o debate em ação. A integração desses setores à agenda de infraestrutura é natural, pois a mineração e a produção de óleo e gás são grandes demandantes de logística e transportes.

A nova frente de atuação do Grupo Brasil Export tem o potencial de ser uma voz unificada para um setor que é crucial para a economia brasileira. Ao debater os desafios da mineração, que busca agregar valor à sua produção, e as demandas da energia, que se equilibra entre os combustíveis tradicionais e os renováveis, o fórum contribuirá para a formulação de políticas públicas mais assertivas. O desenvolvimento do Brasil está intrinsecamente ligado à capacidade de explorar suas riquezas de forma eficiente e sustentável, e o novo fórum é uma ferramenta vital para esse propósito.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/09/2025

## NACIONAL - HUB – CURTAS - COSTA FILHO DIZ SER CONTRA ANISTIA AOS CONDENADOS POR ATOS GOLPISTAS DE 8 DE JANEIRO

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)



### **CONTRA A ANISTIA**

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), afirmou ser contra a anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Ele propõe que o Congresso Nacional encontre um caminho alternativo, focado na redução das penas impostas. A questão foi destacada em recente entrevista ao jornal O Globo. “Sou contra a anistia, mas acho que poderia haver uma redução na tipificação das penas. Morreria o debate da anistia, e o Congresso faria uma discussão mais serena, despida de ideologia”, disse, ressaltando a importância de o Legislativo promover um debate equilibrado sobre o tema.

### **LULA E O REPUBLICANOS**

Na mesma entrevista, Silvio Costa Filho analisou o posicionamento de seu partido e previu que o Republicanos dificilmente apoiará oficialmente a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2026. Apesar de integrar a Esplanada, o ministro reconheceu a natureza mais conservadora de sua sigla. E lembrou que o Republicanos tem votado majoritariamente com o governo em pautas econômicas e sociais, mas “do ponto de vista ideológico, a bancada é mais à direita”.

### **AO LADO DO PRESIDENTE**

Costa Filho, no entanto, afirmou que, em razão de sua relação histórica com Lula, estará ao lado do presidente em 2026, mesmo que seu partido adote uma postura diferente. O ministro ainda avaliou que é improvável que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, entre na disputa presidencial.

### **AVIAÇÃO E O MEIO AMBIENTE**

O Governo Federal divulgou a 5ª edição do Plano de Ação para a Redução das Emissões de CO2 na Aviação Civil Brasileira durante a 42ª Assembleia da Organização Internacional da Aviação Civil (Oaci), que está sendo realizada desde o dia 23 e segue até 3 de outubro em Montréal, Canadá. O documento é parte dos esforços do País para cumprir as obrigações internacionais junto à Oaci para a redução de emissões no setor aéreo. A iniciativa é coordenada pelo Ministério de Portos e Aeroportos, com a participação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e de representantes do setor.

### **PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS**

O ministro Silvio Costa Filho destacou que o plano reforça o compromisso do Brasil com políticas de sustentabilidade e descarbonização. “O Ministério de Portos e Aeroportos está comprometido com a adoção de práticas sustentáveis que assegurem benefícios tanto para a preservação ambiental quanto para o fortalecimento da cadeia logística da aviação civil”, afirmou.

### **ÍNDICE EM QUEDA**

Com base nas projeções do plano de ação, apesar de o total de emissões de gases de efeito estufa na aviação brasileira aumentar até 2035 devido à expansão do setor, o Índice de Intensidade de Emissões terá uma trajetória de queda. Isso significa que, proporcionalmente, a aviação poluirá menos, sinalizando ganhos de eficiência ambiental e um futuro mais sustentável para o setor.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/09/2025

## **NACIONAL - BRASIL ATUALIZA PLANO DE REDUÇÃO DE CO<sub>2</sub> NA AVIAÇÃO**

Quinta edição do documento, apresentada na Oaci, inclui uso progressivo de combustíveis sustentáveis e projeta eficiência ambiental crescente, mesmo com expansão do setor

Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)

O Brasil divulgou a quinta edição do Plano de Ação para a Redução das Emissões de CO<sub>2</sub> na Aviação Civil Brasileira durante a 42ª Assembleia da Organização Internacional da Aviação Civil (Oaci), que teve início no último dia 23 e vai até sexta-feira, 3 de outubro, em Montréal, no Canadá.



***Entre as novidades da quinta edição do plano está a incorporação da Lei do Combustível do Futuro, que estabelece o uso progressivo de combustíveis sustentáveis de aviação no país***

O documento integra os esforços do país no cumprimento de suas obrigações internacionais de mitigação de emissões na aviação civil e é coordenado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, com participação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e de representantes do setor aéreo.

Para o ministro Silvio Costa Filho, o plano evidencia a adesão do Brasil a políticas públicas que alinham sustentabilidade e desenvolvimento do setor aéreo. “O Ministério de Portos e Aeroportos está comprometido com a adoção de práticas sustentáveis que assegurem benefícios tanto para a preservação ambiental quanto para o fortalecimento da cadeia logística da aviação civil”, afirmou.

O documento projeta que a aviação brasileira avançará em sustentabilidade nos próximos anos. Embora o total de emissões de gases de efeito estufa deva crescer até 2035 devido à expansão do setor, o índice de Intensidade de Emissões apresenta tendência de queda. Isso indica que, proporcionalmente, cada voo produzirá menos poluentes, refletindo ganhos de eficiência ambiental e um futuro mais sustentável para a aviação.

Entre as novidades da quinta edição do plano está a incorporação da Lei do Combustível do Futuro (Lei 14.993/24), que estabelece o uso progressivo de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) no país. Segundo a legislação, as operações domésticas deverão adotar 1% de SAF a partir de 2027, com meta de atingir pelo menos 10% em 2037.

O plano também reforça programas regulatórios de impacto ambiental, como Aeroportos Sustentáveis e SustentAr, voltados a reconhecer práticas de sustentabilidade nas operações aéreas de empresas brasileiras, estimular medidas operacionais e impulsionar inovações tecnológicas para aumentar a eficiência do setor.

O documento destaca que a aviação nacional vem apresentando avanços consistentes em eficiência ambiental. Nos últimos 20 anos, o consumo de combustível na aviação doméstica cresceu, em média, 2,4% ao ano, enquanto o Revenue Tonne-Kilometer (RTK), indicador que mede o volume de passageiros e cargas transportados por quilômetro, aumentou a uma taxa média de 4,35% ao ano.

A parceria entre os órgãos brasileiros em temas de sustentabilidade começou em 2013, com o lançamento da primeira edição do plano. Desde então, foram realizadas atualizações em 2016, 2019 e 2022, que aperfeiçoaram metodologias de cálculo e incluíram novas medidas de mitigação de emissões. O objetivo é contribuir com os esforços da Oaci, reduzir o impacto ambiental da aviação civil e sistematizar as ações em curso no Brasil para cumprir metas climáticas internacionais.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/09/2025**

## **NACIONAL - INFRAESG TALKS DISCUTE CAMINHOS PARA TRANSPORTE E LOGÍSTICA SUSTENTÁVEIS**

Em 10 de outubro, evento em São Paulo reunirá autoridades, investidores e especialistas para debater regulação, inovação e oportunidades da COP30

**Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)**

No ano em que o Brasil se prepara para sediar a COP30, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) se une ao Ministério dos Transportes, à B3, ao Grupo Brasil Export e à Confederação Nacional do Transporte (CNT) para lançar a terceira edição do InfraESG Talks – encontro que vai inspirar inovação e apontar os caminhos para um setor de infraestrutura e logística mais sustentável. O evento acontece no dia 10 de outubro de 2025, na Arena B3, em São Paulo.

A programação foi pensada para provocar reflexões e propor soluções práticas. Logo na abertura, às 14h, o keynote speaker abre a série de debates que avançam durante toda a tarde. Em seguida, às 14h30, especialistas discutem as expectativas e oportunidades da COP30, evento mundial que colocará o Brasil no centro das atenções globais sobre clima.

Após o intervalo, às 16h, será a vez de tratar de um tema estratégico: “Regulação e Sustentabilidade – incentivo ou restrição?”, painel que coloca em pauta o papel do Estado e da iniciativa privada na construção de políticas públicas e investimentos responsáveis. A jornada se encerra às 17h, com uma palestra especial de fechamento.

Segundo a ANTT, o InfraESG Talks 2025 é um espaço de diálogo estratégico para conectar governo, investidores, setor produtivo e sociedade em torno de um mesmo propósito: tornar o transporte e a logísticas motores de desenvolvimento sustentável para o país, reunindo autoridades e especialistas.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/09/2025**

## REGIÃO NORTE - GOVERNO LIBERA R\$ 1,7 BI PARA CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES NO AMAZONAS

Ministro de Portos e parlamentares destacam impacto logístico e geração de 10 mil empregos com recursos do FMM

**Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)**



**Em escala nacional, a LHG Mining investirá R\$ 4,3 bilhões na construção de 400 barcas e 15 empurradores, distribuídos entre os estados do Amazonas, Bahia, Pará e São Paulo**

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou na segunda-feira (29), em Manaus (AM), a liberação de R\$1,7 bilhão em recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para a construção de 188 embarcações no estado do Amazonas. Segundo o governo federal, os empreendimentos serão conduzidos pelas empresas LHG Mining e Hermasa e devem gerar cerca de 10 mil empregos, além de estimular a economia e beneficiar comunidades ribeirinhas.

O anúncio foi feito durante agenda oficial que incluiu ainda a inauguração do porto fluvial de Envira e a divulgação de obras de modernização da instalação portuária de Eirunepé. O ministro afirmou que os investimentos contribuem para a política de retomada da indústria naval brasileira e para a redução dos custos logísticos no país.

“As entregas que estamos fazendo hoje estimulam a sustentabilidade, da descarbonização, redução de custo logístico do Brasil e promovem a geração de emprego e renda no Amazonas, especialmente para a população ribeirinha, e reforçam a política do Governo Federal de retomada da indústria naval brasileira em todo o País”, declarou Costa Filho. Ele lembrou que, desde 2023, foram priorizados R\$ 70 bilhões do FMM para projetos em todo o país, volume que, segundo o ministro, é três vezes maior que o aprovado no período entre 2019 e 2022.



De acordo com o ministério, já foram contratados mais de R\$ 25 bilhões em crédito via FMM, incluindo projetos da Petrobras e empreendimentos privados. Para o governo, a construção das embarcações anunciadas em Manaus será fundamental para o escoamento da produção nacional, especialmente de minério.

No início do dia, o ministro participou da entrega das primeiras balsas do projeto da LHG Mining, no Estaleiro Juruá. A empresa prevê a construção de 128 embarcações no Amazonas, com investimento de R\$1,36 bilhão, financiado pelo FMM. Em escala nacional, a LHG Mining investirá R\$ 4,3 bilhões na construção de 400 barcas e 15 empurradores, distribuídos entre os estados do Amazonas, Bahia, Pará e São Paulo.

A Hermasa, por sua vez, será responsável pela construção de 60 balsas graneleiras e dois empurradores, com investimento de R\$ 384,3 milhões, também com recursos do FMM. Segundo o ministério, algumas embarcações terão capacidade de até 2 mil toneladas, permitindo maior eficiência logística.

Durante o evento, Silvio Costa Filho destacou que a navegação fluvial é, na visão do governo, uma alternativa logística mais sustentável, por reduzir emissões de gases de efeito estufa e aliviar o tráfego rodoviário. O ministro explicou que cada comboio é formado por 16 barcas e que cada embarcação transporta até 50 mil toneladas de minério — o equivalente a cerca de 1.250 caminhões.

“Nós estamos trabalhando muito ao lado do presidente Lula, ao lado do senador Eduardo Braga para que a gente possa transformar o Amazonas cada vez mais numa região estratégica para o Brasil como hub de desenvolvimento. Não só através desse plano logístico, mas também através das nossas barcas, que são fundamentais para o escoamento da produção e para redução dos custos logísticos. Essa pauta dialoga com a agenda da sustentabilidade, como também é uma prioridade do presidente Lula a duplicação da BR-319”, afirmou o ministro.

### **Impacto regional**

O evento contou com a presença dos senadores Eduardo Braga (MDB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM). Aziz afirmou que os investimentos trarão benefícios diretos para a população. “Trazer novos investimentos pra cá e, com isso, gerar prosperidade na população, gerar emprego, gerar renda, e principalmente ajudar a construir o país que nós queremos pra todos”, disse.

Braga ressaltou a relevância da navegação para a logística da região Norte. “Muitas vezes é o único meio de transporte na Amazônia”, declarou, acrescentando que as contratações dos estaleiros representam “uma demonstração de um Brasil que dá certo, que gera emprego e se prepara para o futuro”

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 30/09/2025*

## **NACIONAL - PORTO DE ENVIRA É INAUGURADO E PROJETO PARA EIRUNEPÉ APRESENTADO**

O município de Envira, no interior do Amazonas, recebeu na segunda-feira (29) um novo porto fluvial, inaugurado pelo Ministério de Portos e Aeroportos. A obra foi executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e recebeu investimento de R\$ 37,6 milhões.

Segundo o governo federal, o terminal deve beneficiar diretamente os 17,1 mil habitantes da cidade, que não possui acesso rodoviário e depende exclusivamente da navegação fluvial para transporte de passageiros, alimentos, medicamentos e bens essenciais. A nova estrutura foi projetada para garantir embarque e desembarque seguros tanto no período de cheia quanto de vazante, além de reduzir custos logísticos, ampliar o escoamento da produção agrícola e do pescado e assegurar o fornecimento contínuo de insumos básicos.

Durante a agenda no interior do estado, o Ministério de Portos e Aeroportos apresentou também o projeto de modernização do terminal hidroviário de Eirunepé, município com população esmada em 33,1 mil habitantes. O investimento previsto é de R\$ 2 milhões, atualmente em fase preparatória para licitação. De acordo com o governo, a construção de um novo porto é considerada essencial para o transporte de passageiros e mercadorias em uma cidade sem ligação por rodovias e cuja economia depende fortemente da agropecuária, responsável por quase metade do PIB municipal.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da inauguração em Envira e da apresentação do projeto em Eirunepé. Para ele, as entregas reforçam a política de construção e modernização das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (Ip4). “Com os investimentos que estamos realizando em Envira e em Eirunepé, reafirmamos o compromisso do Governo Federal em garantir segurança, reduzir desigualdades e integrar os municípios do interior do Amazonas por meio da navegação interior”, afirmou.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/09/2025**

## REGIÃO NORTE - USINA TERMELÉTRICA NOVO TEMPO BARCARENA INICIA TESTES DE GERAÇÃO

Empreendimento do Novo PAC terá 630 MW de capacidade instalada e previsão de operação comercial em dezembro, segundo o Ministério de Minas e Energia

**Da Redação [redacao.jornal@redebnews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebnews.com.br)**



***A usina conta com uma unidade geradora no modelo single-sha, tecnologia em que a turbina a gás natural e a turbina a vapor estão conectadas ao eixo de um único gerador***

A Usina Termelétrica Novo Tempo Barcarena (UTE), localizada no município de Barcarena, no Pará, iniciou os testes de sua unidade geradora no último dia 19. O empreendimento faz parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), iniciativa do Governo Federal

voltada, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), ao fortalecimento da segurança energética nacional.

A usina conta com uma unidade geradora no modelo single-shaft, tecnologia em que a turbina a gás natural e a turbina a vapor estão conectadas ao eixo de um único gerador. De acordo com o MME, o projeto utiliza tecnologia de ponta e deverá iniciar operação comercial em dezembro deste ano. A capacidade instalada prevista é de 630 megawatts (MW), energia que será entregue ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

O combustível que alimentará a UTE será fornecido pelo Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) de Barcarena, em operação desde março de 2024. O terminal possui capacidade de processamento de 15 milhões de metros cúbicos de gás por dia e de armazenamento de 160 mil m<sup>3</sup>, o que, segundo o governo, garante condições adequadas de abastecimento para a usina.

A conexão da usina à Rede Básica de transmissão será feita por meio da subestação Vila do Conde (SE 230 kV), operada pela Eletronorte. A energia gerada foi comercializada no 30º Leilão de Energia Nova A-6, realizado em 2019, com contrato de suprimento válido até dezembro de 2049. O processo de licenciamento ambiental foi conduzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas-PA).

**PAC**

O Novo PAC, coordenado pelo Governo Federal em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais, busca acelerar o crescimento econômico e promover inclusão social. O programa prevê geração de empregos e renda, além de redução das desigualdades regionais. No eixo de Transição Energética, subeixo Geração de Energia, a carteira de empreendimentos conta atualmente com 534 usinas, sendo 322 já concluídas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/09/2025

### **BRASIL EXPORT - NOVO FÓRUM DO BRASIL EXPORT QUER TRANSFORMAR DEBATES SOBRE MINAS E ENERGIA**

Lançado oficialmente, o Brasil Export Minas e Energia pretende integrar esses setores com o de infraestrutura e fortalecer a comunicação entre líderes do mercado

Por **PAULO JOSÉ RIBEIRO** [paulo.ribeiro@redebenews.com.br](mailto:paulo.ribeiro@redebenews.com.br)



**O fórum Brasil Export Minas e Energia contará com as parcerias da Frente Parlamentar de Petróleo, Gás e Energia do Congresso Nacional e do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP)**

“Nós temos aqui a oportunidade, com as grandes lideranças, de começarmos a escrever uma nova história.” A fala do CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, marcou o lançamento do Brasil Export

Minas e Energia, fórum permanente de debates voltado à mineração, petróleo, gás e energia. O evento foi realizado nesta segunda-feira (29), no Rio de Janeiro, e reuniu autoridades e empresários dos setores. A primeira edição já tem data confirmada: 25 e 26 de novembro de 2025, em Brasília (DF).

**ESSE SETOR PRECISA TER UMA RETAGUARDA DE COMUNICAÇÃO E DE ESTRUTURA DE FÓRUM PERMANENTE, E COM TODAS AS PARCERIAS”**

**FABRÍCIO JULIÃO**  
CEO do Grupo Brasil Export

O fórum Brasil Export Minas e Energia contará com as parcerias da Frente Parlamentar de Petróleo, Gás e Energia do Congresso Nacional e do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).



**Fabrício Julião destacou que a nova frente de atuação do Grupo Brasil Export passará a integrar o setor de minas e energia à agenda tradicionalmente focada em infraestrutura**



**A presidente do Conselho do Rio de Janeiro Export, Roberta Carvalho, também discursou na solenidade de lançamento do fórum Brasil Export Minas e Energia, realizada no Rio**

A cerimônia de lançamento contou com a presença de Fabrício Julião, do presidente da Frente Parlamentar de Petróleo, Gás e Energia do Congresso Nacional (Freppegen), deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), do presidente do IBP, Roberto Ardenghy, e da presidente do Conselho do Rio de Janeiro Export, Roberta Carvalho.

Fabrício Julião destacou que a nova frente de atuação do Grupo Brasil Export passará a integrar o setor de minas e energia à agenda tradicionalmente focada em infraestrutura, com a realização do novo fórum, além do alinhamento de pautas entre os dois setores.

“Acho que nós temos nesse momento todas as ferramentas. Nós temos aqui a oportunidade, com as grandes lideranças, de começarmos a escrever uma nova história. Nós temos, ao longo desses 20 anos, uma história bem contada no setor da infraestrutura, mas que eu acho que dá para traduzir perfeitamente ao setor de minas e energia. Mais uma vez demonstrando toda a importância e toda a relevância desse setor que precisa ter uma retaguarda de comunicação e de estrutura de fórum permanente, e com todas as parcerias”, afirmou o CEO do Grupo Brasil Export.

Durante a cerimônia, Julião também anunciou que, a partir de 28 de outubro, o BE News terá uma cobertura diária destinada ao setor de minas e energia, integrando a estratégia do Grupo Brasil Export de ampliar a difusão e a discussão sobre os temas da pauta.

**ACHO MUITO LOUVÁVEL QUE AS PESSOAS TENHAM  
IDEIAS SOBRE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E  
SUSTENTABILIDADE, MAS AS COISAS TÊM QUE SER  
FEITAS COM O PÉ NO CHÃO”**

**ROBERTO ARDENGHY**  
*presidente do IBP*

O executivo ainda apresentou a proposta de criação de um conselho nacional voltado ao setor, que terá reuniões mensais ao longo do ano para definir diretrizes e organizar uma agenda permanente entre as principais lideranças que irão compor o colegiado.



**Roberto Ardenghy falou sobre a importância de promover e discutir as demandas do setor, com o objetivo de esclarecer questões complexas e estimular o desenvolvimento do país**



**Eduardo Pazuello destaca a ação da frente parlamentar no Congresso e vê a comunicação proposta pelas iniciativas do Brasil Export como uma forma de engajar as pautas do setor**

O presidente do IBP, Roberto Ardenghy, falou sobre a importância de promover e discutir as demandas do setor, com o objetivo de esclarecer questões complexas e estimular o desenvolvimento do país. “É importante que essa mensagem chegue aos congressistas, servidores e deputados. Acho muito louvável que as pessoas tenham ideias sobre transição energética e sustentabilidade, mas as coisas têm que ser feitas com o pé no chão. Senão, a gente vai gerar uma sociedade de divisão, uma sociedade de crise, e o petróleo é o produto mais sensível a qualquer questão de geopolítica”, explicou.

**FABRÍCIO ASSUMIU A COMUNICAÇÃO DO INSTITUTO E ELE NOS AJUDA EM TUDO RELACIONADO A ISSO. TUDO SE LIGA COM A FRENTE PARLAMENTAR E SE LIGA COM NOSSAS AÇÕES AQUI”**

**GENERAL EDUARDO PAZUELLO**  
*deputado federal*

### **Frente parlamentar**

O deputado Eduardo Pazuello ressaltou o trabalho da frente parlamentar no Congresso Nacional, que já soma 270 deputados de 18 partidos, e tratou a comunicação proposta pelas iniciativas do Grupo Brasil Export como uma forma de engajar as pautas do setor. “Fabrício assumiu a comunicação do Instituto (de Petróleo, Gás e Energia) e ele nos ajuda em tudo relacionado a isso. Tudo se liga com a frente parlamentar e se liga com nossas ações aqui”, afirmou. O IPEGEN é o braço operacional da frente parlamentar presidida por Pazuello. O instituto monitora as ações governamentais, propõe projetos de lei e organiza debates e estudos.

Ao final da cerimônia, o IBP e o IPEGEN assinaram um acordo de cooperação técnica para apoio a projetos de interesse mútuo, visando a realização de ações conjuntas. Os dois institutos promoverão reuniões anuais para elaborar o planejamento bilateral de atividades colaborativas.



**Autoridades e demais lideranças dos setores de mineração, energia e infraestrutura estiveram presentes na solenidade de lançamento do fórum Brasil Export Minas e Energia**

## Público

Mais de 70 autoridades e lideranças empresariais participaram do lançamento do Brasil Export Minas e Energia no final da tarde dessa segunda-feira, dia 29, no Rio de Janeiro. O evento ocorreu no auditório do escritório local da Kincaid | Mendes Vianna Advogados. Entre os presentes, além do presidente da Frente Parlamentar de Petróleo, Gás e Energia do Congresso Nacional (Freppegen), deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), e do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Roberto Ardenghy, estavam o presidente do Tribunal Marítimo, o vice-almirante Ralph Dias Costa, o diretor-executivo do Instituto de Petróleo, Gás e Energia (Ipegen, braço técnico da Freppegen), general da reserva Marco Aurélio Costa Vieira, o ex-ministro de Minas e Energia almirante de esquadra Bento de Albuquerque Júnior e o diretor de Desenvolvimento Institucional da Triunfo Logística, Mário Meira. Também participaram representantes da PortosRio (a autoridade portuária do Rio de Janeiro), da Marinha do Brasil e das secretarias estaduais do Ambiente e Sustentabilidade e da Energia e Economia do Mar do Rio de Janeiro. No final da cerimônia, a Triunfo Logística ofereceu um coquetel aos participantes.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 30/09/2025

## REGIÃO SUDESTE - LEILÃO DO TECON SANTOS 10 TEM MODELO QUESTIONADO PELO TCU

Audidores consideram sem base técnica as restrições a atuais operadores no Porto de Santos; parecer recomenda disputa em fase única

Da Redação [redacao.jornal@redebnews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebnews.com.br)



**O TCU questiona o critério mínimo de qualificação definido pela Antaq e pelo MPor: a exigência de experiência prévia em terminais que movimentem ao menos 100 mil TEU/ano**

O Tribunal de Contas da União (TCU) contestou o modelo de concorrência definido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e apoiado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para o leilão do Tecon Santos 10, megaterminal de

contêineres projetado para a margem direita do Porto de Santos (SP). Em relatório técnico, auditores da corte concluíram que as restrições à participação de atuais operadores do porto são baseadas em riscos hipotéticos, sem evidências suficientes, e violam os princípios da isonomia e da proporcionalidade.

O parecer foi assinado por três técnicos da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (Aud Porto Ferrovia) e encaminhado em 25 de agosto ao gabinete do ministro Antônio Anastasia, relator do processo. Os auditores sugerem que o leilão seja realizado em etapa única, sem a limitação hoje imposta a companhias que já atuam no Porto de Santos. Caso essa recomendação seja acatada pelo relator e aprovada pelos demais ministros, a determinação será de cumprimento obrigatório pela Antaq e pelo Mpor.

A Antaq propôs, e o ministério concordou, com um modelo dividido em duas fases. Na primeira, empresas que já operam terminais de contêineres em Santos não poderiam participar. Se não houvesse propostas, abrir-se-ia uma segunda fase, permitindo a participação de todos os interessados. Em caso de vitória de um operador já estabelecido no porto, a regra exige a venda de avos, ficando o vencedor apenas com o Tecon Santos 10. Outro ponto do relatório do TCU questiona o critério mínimo de qualificação definido pela agência reguladora e pela pasta: a exigência de



experiência prévia em terminais que movimentem pelo menos 100 mil TEU por ano. Para os auditores, não há fundamentação técnica suficiente para a adoção desse parâmetro.

### **Parecer do Mpor**

O Ministério de Portos e Aeroportos encaminhou seu parecer ao TCU no último dia 27, no qual defende o modelo em duas fases. O documento, assinado pelo secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, argumenta que a adjudicação do Tecon Santos 10 a um novo operador independente seria a melhor forma de reduzir riscos de concentração, garantir menores tarifas e assegurar maior qualidade nos serviços. “A solução que entendemos como adequada para o Porto de Santos é adjudicar o Tecon Santos 10 a um novo player, assegurando a existência de um Terminal competitivo que possa atender ao mercado de forma ampla e irrestrita”, diz o texto.

Foi a primeira vez que o ministério liderado por Silvio Costa Filho se manifestou oficialmente em apoio à modelagem sugerida pela Antaq. O ministro havia defendido anteriormente a importância de ampla concorrência, mas já havia indicado que a decisão final caberia ao TCU. No dia 21 de agosto, o Ministério da Fazenda adotou posição contrária ao modelo, por meio de parecer elaborado pela Subsecretaria de Acompanhamento Econômico e Regulação da Secretaria de Reformas Econômicas. O documento classificou a proposta em duas fases como “desproporcional” e alertou para risco de judicialização, recomendando que o leilão ocorra em etapa única, com exigência de desinvestimento para empresas já presentes em Santos.

A análise do TCU será decisiva para a definição das regras do certame, previsto para ocorrer entre os dias 15 e 18 de dezembro. O projeto do Tecon Santos 10 é considerado o maior arrendamento portuário em volume de investimentos já planejado no Brasil. O terminal tem orçamento esmado em R\$ 6,45 bilhões, com capacidade de movimentar até 3,5 milhões de TEU por ano, o que representaria um aumento de até 50% na movimentação de contêineres no Porto de Santos.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 30/09/2025*

## **REGIÃO SUDESTE - COMISSÃO DA CÂMARA REALIZA AGENDA TÉCNICA NO PORTO DE SANTOS**

Parlamentares do grupo que discute o novo marco legal portuário visitam terminais, parques e se reúnem com autoridades locais

**Da Redação** [redacao.jornal@redebene.com.br](mailto:redacao.jornal@redebene.com.br)

A Comissão Especial que discute o novo marco legal portuário na Câmara Federal irá realizar agendas oficiais no Porto de Santos nesta semana, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro. Estão previstas visitas a terminais, passeio pelo canal de navegação, além de reuniões com autoridades e a comunidade portuária.

Estarão presentes os seguintes parlamentares e membros da comissão: Murilo Galdino (Republicanos-PB), presidente da comissão; Arthur Maia (União-BA), relator da comissão; Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP); Daniela Reinehr (PL-SC); Delegado da Cunha (PP-SP); Gabriel Nunes (PSDBA); Carlos Zarattini (PT-SP); e Coronel Meira (PL-PE).

Nesta terça-feira, a primeira agenda ocorrerá com visita técnica ao terminal de contêineres da BTP (Brasil Terminal Portuário), localizado na margem direita do Porto de Santos. Ainda na terça, a comissão participará de uma reunião na Prefeitura de Santos, onde estarão o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomnini, e o prefeito Rogério Santos (Republicanos). Já na quarta-feira, os parlamentares vão visitar no período da manhã o Parque Valongo, complexo turístico do Porto de Santos, na região do Centro Histórico da cidade. Depois, a comissão vai realizar um trajeto de lancha percorrendo toda a área do porto organizado.

A agenda ainda inclui duas visitas: EBlog, terminal da Eldorado Brasil Celulose, na margem direita do complexo marítimo, e ao Tecon Santos e TEV (Terminal de Veículos) operado pela Santos Brasil, localizados na margem esquerda.

Durante uma das audiências públicas, realizadas pela Comissão, em Brasília, o deputado Arthur Maia havia informado aos demais membros do grupo que estava programado visitas técnicas a complexos portuários e terminais privados no Brasil, que incluía o Porto de Santos. Ainda não há informações sobre visitas técnicas em outros portos brasileiros.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/09/2025**

## REGIÃO SUDESTE - MARINHA INAUGURA NOVO CENTRO DE ENSINO PROFISSIONAL NO PORTO DE SANTOS

Nova sede vai receber cursos e aulas para potencializar mão de obra no setor marítimo

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio.lyra@redebnews.com.br](mailto:cassio.lyra@redebnews.com.br)



**O centro de treinamento conta com salas de aula conversíveis em auditório, refeitório, sanitários acessíveis, salas para simuladores de navegação e operação de equipamentos**

A Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) inaugurou nesta segunda-feira (29) a nova sede do Centro de Treinamento de Ensino Profissional Marítimo. A unidade servirá para fomentar a mão de obra marítima, além de aumentar a qualidade na formação de profissionais que vão atuar na área marítima e portuária.

O novo Centro de Treinamento conta com uma estrutura ampla e totalmente moderna. O espaço conta com salas de aulas conversíveis em auditório, refeitório, sanitários acessíveis, salas para simuladores de navegação e operação de equipamentos. Todas as alas são climatizadas.

O novo empreendimento está anexado à sede da Marinha do Brasil no Porto de Santos (SP).

“Pretendemos construir esse prédio há alguns anos, e se tornou uma realidade. O espaço vai aumentar a qualidade de formação de aquaviários e portuários. A formação de pessoal, juntamente com a construção naval, são pilares da soberania do Brasil no mar. Esse novo empreendimento vai ampliar a competência e a capacidade do Brasil, em especial no Porto de Santos”, disse o Vice-Almirante Marco Antônio Ismael Trovão de Oliveira, comandante do 8º Distrito Naval.

O custeio para construção do novo Centro de Formação foi de R\$ 3,9 milhões a partir de uma emenda parlamentar da deputada federal Rosana Valle (PL-SP).

“Só existem três centros de formação na área de portuário e aquaviários, e o Porto de Santos não poderia ficar de fora. Aqui, vão se capacitar e profissionalizar muitos santistas e moradores da região. É preciso que cada vez mais haja essa preocupação com essa qualificação desse trabalho que é feito na área portuária”, comentou a parlamentar.

O capitão dos portos de São Paulo, capitão de mar e guerra Marcus André de Souza e Silva, afirmou que, com o novo espaço, será possível realizar a formação de 5 mil novos profissionais por ano, que vão realizar os cursos nos períodos diurno e noturno.

“A gente consegue dobrar a capacidade de formação de aquaviários. Com isso, a gente acrescenta duas salas de aula modernas, com equipamentos, simuladores, que vão proporcionar que a gente

chegue no número de 5 mil profissionais, considerando todos os turnos, utilizando todo potencial daqui do nosso prédio. Chegar nesse número bastante expressivo de profissionais bem qualificados destinados à mão de obra que vai ser utilizado de portuários e aquaviários”, relatou.

A solenidade de cerimônia ocorreu no período da manhã. Segundo a Marinha, as primeiras aulas ocorreram durante à tarde no novo complexo. A entrega reforça o compromisso da Capitania dos Portos em potencializar o ensino profissional, uma das atribuições da autoridade marítima.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/09/2025**

## REGIÃO NORDESTE - PORTO PIAUÍ FIRMA CONTRATO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO DE CARGAS

Parceria com a Cnaga prevê movimentação de mercadorias diversas, contêineres e cargas especiais no terminal de Luís Correia

**Da Redação [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)**



**Participaram da assinatura do contrato, realizada na sede da Cnaga, o governador do Piauí, Rafael Fonteles, e o sócio e administrador da empresa, José Américo Ribeiro dos Santos**

O Porto Piauí, em Luís Correia, deu mais um passo para iniciar suas operações comerciais. Na segunda-feira (29), o governador Rafael Fonteles (PT) participou, em São Paulo, da assinatura do acordo que garante à empresa Cnaga a responsabilidade pela operação do terminal de cargas gerais e contêineres do complexo portuário.

Segundo o governo do Piauí, o investimento privado previsto para a execução do contrato é de R\$ 100 milhões. A companhia, especializada em logística e terminais alfandegados, também ficará encarregada da construção e administração de galpões de armazenamento, que irão dar suporte às atividades do cais multipropósito — estrutura já concluída no porto.

Durante a cerimônia, realizada na sede da Cnaga e conduzida pelo sócio e administrador da empresa, José Américo Ribeiro dos Santos, o governador afirmou que a parceria representa um marco para o projeto logístico do estado. “Acabamos de celebrar aqui em São Paulo essa parceria estratégica. Nada melhor do que ter uma empresa experiente apostando no futuro desse entreposto logístico do estado do Piauí, que vai ser uma referência em eficiência para os clientes que vão receber cargas importadas ou exportação também de mercadorias”, disse Fonteles.

De acordo com o governo estadual, a Cnaga ficará responsável pelo recebimento e pela movimentação de mercadorias de diferentes perfis, incluindo contêineres e cargas de peso ou dimensões fora do padrão. A expectativa é que a operação contribua para consolidar o litoral do Piauí como polo logístico e para ampliar a competitividade regional.

O Porto Piauí já conta com canal dragado a sete metros de profundidade, pátio para contêineres e estrutura administrativa. As obras em andamento concentram-se na urbanização da retroárea do cais multipropósito, local que servirá de base para a atuação da Cnaga. O governo também informa que há projetos de expansão voltados para terminais de granéis e novas operações.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/09/2025**

### OPINIÃO – ARTIGOS – DIREITO - LAYTIME E DEMURRAGE: DA ANÁLISE DOCUMENTAL COMO FERRAMENTA DE REDUÇÃO DE CUSTOS



#### CAMILLA BEYERSDORFF LUCCHIARI

Advogada no escritório Medeiros Emerick Advogados, especialista em Direito Aduaneiro e Comércio Exterior, pós-graduada em Direito Aduaneiro, Direito Internacional e Direito Constitucional e secretária adjunta da Comissão de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da OAB-PR

[opinio@portalbenews.com.br](mailto:opinio@portalbenews.com.br)

Advogada no escritório Medeiros Emerick Advogados, especialista em Direito Aduaneiro e Comércio Exterior, pós-graduada em Direito Aduaneiro, Direito Internacional e Direito Constitucional e secretária adjunta da Comissão de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da OAB-PR.

No comércio marítimo internacional, a logística portuária é uma das etapas mais críticas e sensíveis em termos de custos. Dentre os diversos fatores que impactam diretamente os gastos das empresas envolvidas nesse setor, os institutos do laytime (tempo de estadia) e da demurrage (sobre estadia) se destacam pela frequência com que aparecem em contratos e pela magnitude financeira que podem representar. Por isso, torna-se essencial compreender o funcionamento desses conceitos e, principalmente, realizar uma análise técnica dos cálculos envolvidos para evitar prejuízos desnecessários.

O laytime, ou tempo permitido para operação de carga e descarga de um navio, é previamente estipulado no contrato de afretamento (charter party) entre o armador (proprietário da embarcação) e o afretador (empresa contratante do transporte). Esse período é definido em termos de dias, horas ou turnos, podendo ser influenciado por diversos fatores, como condições climáticas, operação portuária, tipo de carga e cláusulas contratuais específicas. O objetivo do laytime é garantir que a embarcação não permaneça no porto além do necessário, otimizando sua utilização.

Quando o laytime é excedido, ou seja, quando o navio permanece no porto além do tempo acordado para carga ou descarga por motivos atribuíveis ao afretador, cobra-se a demurrage — uma espécie de penalidade financeira cobrada pelo tempo adicional de uso da embarcação. Essa cobrança é realizada por hora ou por dia, conforme estipulado contratualmente, e pode atingir valores expressivos, especialmente quando há congestionamentos portuários ou problemas logísticos imprevistos.

Em contrapartida, se as operações são concluídas em menos tempo que o previsto, pode haver o pagamento de despatch — uma bonificação ao afretador. O despatch atua como uma recompensa pela economia de tempo, sendo comum que seu valor seja definido como a metade da taxa de demurrage.

Negligência nessa área pode levar a prejuízos financeiros

Apesar da relevância deste tema, muitas empresas não lhe conferem a devida atenção, tratando-o como mero trâmite operacional. Essa negligência pode gerar sérias consequências financeiras, como a cobrança de valores indevidos em grande monta, que impactam diretamente a rentabilidade da operação e o lucro da empresa.

É justamente nesse ponto que se evidencia a importância de uma análise criteriosa dos cálculos de laytime. Os armadores geralmente enviam os cálculos logo após o fim da operação, contendo registros de chegada do navio (verificado pelo Notice of Readiness), início e fim das operações, períodos de paralisação (observado no Statement of Facts), e outras informações relevantes. Contudo, erros são comuns quando da sua elaboração: horários mal interpretados, contagens indevidas de tempo, aplicação incorreta de cláusulas contratuais ou erros na aplicação de fórmulas.

Ao revisar detalhadamente esses cálculos, a empresa pode identificar inconsistências significativas. Por exemplo, é comum que se considere períodos que, na verdade, não deveriam contar para o



laytime, como ocorrências de chuva (interruptions of laytime). Esses equívocos, se não detectados, geram valores de demurrage elevados, aumentando o custo logístico final da operação.

Outro ponto crítico na análise é a correta aplicação das cláusulas específicas do contrato de afretamento. Alguns contratos preveem que determinados eventos, como greves, suspendam a contagem do laytime, enquanto outros não (exceptions of laytime). Uma interpretação equivocada dessas cláusulas pode alterar significativamente o valor final. Assim, é indispensável que profissionais capacitados examinem essas nuances com rigor jurídico e técnico.

### Processos internos de monitoramento das operações

Além disso, a análise do laytime não deve ocorrer apenas de forma reativa, após o recebimento da cobrança de demurrage. Idealmente, as empresas devem estabelecer processos internos de controle e monitoramento em tempo real das operações portuárias, garantindo que todos os eventos relevantes sejam devidamente registrados e que eventuais atrasos sejam justificados e comunicados formalmente. Essa prática preventiva reduz a margem de dúvida e de erro e fortalece a posição da empresa em eventuais disputas.

Nesse contexto, a elaboração de um contrato claro e detalhado, que estabeleça todas as disposições relacionadas ao laytime e à demurrage, é essencial para minimizar ambiguidades e evitar disputas entre as partes. A falta de precisão nas cláusulas contratuais pode resultar em interpretações conflitantes, prejudicando a compreensão mútua dos termos acordados. Em caso de discordância, as partes podem recorrer à arbitragem para resolver a questão, um processo que, além de oneroso, pode se arrastar por um longo período, gerando custos elevados e impactando diretamente a operação financeira da empresa. Portanto, é imprescindível que o contrato de afretamento seja minuciosamente analisado, levando em consideração todas as variáveis operacionais e as possíveis situações excepcionais. Essa análise profunda não só ajuda a evitar futuros litígios, mas também proporciona uma base sólida para a empresa se posicionar de forma favorável, caso a disputa se torne inevitável, poupando recursos e garantindo a proteção financeira contra custos desnecessários.

Nesta toada, verifica-se que o impacto financeiro de uma análise mal conduzida pode ser significativo. Em operações de grande porte, a demurrage pode representar centenas de milhares de dólares. A negligência na verificação dos cálculos transforma o que poderia ser um custo evitável em uma despesa operacional injustificada. Assim, investir em uma equipe especializada ou em consultorias externas é uma medida estratégica que, além de gerar economia direta, contribui para a melhoria da eficiência operacional da empresa.

Portanto, em um ambiente logístico cada vez mais competitivo e globalizado, a atenção aos detalhes contratuais e operacionais torna-se um diferencial. A análise técnica dos cálculos de laytime não é apenas uma tarefa administrativa, mas uma ferramenta de gestão de riscos e de redução de custos que deve ser incorporada à rotina das empresas atuantes no comércio marítimo.

**APESAR DA RELEVÂNCIA DESTETEMA, MUITAS EMPRESAS NÃO LHE CONFEREM A DEVIDA ATENÇÃO, TRATANDO-O COMO MEROTRÂMITE OPERACIONAL. ESSANEGLIGÊNCIAPODE GERAR SÉRIAS CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS, COMO A COBRANÇA DE VALORES INDEVIDOS EM GRANDE MONTA, QUE IMPACTAM DIRETAMENTEARENTABILIDADE DAOPERAÇÃO E O LUCRO DAEMPRESA**

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 30/09/2025

## **OPINIÃO – ARTIGOS – PLANEJAMENTO - ALÉM DOS TRILHOS: COMO A LOGÍSTICA INTELIGENTE PODE TRANSFORMAR O CUSTO BRASIL EM VANTAGEM**

**Por Anderson Abreu**

O Brasil já viu trilhos rasgarem o território e darem origem a cidades inteiras. O século XXI, porém, pede uma nova leitura: a ferroviária-indústria. Agora, os trilhos não apenas conduzem vagões, mas organizam cadeias produtivas, integrando fluxos de ida e volta de carga, metas contratuais e dados



em tempo real. Não se trata somente de transporte, mas de uma política industrial que dialoga com o ambiental e o social. Porter e Kramer (2011) sintetizam, ESG mede, Valor Compartilhado orienta – e a ferrovia-indústria transforma essa lógica em prática.

O que distingue esse arranjo? A lógica operacional deixa de ser “puxar vagões” e passa a estruturar cadeias: contratos que definem prazos e confiabilidade; janelas de atendimento que reduzem filas e custos; e KPIs que monitoram, em tempo quase real, a regularidade e o retorno carregado. A TKU (tonelada-quilômetro útil) torna-se métrica de eficiência sistêmica. Em outras palavras: trilho, contrato e dados trabalham juntos para transformar corredores em territórios produtivos.

### **Palmeirante (TO), VLI — o trem que não volta vazio**

No Complexo TIPA, grãos seguem ao porto e os vagões retornam com fertilizantes para mistura local. Segundo a VLI (2024), o hub tem 240 mil t de capacidade estática, 230 ha e movimenta 4,3 milhões t/ano. O arranjo reduz deslocamentos rodoviários, diminui variância de tempo e induz base industrial, gerando empregos técnicos e fortalecendo fornecedores locais (Corbage, 2015).

### **Mato Grosso, Rumo — reduzir custo e criar anéis industriais**

O corredor Rondonópolis–Santos, em expansão até Lucas do Rio Verde, aproxima a ferrovia do coração do agronegócio, no Brasil Central. Segundo a ANTF (2023), a Rumo vem consolidando volumes, estabilizando janelas de atendimento e maximizando o retorno carregado. O modelo reduz TKU, dá previsibilidade contratual e viabiliza agroindústrias e centros de distribuição, fortalecendo anéis industriais regionais.

### **Panorama nacional**

A MRS integra ferrovia-indústria no Sudeste, conectando siderurgia, mineração e cimento. Em 2024, movimentou 202,5 milhões t, apoiada por duplicação de linhas e renovação de frota.

A Vale mantém o sistema mina–ferrovia–porto (EFC e EFVM), equilibrando eficiência e função social, incluindo transporte de passageiros.

A Transnordestina, com previsão vigente para 2027, deve ligar MATOPIBA e polos industriais do NE a portos internacionais. Apesar das reprogramações, permanece promessa de inclusão logística.

### **Vista global — lições históricas**

Nos EUA, os Pacific Railway Acts (1862) integraram o mercado interno e aceleraram a industrialização. Na Alemanha, o Zollverein e a expansão ferroviária do século XIX catalisaram carvão e aço no Ruhr. O Brasil relê esses precedentes: com ESG como métrica e Valor Compartilhado como estratégia, a ferrovia-indústria não só move cargas o modelo também organiza cadeias produtivas e territórios.

### **Impactos sociais e ambientais (com governança)**

Ambiental: menos transbordos e percursos rodoviários secundários (caso TIPA) significa menores emissões e menor desgaste viário.

Social: a operação regular cria empregos técnicos formais, induz qualificação local e amplia a base de fornecedores, fortalecendo a arrecadação municipal.

Governança: KPIs auditáveis e janelas com regras claras permitem bônus contratuais e resolução ágil de gargalos.

Em síntese, a ferrovia-indústria não terceiriza o ESG: ela o materializa no ciclo operacional, conectando eficiência econômica a resultados sociais e ambientais mensuráveis.

### **Integração com a agenda governamental**



No Macro Day 2025 (BTG), o ministro dos Transportes, Renan Filho, destacou o pico histórico de investimentos e avanços em Norte–Sul, FICO, FIOL e modernizações na malha paulista. A carteira combina rentabilidade, transparência e previsibilidade regulatória, decisiva para o capital privado.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, estimou que hidrovias e ferrovias podem reduzir “quase 40%” os custos, citou recorde portuário em 2024 e projetou quase R\$ 40 bi em concessões. Dois ícones dessa agenda:

STS-10 (Santos): R\$ 6,45 bi de CAPEX, 25 anos de contrato e 621.975 m<sup>2</sup> de área regulatória (ANTAQ).

Túnel Santos–Guarujá: R\$ 6,8 bi, 30 anos, 1,5 km (870 m imersos), três faixas por sentido e via para VLT (MPor).

Esses marcos mostram que os exemplos empresariais integram uma estratégia nacional de logística.

### **Valor Compartilhado como estratégia**

Reconceber produtos e mercados: em Palmeirante, o retorno carregado transforma a ferrovia em mercado de insumos.

Redefinir produtividade na cadeia: em Mato Grosso, janelas cumpridas e ciclos estáveis reduzem custos e estimulam novos investimentos.

Fortalecer o ecossistema de negócios: a MRS ancora indústria pesada; a Vale integra mina-ferrovia-porto; a Transnordestina projeta novos polos no semiárido.

Assim, Valor Compartilhado deixa de ser conceito e torna-se critério prático de decisão.

### **Governança e execução**

A execução da ferrovia-indústria depende de disciplina contratual:

KPIs comuns monitorados em painéis auditáveis.

Janelas de atendimento com tolerâncias definidas.

Bônus/malus que premiam performance e acionam planos corretivos.

### **Comparativo internacional e lição para o futuro**

Estudos da ESALQ-LOG/USP mostram que os custos logísticos no Brasil absorvem 12% a 13% do PIB, contra 6% a 7% nos EUA. No agronegócio, o frete chega a 30%–40% do preço final recebido pelo produtor, frente a 10%–15% nos concorrentes americanos. Como sintetiza o professor Thiago Guilherme Péra:

“Para sermos competitivos, precisamos de logística eficiente que seja solução, não gargalo.”

Transformar o Custo Brasil em vantagem competitiva exigirá disciplina de execução e ousadia em seguir no caminho da ferrovia-indústria.

### **Considerações finais**

O Brasil tem diante de si a chance de converter corredores em territórios produtivos. O próximo passo envolve mapear pares carga–insumo, firmar SLAs públicos e consolidar previsibilidade regulatória.

Assim, a ferrovia deixa de devolver ar e passa a devolver futuro, com retorno efetivo para os territórios e Valor Compartilhado para toda a cadeia.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 30/09/2025**



## JORNAL O GLOBO – RJ

### LIRA DIZ QUE COMPENSAÇÃO DO PROJETO DO IR VAI ONERAR: 'NINGUÉM ESTÁ AQUI PARA DOURAR A PÍLULA'

Relator do projeto advertiu que é preciso acertar todos os detalhes antes da votação

**POR LUÍSA MARZULLO — BRASÍLIA**



**O ex-presidente da Câmara Arthur Lira — Foto: Brenno Carvalho**

O ex-presidente da Câmara e relator do projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta terça-feira, em reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que a compensação necessária para viabilizar a proposta terá impacto e “vai onerar”. Ele ressaltou que caberá ao plenário decidir se haverá ou não exceções à alíquota mínima de 10% sobre rendas acima de R\$ 1,2 milhão ao ano.

— Ninguém está aqui para dourar a pílula não. A compensação vai onerar. O texto tem impacto, está cobrando 10% de pessoas que recebem acima de R\$ 1,2 milhão (...) temos dois pontos importantes: isenção dos R\$ 5 mil é parcial até os R\$ 7 mil. Não vai ter um deputado que vai votar contra — disse Lira.

Apesar da grande aceitação do projeto apresentado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o relator advertiu que é preciso acertar todos os detalhes antes da votação.

— Temos que amarrar muito bem isso para não tomarmos um cascudo lá na frente. Vamos tomar a decisão sem medo — afirmou.

O texto em análise amplia a faixa de isenção até R\$ 5 mil por mês, com um desconto parcial até R\$ 7,3 mil, e cria uma alíquota mínima de 10% para contribuintes de altíssima renda. A medida é apontada pelo Planalto como central para aliviar a carga da classe média e aumentar a progressividade do sistema tributário.

Para compensar a perda de arrecadação, uma das propostas em debate é a emenda apresentada por Claudio Cajado (PP-BA), assinada por 35 deputados, que prevê elevar em 5% a CSLL de instituições financeiras com lucro anual superior a R\$ 1 bilhão. A ideia é usar parte da arrecadação do setor bancário para bancar a ampliação da faixa de isenção.

Lira frisou ainda a necessidade de proteger estados e municípios. “A discussão que temos que fazer é o que cabe ainda no texto e como a gente garante que estados e municípios não percam na fonte”, disse.

Ele também defendeu a criação de um mecanismo automático de correção da tabela.

— Tudo é justo e cabe. Acho que indexar é o mais correto. A pergunta que fazemos é porque não foi feito na tabela. Já que segregou, vamos fazer conta. Se parte do princípio que vai fazer a correção, vamos fazer a correção — completou.

'Estamos dispostos a negociar': Relator da compensação ao IOF reconhece como 'assunto crítico' taxaço de investimentos do agro

Embora a ampliação da faixa de isenço seja considerada consensual, a expectativa é de embate no plenário sobre o desenho da compensação e a possibilidade de abrir exceções à alíquota mínima. A votação está marcada para esta quarta-feira.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 30/09/2025*

### **RELATOR DA COMPENSAÇÃO AO IOF RECONHECE COMO 'ASSUNTO CRÍTICO' TAXAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO AGRO: 'ESTAMOS DISPOSTOS A NEGOCIAR'**

Carlos Zarattini (PT-SP) disse que pode reduzir taxaço de LCA e LCI, fixadas em 7,5% em seu relatório; hoje, os títulos são isentos

*Por Luísa Marzullo — Brasília*



***O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) — Foto: Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados***

O relator da medida provisória que trata do ajuste fiscal para compensar a queda de arrecadação com a redução do IOF, deputado Carlos Zarattini (PT-SP), adiou para quinta-feira a votação do texto na comissão especial. A análise estava prevista para esta terça-feira, mas, segundo ele, ainda não houve consenso em torno de pontos sensíveis da proposta.

As divergências se concentram na tributação de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e imobiliário (LCI), fixada em 7,5% no parecer e alvo de forte resistência do setor ruralista. LCA e LCI são títulos emitidos por bancos para captar recursos destinados, respectivamente, ao financiamento do agronegócio e do setor imobiliário. São considerados atrativos sobretudo por garantirem ao investidor pessoa física uma aplicação livre de Imposto de Renda.

— O ponto crítico é o que afeta o agronegócio. A tributação de 7,5% da LCA e LCI é um assunto sensível. Consideramos voltar a 5%, até outros números e estamos abertos a negociar — disse Zarattini.

Apesar das dificuldades, o relator afirmou acreditar que há tempo para aprovar a MP, que perde a validade em oito de outubro.

— É uma medida de R\$ 35 bilhões, de grande impacto. Já avançamos em negociações com o setor da pesca, mas ainda falta concluir as conversas com agronegócio e setor imobiliário. Por isso, transferimos a votação — declarou.

O parecer de Zarattini, apresentado aos líderes na semana passada, elevou de 5% para 7,5% a alíquota de IR sobre aplicações de pessoas físicas em LCA e LCI, antes isentas, o que desencadeou a reação imediata da Frente Parlamentar Agropecuária. O presidente da FPA, Pedro Lupion (PP-PR), prometeu barrar a medida:

— Jamais vamos ser favoráveis à tributação de LCAs, especialmente em 7,5%. A MP possui pontos que apoiamos, mas no crédito agrícola queremos isenço. Seremos sempre oposição ao aumento de taxas e impostos de qualquer natureza — disse.

O relatório também promoveu ajustes em outros instrumentos, e promoveu redução na arrecadação em R\$ 1 bilhão, na comparação com a proposta inicialmente apresentada pelo governo. A isenção de IR, antes restrita à poupança, foi ampliada a papéis como CRI, CRA e CPR. Nas letras de crédito de desenvolvimento (LCDs), pessoas jurídicas foram isentas e pessoas físicas passam a pagar 7,5%. Em relação a paraísos fiscais, manteve-se a alíquota de 25%, mas com vigência apenas um ano após a sanção.

Além disso, o texto extingue a alíquota única de 5% e criou diferenciações: 7,5% para pessoas físicas e 17,5% para pessoas jurídicas em letras de crédito. Fundos imobiliários e do agronegócio ficam isentos desde que tenham pelo menos cem cotistas, enquanto fundos de participação foram liberados.

As debêntures incentivadas mantêm isenção para pessoas físicas e tributação de 17,5% para empresas. No caso das debêntures de infraestrutura, a isenção permanece, mas acompanhada de regras de alocação e punições em caso de descumprimento.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 30/09/2025*

## JUSTIÇA DO RIO MANTÉM MEDIDA QUE PROTEGE AMBIPAR CONTRA EXECUÇÕES DE CREDORES

Deutsche Bank entrou com agravo de instrumento questionando a decisão judicial  
**Por Glauce Cavalcanti — Rio**



***Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro mantém medida cautelar que protege Ambipar contra execuções de credores — Foto: Divulgação***

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro manteve a medida cautelar concedida na última quinta-feira, 25 de setembro, à Ambipar. O Deutsche Bank havia entrado com um recurso questionando a decisão que protege a companhia de gestão ambiental contra

pagamentos e execuções pedidas por credores.

A decisão, assinada pelo desembargador relator do caso, Mauro Pereira Martins, da 21ª Câmara de Direito Privado, mantém a cautelar pelo prazo de 30 dias, prorrogáveis por igual período, como concedido.

E reforça que, para além de proibir a cobrança de créditos, execuções e retenção de bens da Ambipar por credores, suspende também as cláusulas que permitiriam vencimento antecipado de débitos.

O pedido de proteção à Justiça, argumentou a Ambipar por meio dos escritórios Galdino Advogados e Salomão Advogados, veio após o Deutsche Bank cobrar o pagamento de garantias vinculadas a um empréstimo de US\$ 35 milhões, o que poderia disparar um total de R\$ 10 bilhões em antecipação de débitos com instituições financeiras.

Segundo a petição entregue à 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) pela companhia, a Ambipar fechou contratos de derivativos com o Deutsche Bank para proteger as empresas do grupo de variações cambiais.

### **Questionamento de bancos credores**

Eles previam que o pagamento seria feito ao banco por meio de green bonds (títulos de dívida “verdes”, cujos recursos são atrelados a investimentos com foco ambiental ou sustentável) da Ambipar Lux.

Na segunda-feira, um grupo de seis bancos — ABC Brasil, Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Sumitomo Tsui Brasileiro e Itaú Unibanco — enviou uma petição à 3ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, pedindo que o foro do processo não seja a capital fluminense, como antecipou o colunista Lauro Jardim.

Eles alegam serem, juntos, os principais credores da companhia, somando cerca de R\$ 2 bilhões em créditos a receber da Ambipar. Um dos pedidos incluídos na demanda enviada ao TJRJ é que a cautelar seja retirada. Com a decisão desta terça-feira, porém, essa solicitação dos bancos tende a não ser atendida.

Em relação ao foro, eles argumentam que não haveria razões para que a cautelar e um futuro processo de recuperação judicial sejam tratados pela Justiça do Rio de Janeiro, defendendo que o processo seja transferido para São P

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 30/09/2025*

## INCERTEZA ECONÔMICA RECUA COM MAPEAMENTO DOS IMPACTOS DO TARIFAÇO E POSSÍVEL DIÁLOGO COM EUA

*Por Luciana Casemiro*



***Perspectiva de conversa entre Donald Trump e o presidente Lula se reflete na melhora de indicador de incerteza econômica no Brasil — Foto: Al Drago / Bloomberg***

A maior clareza sobre os impactos no Brasil do tarifaço americano e a perspectiva de uma conversa entre os presidentes Lula e Donald Trump levaram o Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) da Fundação Getúlio Vargas a recuar 4,2 pontos em setembro, para 106,5 pontos. É a segunda vez, desde novembro, que o indicador fica abaixo dos 110 pontos, patamar acima

do qual é diagnosticada elevada incerteza e indica a paralisação de investimentos de empresas e famílias, explica Anna Carolina Gouveia, economista do FGV Ibre.

- A queda do indicador está muito atrelada a uma acomodação dessa situação geopolítica, das tarifas e do conflito com os Estados Unidos. Não que a situação já tenha se resolvido, mas já se mapeou melhor quais os setores vão ser mais afetados, há uma política voltada para socorrê-los, existe uma maior clareza em torno desse impacto. Além disso, há uma abertura de diálogo com o presidente dos Estados Unidos, então, a que tudo indica, no momento, é possível que essas incertezas se mantenham mais baixas. Por isso, o indicador subiu bastante. Ficou um pouco mais clara as expectativas, o cenário para o futuro, e isso indica que a gente tem um cenário um pouco melhor para os empresários que queiram fazer investimentos, assim como para que os consumidores também possam consumir mais no presente sem se preocupar tanto com a sua renda no futuro - explica a economista.

Anna Carolina afirma que a melhora no indicador não significa necessariamente mais investimentos à frente:

- A melhora da incerteza tem sido muito influenciada por essa redução do ruído com relação ao setor externo. Mas quando a gente olha para a economia interna, nós temos, na verdade, uma homogeneidade de opiniões de que a economia está desacelerando em 2025, vai terminar com um

crescimento menor do que o ano passado e essa desaceleração vai se seguir para 2026, dada a taxa de juros muito elevada. É como se o mercado já tivesse precificado essa desaceleração.

Fonte: *O Globo* - RJ  
Data: 30/09/2025

### **GALÍPOLO É APONTADO COMO LÍDER EM ASCENSÃO PELA REVISTA TIME**

Para Gita Gopinath, ex-FMI, que assina o perfil do presidente do BC, ele vem cumprindo com o compromisso de reduzir a inflação e tem garantido a independência da autoridade monetária

**Por O GLOBO**



***O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, entra para lista de líderes em ascensão da Time — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo***

O presidente do Banco Central foi considerado liderança em ascensão pela revista americana Time. Gabriel Galípolo está entre os destaques da nova edição da lista Time100 Next, que reconhece personalidades de várias áreas com potencial para influenciar o futuro da liderança global.

Para a Time, a inclusão de Galípolo reforça o reconhecimento internacional ao trabalho que ele exerce no comando do Banco Central. Seu perfil é assinado por Gita Gopinath, professora de economia em Harvard e ex-diretora-gerente adjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI). Gita destaca que o economista brasileiro tem conciliado firmeza com visão de longo prazo.

"Gabriel Galípolo me dá esperança de que uma liderança reflexiva e de princípios ainda está viva — mesmo nestes tempos turbulentos", escreve Gita.

Segundo ela, como presidente do Banco Central do Brasil, ele está cumprindo o compromisso da instituição de reduzir a inflação, beneficiando todos os brasileiros e, em especial, os mais pobres, que são os mais afetados pela alta dos preços.

E ressalta que as ações do economista brasileiro desde que assumiu o cargo reafirmaram a independência da autoridade monetária, algo nada trivial em um momento em que pressões fiscais poderiam levar a decisões de curto prazo.

A ex-diretora-gerente adjunta do FMI aponta que a versatilidade de Galípolo se destaca nos muitos papéis que já desempenhou — de professor a cargos no setor público.

"O mundo precisa de mais bons exemplos, e Gabriel nos mostra que um formulador de políticas progressista não precisa ser populista. Ele é um ativo extraordinário para o mundo da política econômica", completou Gita, que deixou seu cargo no Fundo em agosto, para retornar à Universidade de Harvard, onde será a primeira a ocupar o cargo de Professora de Economia Gregory and Ania Coffey no Departamento de Economia.

Galípolo tem 42 anos. É mestre em Economia pela PUC-SP, tem passagens pelo setor público em São Paulo e foi presidente do Banco Fator (2017-2021). Teve como sócio e mentor o economista e ex-presidente do Palmeiras Luiz Gonzaga Belluzzo, amigo e conselheiro de Lula. Juntos, escreveram três livros.

Foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para assumir a presidência do Banco Central em agosto de 2024. O economista substituiu Roberto Campos Neto à frente da autoridade monetária.

### Protagonismo em 2022

O nome de Galípolo passou a ganhar evidência tanto no mercado como no meio político no início de 2022, às vésperas da campanha presidencial, quando a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, convidou-o para um jantar com a presença de nomes fortes do empresariado, como Abílio Diniz e Flávio Rocha.

A partir daquele momento, Galípolo participou de dezenas de encontros e reuniões nas quais era apontado como uma espécie de porta-voz do petista.

No dia da vitória de Lula, pagou rodadas de drinques no bar do hotel onde ele fez seu pronunciamento como presidente eleito. Dizia, na ocasião, que não tinha expectativa de assumir cargo no governo e que seu projeto era se refugiar em Ilhabela, cidade do litoral paulista onde tem uma casa de veraneio. Não foi o que ocorreu. Galípolo participou diretamente da transição e chegou a ser cotado para presidir o BNDES.

A aproximação com Lula, porém, vem de antes, quando em 2021 participou de reuniões entre Lula e outros representantes do mercado. Chegou a ir ao Natal dos catadores naquele ano, evento ao qual Lula sempre comparece. Também foi nesse período que se aproximou do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afinidade acelerada por conversas sobre filosofia e suas relações com a economia.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 30/09/2025*

### PELA 1ª VEZ, PÍER MAUÁ QUER CONCILIAR GRANDES EVENTOS E TEMPORADA DE CRUZEIROS

*Por Rennan Setti*



**Temporada de cruzeiros no Rio de Janeiro**  
— Foto: Divulgação

O Píer Mauá quer, pela primeira vez, conciliar a realização de grandes eventos e a alta temporada de cruzeiros. No verão — quando milhares de turistas de todo o mundo desembarcam ali —, o terminal da região portuária do Rio vai reservar um armazém inteiro para receber projetos do tipo.

O espaço reservado será o Armazém 3, que soma 4,5 mil metros quadrados. A empresa que detém a concessão para operar o terminal até 2049 ainda não fechou contratos e vai agora ao mercado com o objetivo de captar feiras e congressos.

Nos últimos anos, o Píer Mauá vem sediando eventos como o Rio Innovation Week, o Mundial de la Bière e a Rio Oil & Gas (hoje ROG.e), mas a agenda era interrompida durante a temporada de cruzeiros, que vai até abril.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 30/09/2025*

### BRASIL TEM 10% DO ESTOQUE MUNDIAL DE MINERAIS CRÍTICOS, MAS QUASE NÃO PRODUZ

Extração não chega a 0,1% da produção global. Governo federal prepara política nacional para o setor

*Por Denise Chrispim Sarin*



***Mina de terras raras da Meteoric Resources próximo a Poços de Caldas (MG): produção nacional está aquém do potencial — Foto: Victor Moriyama/Bloomberg***

A transição energética, crucial para deter o aquecimento global, elevará em seis vezes a demanda mundial por minérios críticos, como lítio, níquel, grafite e terras raras, até 2040, quando o planeta tem como meta alcançar a neutralidade de emissões de gás carbônico. Para o Brasil, dono de cerca de 10% das reservas mundiais desses insumos, trata-se de oportunidade ímpar, dizem especialistas. O desafio será multiplicar a produção efetiva, que hoje não passa de 0,09% da oferta global, alerta o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

“A prioridade é garantir que a exploração ocorra em bases sustentáveis, competitivas e transparentes, respeitando a legislação vigente e o interesse nacional”, afirmou em nota o Ministério de Minas e Energia (MME), que lidera a elaboração da Política Nacional de Minérios Críticos e Estratégicos (PNMCE).

Dados do Ibram mostram que, no primeiro semestre deste ano, o segmento de minérios críticos e estratégicos no país faturou R\$ 21 bilhões — 41,6% a mais do que em igual período de 2024 — e exportou US\$ 3,64 bilhões — aumento de 5,2%. Tais resultados foram possíveis graças à produção iniciada por mineradoras como a canadense Aclara e a Serra Verde, exploradoras de terras raras em Goiás.

Para o horizonte de 2025 a 2029, o instituto estima investimentos de US\$ 18,45 bilhões em exploração. Entretanto, cada novo projeto levará cerca de dez anos, entre requisitos legais e licenças ambientais, para iniciar sua produção.

Há significativo atraso nessa agenda. De acordo com a agência de pesquisa geológica dos EUA, a USGS, no caso das terras raras, o Brasil produziu apenas 20 toneladas em 2024 contra 270 mil toneladas da China. A extração brasileira de lítio no período, de 10 mil toneladas, manteve-se distante das 88 mil toneladas produzidas pela Austrália.

Há passos ainda inconclusos, como a política nacional. Uma de suas bases, o Projeto de Lei 2.780/2024, tramita no Congresso. Seu relator, o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), espera que seja aprovada no fim deste ano. Esquecido pelo Executivo por três anos, o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) deverá ser instalado somente em outubro.

Também há contratempos. A Agência Nacional de Mineração (ANM) está sob escrutínio desde setembro, quando uma operação da Polícia Federal desbaratou um esquema de corrupção. O fato de o Serviço Geológico do Brasil (SGB) ter mapeado o potencial mineral em apenas 27% do território nacional expõe outra deficiência. O MME informou que o SGB tem acelerado a identificação de minerais críticos.

Dados da agência de pesquisa americana apontam a existência, no Brasil, de amplas reservas de terras raras, lítio, níquel e grafite, todos essenciais para a transição energética. Esses minerais responderão à crescente demanda de indústrias de alta tecnologia, de defesa e de fertilizantes.

A política nacional trará dois eixos primordiais, segundo o ministério. A mineração ambientalmente sustentável desses insumos é uma delas. Trata-se de requisito para a competitividade internacional dos novos negócios.

Há dúvidas, porém, sobre a capacidade de a nova política amarrar os novos investimentos a salvaguardas ambientais que previnam a exploração próxima a áreas de proteção ambiental e terras

indígenas e quilombolas, bem como a mecanismos de prevenção de acidentes e de preservação do meio ambiente e da biodiversidade, sobretudo, na região amazônica.

— O Brasil tem a oportunidade de adotar um modelo de mineração sem abrir mão de um licenciamento ambiental efetivo e prudente dos projetos — afirma Maurício Ângelo, diretor-executivo do Observatório da Mineração.

### Valor agregado

O outro eixo essencial da política nacional diz respeito à agregação de valor, no Brasil, do minério extraído. Segundo o MME, a redução da dependência do país da exportação de bens primários e a ampliação de seu papel nas cadeias globais de valor serão a principal diretriz dessa política.

O Ibram alerta que o Brasil terá de atrair empresas tecnologicamente capazes de produzir baterias para veículos elétricos, turbinas eólicas e sistemas de armazenamento de energia. Isso não estará garantido apenas pela oferta dos minerais críticos e estratégicos. Depende também de infraestrutura física, fornecimento confiável de energia e mão de obra preparada. Sobretudo, na lógica empresarial, de incentivos fiscais e subsídios.

Tais benefícios estão previstos no projeto de lei. O ministério afirma que vai inserir no arcabouço legal “contrapartidas claras em termos de inovação, geração de empregos, sustentabilidade e agregação de valor no Brasil” às empresas beneficiadas.

\*Denise Chrispim Sarin, do Valor

Fonte: O Globo - RJ

Data: 30/09/2025

## ITAIPU TESTA USINA SOLAR FLUTUANTE NO RESERVATÓRIO DO PARANÁ

Projeto-piloto deve gerar energia para 650 casas e servir de base para expansão da hidrelétrica

Por Mário Camera\*



**Itaipu investe em usina solar flutuante. Serão dez conjuntos de placas solares no projeto — Foto: William Brisida/Itaipu Binacional**

A Itaipu Binacional vai inaugurar no fim de novembro um projeto-piloto de usina solar flutuante. Serão instalados cerca de 1.500 painéis fotovoltaicos, que ocuparão quase um hectare do lado paraguaio do reservatório da hidrelétrica no Rio Paraná.

A área é mínima diante dos 1.350 km<sup>2</sup> do lago formado pela usina, mas servirá como um laboratório flutuante, onde serão avaliados ganhos de eficiência dos painéis, eventuais impactos sobre a fauna aquática e a qualidade da água, além das possibilidades de expansão do modelo em maior escala.

A previsão é gerar 1 MWp (megawatt/pico) de energia, o suficiente para abastecer em torno de 650 casas. Nesse primeiro momento, a eletricidade será usada nos escritórios da empresa.

— O objetivo do projeto é promover estudos de viabilidade, avaliar benefícios e eventuais impactos ambientais no reservatório — explica Rogério Meneghetti, superintendente de Energias Renováveis da Itaipu.

Segundo ele, os resultados poderão servir de base para ampliar o sistema na própria hidrelétrica e até para replicar o modelo em outros reservatórios do Brasil e do Paraguai.

O consórcio Sunlution–Luxacril ficou responsável por tirar o projeto do papel. A proposta vencedora foi de US\$ 854,5 mil, quase 12% abaixo do teto previsto no edital. Além de fornecer os painéis e a estrutura flutuante, o grupo cuida da montagem no lago, do sistema elétrico e das obras civis.

O contrato inclui treinamento de equipes e acompanhamento técnico durante 180 dias após o início da operação. Nesse período, serão monitoradas a durabilidade dos flutuadores, a adaptação da planta às variações do nível do reservatório e o desempenho da integração elétrica.

### Planos de expansão

Há expectativa de que o piloto, se bem-sucedido, abra caminho para expansões. Mas, segundo Meneghetti, há limites que não podem ser ignorados:

— Sombrear 10% do reservatório é irreal. O uso do espelho d'água depende de fatores que podem variar fortemente ao longo da extensão do reservatório. Por exemplo, não vale a pena colocar painéis longe do ponto de consumo, ou colocar em locais que possam prejudicar a navegação.

Ele acrescenta que, numa simulação simples, se fosse possível usar 1% da área do reservatório, isso equivaleria a cerca de 4% de toda a energia gerada pela Itaipu em 2023.

A expectativa é que a usina comece a gerar em caráter experimental no fim de novembro. A partir dessa data, passa a contar o prazo de 180 dias de acompanhamento técnico para aceitação definitiva.

Meneghetti lembra que será necessário pelo menos um ano de coleta de dados antes de qualquer decisão de ampliação do projeto, para verificar se o modelo pode ser replicado em outros pontos do reservatório ou até em diferentes usinas do Brasil e do Paraguai. Também seriam exigidas alterações no Plano Diretor de Gestão Ambiental da Binacional.

\*do Valor

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 30/09/2025

## ENERGIA QUE SURGE DO LIXO AINDA É DESPERDIÇADA NO BRASIL

Parte das 81 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos produzidos anualmente poderia ser aproveitada para gerar eletricidade, mas falta de incentivos trava crescimento

**Por Augusto Diniz — São Paulo**



***A primeira usina de geração de eletricidade com combustão de resíduos sólidos, da Orizon, está em construção em Barueri (SP) e deverá começar a operar até 2027 — Foto: Divulgação***

O Brasil produz 81 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU) por ano, segundo a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema). Do total, 41% são depositados irregularmente em lixões sem nenhuma utilidade, e os outros 59% são

encaminhados à reciclagem, transformação em compostagem para adubo e também dispostos em aterros sanitários.

Há 147 plantas de biogás para produção de biometano e energia elétrica em operação em aterros sanitários no país, de acordo com dados da Associação Brasileira do Biogás e do Biometano (ABiogás). Desse total, pouco mais de 50% geram energia elétrica. A Abrema calcula que 300



megawatts (MW) são gerados de eletricidade nos aterros sanitários no país, mas há potencial para ampliar a geração em pelo menos 30%.

Renata Isfer, presidente da ABiogás, afirma que o crescimento esbarra na regulação. Segundo ela, há um benefício hoje na lei às usinas eólicas e solar, tornando a energia renovável produzida por essas matrizes mais competitiva.

— Grandes aterros estão abandonando a geração de eletricidade porque não valorizam todos os seus atributos — afirma Renata. — Ninguém vai fazer investimento sem saber se vai conseguir vender a energia.

A executiva explica que o biogás tem o diferencial de fornecer energia elétrica de forma constante e segura, inclusive nos horários de pico, ao contrário de outras fontes energéticas intermitentes, com a eólica e a solar.

Outra solução tecnológica para geração de energia de resíduos é a unidade de recuperação energética (URE). Enquanto o biogás é o resultado da biodigestão anaeróbica, que faz a decomposição acelerada de resíduos orgânicos para geração de eletricidade ou biometano — gás renovável idêntico ao gás natural, que pode ser usado tanto em veículos (GNV) quanto na indústria —, a URE faz a queima dos resíduos não recicláveis (orgânico e inorgânico) em uma caldeira, gerando eletricidade.

### **98% de aproveitamento**

Até 98% do volume de resíduos pode ser incinerado em uma URE, e o restante, composto por materiais inertes, deve ser depositado em um aterro sanitário. As primeiras UREs foram implementadas na Europa e se popularizaram na segunda metade do século passado. Hoje, no continente, há pelo menos 500 delas. Na China, há mais de 1 mil UREs em atividade atualmente.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos prevê, até 2040, 15% do resíduo urbano destinado às UREs, o que representaria 994 MW de potência instalada de geração de energia, suficiente para abastecer 27 milhões de domicílios com eletricidade. Hoje, no entanto, só há 80 MW de energia contratada da matriz energética, de acordo com a Associação Brasileira de Energia de Resíduos (Abren).

A URE Barueri, de 20 MW, na Grande São Paulo, é o único empreendimento em construção no âmbito da energia já contratada da fonte energética.

No município de São Paulo, o contrato de concessão da coleta de lixo domiciliar com as empresas Loga e Ecourbis prevê a construção de duas UREs, com 30 MW cada, com operação em 2028, mas as duas unidades estão ainda em fase de licenciamento ambiental.

O projeto da URE Barueri, o primeiro desse tipo no Brasil e na América Latina, saiu do papel em 2021, quando um leilão de energia elétrica contratou pela primeira vez a fonte de resíduos sólidos. O empreendimento é controlado pela operadora de aterros sanitários e usinas de biogás Orizon e tem a Sabesp como sócia minoritária, com 20%.

O investimento é R\$ 550 milhões. A usina hoje está em início de montagem eletromecânica e o começo da operação comercial deverá ocorrer até janeiro de 2027.

Jorge Rogério Elias, diretor de engenharia do Grupo Orizon, explica que a planta deve receber diretamente de caminhões de lixo resíduos coletados de municípios como Barueri, Carapicuíba e Santana de Parnaíba, na Região Metropolitana de São Paulo.

Serão cerca de 870 toneladas por dia de entrada de resíduos para processamento. Só em Barueri, segundo dados da prefeitura, são geradas diariamente cerca de 300 toneladas de resíduos.

### **Potencial em 28 locais**

Esse tipo de projeto é adequado para locais densamente povoados onde há muitas restrições de disposição de resíduos. A Abren calcula que os resíduos sólidos das 28 regiões metropolitanas do Brasil com mais de 1 milhão de habitantes são capazes de gerar 3,3 gigawatts (GW) de energia, com investimentos somados de R\$ 181 bilhões em UREs.

— Falta incentivo do governo federal com leilões de compra de energia que paguem um preço justo pela fonte — diz Yuri Schmitke, presidente da Abren, o que explicaria a lenta expansão da tecnologia no país.

Assim como a ABiogás, a Abren também reforça a energia gerada de resíduos urbanos como fonte segura de fornecimento de energia.

— Atualmente, o sistema elétrico está em crise por conta da elevada intermitência das fontes renováveis como eólica e solar — diz Schmitke.

Erik Rego, vice-coordenador do Centro de Inovação para Transição Energética da Poli, da USP, vê um índice de aproveitamento energético de resíduos ainda baixo, mas acha essencial apostar nessa fonte de energia.

— Resíduo sólido urbano não pode ter só custo de gerenciá-lo, mas dá para ganhar com a exploração também — afirma o especialista. — Além disso, é importante dar um destino ao lixo, que já está perto do limite de alocação em muitos lugares.

\*Augusto Diniz, do Valor

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 30/09/2025

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### WEG ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 1,1 BI PARA AUMENTAR PRODUÇÃO EM SANTA CATARINA

Plano da empresa será executado até 2028 e prevê a geração de cerca de mil novos empregos diretos

**Por Eduardo Puccioni**

A Weg anunciou um plano de investimento de R\$ 1,1 bilhão para aumentar a capacidade produtiva da unidade de Energia, em Jaraguá do Sul (SC), que inclui a construção de um parque fabril, orçado em R\$ 900 milhões, e a ampliação das operações existentes na cidade no valor de R\$ 160 milhões. O plano será executado até 2028, de acordo com documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Ainda segundo o documento, o parque fabril será dedicado à produção de equipamento de grande porte, como compensadores síncronos até 330 MVar, turbogeradores de até 200 MVA e motores de indução de alta rotação, e possibilitará o aumento do escopo de prestação de serviços para motores, geradores e turbina hidráulica até 300 MVA.

**Weg anunciou investimento para aumentar capacidade produtiva da unidade de Energia, em Jaraguá do Sul (SC) Foto:**



### **Jonne Roriz/Estadão**

A Weg explicou que a localização do parque considerará fatores estratégicos como a proximidade do corpo técnico de Jaraguá do Sul, a disponibilidade de mão de obra qualificada na região e a infraestrutura logística, com acesso à BR-280 e os principais portos catarinenses.

“O projeto prevê ainda a geração de aproximadamente 1.000 novos empregos diretos, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região”, destacou a empresa.

O plano de expansão na unidade de Energia em Jaraguá do Sul contará com investimentos de cerca de R\$ 160 milhões, que resultará na adição de 11.250 m<sup>2</sup> à área produtiva. “A expansão visa atender ao crescimento orgânico da demanda pelos produtos já fabricados na unidade, garantindo maior eficiência operacional e suporte ao crescimento da companhia”, concluiu a Weg.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 30/09/2025*

### **CADEIA DE ENERGIA EÓLICA CORRE RISCO DE ESTRANGULAMENTO, DIZ PRESIDENTE DE FABRICANTE DE TURBINA**

Segundo o presidente da Vestas, subsídios criaram uma competitividade artificial que precisa ser corrigida rapidamente para evitar aumento dos prejuízos a consumidores e geradoras de energia

**Por Ludmylla Rocha (Broadcast) e Carlos Eduardo Valim**

O presidente na América Latina da fabricante dinamarquesa de turbinas de energia eólica Vestas, Eduardo Ricotta, defende que o governo busque uma rápida solução para os cortes de geração de energia renovável por razões sistêmicas, conhecidos pelo jargão em inglês “curtailment”. Com o excesso de geração de energia do modo distribuído ocorre uma sobre oferta que leva o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a obrigar algumas usinas a se desligarem.

Para o executivo, o País precisa enfrentar essa questão em até três meses para viabilizar a reestruturação do setor eólico brasileiro, de modo a manter sua cadeia produtiva estruturada. “É a maior preocupação que tenho hoje”, disse em entrevista a Estadão/Broadcast diante de dois anos praticamente sem novos projetos no Brasil.

Segundo Ricotta, a empresa que administra tem sustentado os resultados de sua operação no País com o estoque de projetos desenvolvidos no passado e equilibrando-se na demanda de outros países, mas é preciso resolver a questão dos cortes. “A minha preocupação é com os meus clientes, que são os geradores”, completou.

Os cortes de eletricidade gerada por fontes renováveis por razões alheias aos empreendimentos aumentaram depois do apagão de agosto de 2023. Enquanto a questão é discutida em grupo de trabalho do Ministério de Minas e Energia e na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), executivos do setor têm pedido que a geração distribuída — usinas predominantemente solares de pequeno a médio portes conectadas à rede de distribuição — entre no rateio desse prejuízo.

O executivo da fabricante de aerogeradores defende a posição deles. “Não pode ter essa avalanche de subsídios dentro da geração distribuída, que distorce o setor inteiro”, diz ao sugerir que a fonte passe por um “curtailment contábil”.

Pesquisa da Vestas estimou que, desde 2018, os consumidores brasileiros que não utilizam geração distribuída precisaram pagar mais de R\$ 29 bilhões em incentivos para subsidiar os que têm, valor que cresceu ano após ano a uma taxa média de 137%, e que seguirá aumentando se não ocorrer uma alteração regulatória.

Apesar do cenário difícil de curto prazo, Ricotta destaca a qualidade dos ventos no Brasil e cita o aumento de demanda por energia para o funcionamento de data centers como uma alavanca para o

setor elétrico. Esses centros de processamento computacional estão exigindo cada vez mais energia para dar conta do avanço da inteligência artificial.

Confira os principais trechos da entrevista:

### **Qual o panorama do setor eólico dentro da matriz energética do País hoje?**

A gente mede os ventos em quase 90 países e sabe que o Brasil tem um dos melhores do mundo, com constância e, portanto, perfeito para geração de energia. Além disso, a gente tem um grid (rede) verde, porque entre 85% e 89% da energia vem de fontes renováveis, que é água, sol e vento. Isso deixa o Brasil numa posição espetacular com relação à transição energética. E, por fim, tem os data centers. Colocá-los em países como o Brasil é extremamente atrativo porque diminui a emissão (de gases de efeito estufa). E, além disso, o custo de energia é muito atrativo.

### **Apesar destas oportunidades, o setor eólico vive um momento muito ruim no Brasil, certo?**

Em 2021, a indústria eólica salvou o Brasil de um apagão. A gente esquece isso. Mas, em 2022 e 2023, houve muita chuva no País, os reservatórios ficaram cheios e o preço da energia caiu muito. Depois, veio o crescimento desenfreado da geração distribuída (GD) por vários motivos. A GD tem incentivos adicionais às outras fontes e acaba criando um preço artificial, uma concorrência artificial. Com isso, aumentou muito o “curtailment”, porque você corta onde você controla (que aconteceram no sistema). O “curtailment” também tem uma questão do descasamento entre geração e transmissão. Hoje em dia, a implementação da geração está muito mais rápida do que a da própria transmissão. Com tudo isso, nos últimos dois anos, praticamente não houve projeto novo no Brasil, a não ser os que a gente já estava implantando anteriormente.



***O presidente para a América Latina da fabricante de aerogeradores Vestas, Eduardo Ricotta Foto: Divulgação Vestas***

### **Como a Vestas está navegando nesse cenário?**

Apesar de toda a dificuldade, a Vestas foi privilegiada, porque sempre teve um backlog (estoque de vendas) muito grande. Num projeto eólico, isso tem um ciclo de 24 meses, o que ajudou bastante. São dois anos praticamente sem investimento grande, mas a gente já vê uma necessidade de energia com o perfil das eólicas. Antes, todo mundo colocava todas as fontes no mesmo pacote, mas não é tudo igual. A eólica tem um perfil de geração mais uniforme durante o dia, que ficou mais evidente. Isso acabará tendo um impacto positivo nos próximos anos.

### **Quais são os efeitos da crise das eólicas para essa cadeia como um todo aqui no Brasil?**

A redução de volume estrangula um pouco toda a cadeia. São mais de 110 fornecedores, por volta de 25 mil pessoas impactadas. O que estamos tentando é ter uma redução no volume, mas não uma paralisação total para não matar essa cadeia, porque esse seria o pior dos cenários. Custou 20 anos para o País fazer essa transferência de tecnologia. Hoje, 82% dela (da produção dos equipamentos para gerar energia eólica) é feita no Brasil. É uma cadeia que gera muito emprego, muito imposto. Há programas sociais nos locais em que se instala parques eólicos. O Brasil não deveria abrir mão dessa cadeia, que levou anos para ser construída e não está em todos os países.

### **Dado que esses temas — subsídios, “curtailment” — não serão resolvidos no curto prazo, o que a empresa espera para 2026?**

Tenho operação em 16 países da América Latina. Houve queda no Brasil, mas subiu na Argentina, no Chile. Nós tivemos, após quatro anos, um projeto grande no México. Então, a mitigação que se tem é um pouco pela diversificação regional. É óbvio que o Brasil tem um volume expressivo dos resultados, mas os outros países ajudaram muito. Outro ponto foi um movimento importante no ano passado com a questão da tecnologia. Investimos R\$ 130 milhões para fazer uma nova turbina aqui no Brasil. Hoje, estamos produzindo uma segunda turbina, porque ela tinha um perfil interessante



para o País. Olho o Brasil no longo prazo. A gente está investindo no País há muito tempo e não há dúvida de que o Brasil vai ajudar a fazer a transição energética de outros países também.

### **Há registro de algumas recuperações judiciais no setor eólico. Há uma preocupação de que outras empresas vão por um caminho parecido?**

Existe. Acho que esse é o ponto mais importante do setor agora. Há geradores com prejuízos gigantes por causa do “curtailment”, em alguns casos chegando a mais de 40% de cortes. Além disso, está crescendo a GD, que está causando o aumento do “curtailment” e dos subsídios, e isso aumenta a conta do consumidor. Isso está criando uma competitividade artificial e precisa ser corrigido o mais rápido possível. Se a gente não resolver rápido, nós vamos ter mais problemas. Há uma preocupação grande dos bancos, por que isso vai começar a resultar em inadimplência para os que ajudaram nesses investimentos. Estou bem preocupado com isso e temos de arrumar uma solução.

### **O que pode ser feito?**

É preciso revisar as regras do “curtailment” o mais rápido possível. O corte por confiabilidade do sistema tem de ser ressarcido ao gerador. Quem faz o investimento de bilhões de reais não tem controle sobre a confiabilidade do sistema. Não é correto ele não ser ressarcido.

### ***Esse ressarcimento é feito pelo consumidor via conta de luz. E há uma preocupação justamente quanto ao crescimento dessa conta. Como conciliar essa questão?***

Tem de tirar o subsídio de onde está em excesso e usar esse dinheiro para fazer o ressarcimento. Não pode ter essa avalanche de subsídios dentro da GD, que distorce o setor inteiro. Tudo bem que a GD não se pode cortar, mas é possível fazer o curtailment contábil, e dividir essa conta para todo mundo. Além disso, a abertura de mercado empodera o consumidor, porque dá o direito dele escolher de quem quer comprar a energia.

### **Em quanto tempo isso precisa ser resolvido?**

Tem de resolver isso nos próximos três ou quatro meses. Minha preocupação é com os meus clientes, que são os geradores. Isso está afetando o business case deles. É a maior preocupação que tenho hoje. Uma solução nos próximos três meses é importante para reestruturar o setor no Brasil.

### **O Congresso aprovou o marco legal para a energia eólica offshore, gerada em alto-mar. É uma tecnologia que a Vestas trabalha em outros países. Como vocês olham para a possibilidade desse mercado acontecer aqui no Brasil?**

A Vestas tem offshore em 10 países, mais de 10 gigawatts instalados. E um backlog bem grande também para os próximos anos. O que a gente viu é que o custo da offshore vem caindo ao longo do tempo. É natural: aconteceu na eólica onshore. Além disso, a costa brasileira tem um volume de águas rasas, onde a gente poderia instalar o offshore, que é espetacular. Poderia ter offshore mais próximo de onde está a demanda, o que resultaria em muito menos investimentos em linha de transmissão. Existe um potencial de 700 gigawatts de offshore no Brasil. A questão que a gente tem de endereçar agora do offshore é o arcabouço regulatório, por que, quando a gente fala de offshore, está falando de uma perspectiva de longo prazo. Precisa ter o arcabouço regulatório das áreas, como é que você vai pedir reserva de área, quanto que vai custar, tudo isso precisa ser definido. Porque ninguém vai fazer investimento se não houver definição. Daqui a uns anos veremos como está sendo implementado em outros países, e vamos ter uma estrutura de custos de offshore também muito interessante. Então, a gente não pode perder essa oportunidade que vai aparecer lá na frente.

### **E o Brasil vai precisar dessa geração de energia no futuro?**

Acredito que sim. O Brasil tem uma energia renovável muito boa. Se a gente conseguir fórmulas mais baratas, por exemplo, de transportar hidrogênio, vai ser uma baita oportunidade. Acho que abdicar disso seria um erro. Existe, sim, uma grande oportunidade, mas a gente tem também desafios com essa oportunidade, e acredito que a gente pode ter soluções para eles no futuro.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 30/09/2025**

### TCU VÊ PERDA DE CREDIBILIDADE FISCAL COM 'PRÁTICAS REITERADAS' DE GASTOS DO GOVERNO FORA DA META

Técnicos do tribunal estimam que, nos dois primeiros anos do novo arcabouço, governo excluiu R\$ 89,9 bi da meta; Haddad diz que equipe econômica segue comprometida em atingir resultados fiscais  
**Por Alvaro Gribel**

BRASÍLIA - Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) emitiram um alerta ao governo Lula de que retirar despesas das regras fiscais contraria os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e diminui a transparência das contas públicas. Segundo análise feita sob relatoria do ministro Benjamin Zymler, nos dois primeiros anos de vigência do novo arcabouço fiscal, R\$ 89,9 bilhões em gastos foram excluídos da meta de resultado primário, em seis medidas de exceções nos anos de 2024 e 2025.

“Constantes descon siderações de despesas ou renúncias de receitas para fins de cumprimento da meta de resultado primário contrariam os princípios de responsabilidade fiscal”, diz o documento do TCU.

Na semana passada, o plenário do TCU decidiu que o governo federal será obrigado a perseguir o



centro da meta fiscal na hora de decidir sobre o congelamento de despesas no Orçamento, e não mais o limite inferior (piso) da meta. O Executivo, contudo, ainda pode recorrer, com efeito suspensivo da medida. Caso seja mantida, a decisão pode obrigar o governo a congelar até R\$ 34 bilhões a mais em gastos em pleno ano eleitoral.

**Haddad disse que a equipe econômica segue comprometida em atingir os resultados fiscais Foto: Wilton Junior/Estadão**

Procurado, o Ministério da Fazenda disse que a posição da pasta foi expressa pelo ministro Fernando Haddad durante evento do Itaú BBA nesta segunda-feira, 29, em São Paulo. Haddad disse que a equipe econômica segue comprometida em atingir os resultados fiscais, mas que a interpretação do TCU sobre o centro da meta contraria a determinação dada pelo Congresso Nacional.

“Penso que a interpretação que o tribunal está dando colide com a que foi aprovada no Congresso Nacional, mas nós da Fazenda estamos mais preocupados com o resultado econômico do que com a interpretação jurídica”, afirmou o ministro.

Já o Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou que não iria se manifestar.

#### ‘Tendência de exclusão’

No relatório da área técnica do TCU, ao qual o Estadão teve acesso, datado de 2 de setembro, o Tribunal lembra que em 2024 o governo excluiu das metas o socorro ao Rio Grande do Sul, atingido pelas chuvas, num valor de R\$ 29 bilhões, além de gastos para combater incêndios no Norte do País, em R\$ 1,4 bilhão, e restituição de despesas ao Poder Judiciário, em R\$ 1,3 bilhão.

Já em 2025, o governo desconsiderou R\$ 45,3 bilhões em precatórios (dívidas judiciais da União), mais R\$ 3,3 bilhões em ressarcimento de aposentados do INSS vítimas de fraudes e R\$ 9,5 bilhões em apoio a empresas atingidas pelo tarifaço americano. A proposta em tramitação no Congresso permite excluir das regras fiscais os gastos com medidas de socorro a exportadores até 2026.



“Observa-se que tem se mantido uma tendência na gestão da política fiscal de se aprovar a exclusão de determinadas rubricas de despesas ou renúncias de receitas para fins da aferição do cumprimento da meta de resultado primário, prática essa que pode reduzir a credibilidade das regras fiscais e dificultar o processo de estabilização da dívida pública”, diz o relatório.

O Tribunal pondera que todas as exclusões ocorreram após autorização normativa, e que não configuram “vícios de legalidade”. “Não obstante, envolvem riscos à sustentabilidade da dívida pública e à credibilidade das próprias regras fiscais”.

O TCU complementa que o novo arcabouço fiscal foi instituído em meados de 2023 para corrigir o que, na visão da equipe econômica, seria um problema de “rigidez” do antigo teto de gastos. A nova regra prometeu flexibilidade para acomodar despesas inesperadas com a criação de um regime de bandas, que permite ao governo ter uma meta central, mas com um intervalo de tolerância de 0,25% do PIB para cima ou para baixo.

O problema, diz o Tribunal, é que mesmo com essa margem de tolerância, o governo vem excluindo despesas da meta. Pelas contas dos técnicos, se o governo tivesse perseguido o centro da meta em 2024, 90,6% do gasto excluído da meta poderia ter sido acomodado pela margem de tolerância. Já em 2025, esse percentual seria de 53,4%.

“É verdade que a exceção de precatórios (em 2025) já havia sido estabelecida antes do início do exercício financeiro atual. Então, pode-se afirmar que a margem de segurança de R\$ 31,0 bilhões entre o centro da meta e o limite inferior do intervalo de tolerância seria capaz de acomodar completamente os choques ocorridos ao longo de 2025”, diz o documento.

O Tribunal também lembra que, no terceiro relatório bimestral de receitas e despesas, o governo estimou ter R\$ 4,7 bilhões de resultado acima do limite da banda fiscal; mas, ainda assim, optou por excluir as medidas de socorro contra o tarifaço em sua integralidade.

“O que mostra que essa prática tem se tornado comum, a providência óbvia a ser utilizada diante de qualquer cenário econômico e fiscal imprevisto”, diz o TCU.

### **Perda de credibilidade**

Com tudo isso, o TCU vê perda de credibilidade da meta de resultado primário no Brasil (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida). Isso dificulta, segundo técnicos do Tribunal, a ancoragem das expectativas em relação à dívida pública federal. Isso significa que o governo acaba sendo obrigado a pagar juros mais elevados para a rolagem da própria dívida.

“Os agentes econômicos deixam de acreditar que a meta fiscal estabelecida na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) é um bom guia para o resultado efetivo que ocorrerá ao final do exercício, e o resultado primário computado para fins de aferição do cumprimento da meta vai aos poucos perdendo significado econômico, desconectando-se da realidade fiscal a cada nova exceção aprovada”, diz a Corte de contas.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, concorda com o diagnóstico feito pelo TCU e diz que o alerta do Tribunal é “oportuno”.

“O que estamos vendo, no caso das metas de resultado primário, é um enfraquecimento de sua finalidade: já não serve mais como indicador de esforço, portanto perdeu sua ligação com a evolução da dívida pública”, afirmou. “Tanto é que o mercado praticamente tem ignorado o fato do governo atingir as metas porque sabe que o déficit efetivo será maior. Vale ressaltar que o limite de despesas também está se enfraquecendo haja vista a proliferação de exceções aprovadas nos últimos tempos”, disse.

Para o TCU, a prática de excluir gastos é pior do que seria uma mudança efetiva da meta fiscal, porque, na visão de técnicos, há perda de transparência das estatísticas “na medida que passam a coexistir duas medidas em paralelo, o resultado primário “legal” e o resultado primário efetivo”.

“Diante do exposto, propõe-se alertar o Poder Executivo que a reiterada prática de exclusão de despesas e/ou renúncias de receitas para fins de aferição do cumprimento da meta de resultado primário contribui para a elevação do endividamento público, para a redução da transparência das estatísticas fiscais e para a perda de credibilidade das regras fiscais vigentes, sendo uma prática não aderente ao princípio de responsabilidade na gestão fiscal estabelecido pelo §1º do art. 1º da LRF”, concluem os técnicos do tribunal.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 30/09/2025*

## **GALÍPOLO É ESCOLHIDO PELA REVISTA ‘TIME’ COMO UMA DAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS GLOBAIS EM ASCENSÃO**

Segundo publicação, presidente do Banco Central tem cumprido compromisso de reduzir a inflação, beneficiando os brasileiros mais pobres

*Por Cícero Cotrim (Broadcast)*

BRASÍLIA - O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, foi escolhido como uma das principais lideranças globais em ascensão pela revista americana Time. Ele figura no grupo de líderes da lista “TIME100 Next”, com um breve perfil assinado pela ex-vice-diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) Gita Gopinath.



“Gabriel Galípolo me dá esperança de que a liderança ponderada e baseada em princípios ainda esteja viva — mesmo nestes tempos turbulentos”, diz o texto.

“O mundo precisa de mais bons exemplos, e Gabriel nos mostra que um formulador de políticas progressista não tem de ser populista. Ele é um ativo incrível para o mundo da política econômica.”

*Revista 'Time' elogiou a 'versatilidade' de Galípolo*  
*Foto: Wilton Junior/Estadão*

Segundo o perfil, o banqueiro central tem cumprido o compromisso de reduzir a inflação, beneficiando brasileiros mais pobres. “As ações dele desde que assumiu o cargo este ano têm reafirmado a independência do Banco Central — um feito nada desprezível em um momento em que pressões fiscais podem induzir decisões míopes”, diz um trecho.

A Time também elogia a versatilidade de Galípolo, que ocupou cargos desde a academia até o setor público. Ele é o único brasileiro na seção de “líderes” da lista.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 30/09/2025*

**Valor** ECONÔMICO  
Informação que vira dinheiro.

## **VALOR ECONÔMICO (SP)**

### **COM GRANDES PLANOS, PECÉM TERÁ APORTES DE R\$ 2,5 BILHÕES**

Porto cearense já está entre os dez maiores terminais privados de cargas no Brasil

*Por Yan Boechat — De São Gonçalo do Amarante (CE)*



**Propriedade do governo do Ceará e do Porto de Roterdã, o Porto de Pecém planeja crescer e dispõe de uma área de 190 quilômetros quadrados para expansão — Foto: Yan Boechat/Valor**

Perto de completar 25 anos, o Porto de Pecém iniciou neste ano uma nova rodada de investimentos para ampliar sua capacidade e, principalmente, se preparar para diversificar de forma significativa sua área de atuação. Ao todo, nos próximos anos, todo o complexo de Pecém - que inclui uma zona industrial e uma zona de processamento de exportação (ZPE) - terá investimentos de quase R\$ 2,5 bilhões em sua infraestrutura, tanto com recursos do próprio porto como de empresas que passarão a usar seus terminais. “Esse é um momento muito importante para Pecém, estamos expandindo e, o principal, estamos cada vez mais diversificando nossas operações. Temos muito espaço para crescer”, diz Maximiliano Quintino, o presidente do Porto de Pecém.

O espaço para crescer não é uma figura de linguagem usada por Max, como gosta de ser chamado o executivo, que assumiu Pecém na virada de 2024 para 2025. O complexo dispõe de uma área de 190 quilômetros quadrados para expansão tanto das operações portuárias quanto de seu complexo industrial, algo como 26 mil campos de futebol padrão Fifa colocados lado a lado. “Esse é nosso grande trunfo, essa capacidade de expansão enorme que temos. Não sei se há algum porto brasileiro com tanta capacidade de crescer”, diz ele, aí se referindo também à ampliação de movimentação em seus terminais.

No ano passado, Pecém movimentou 19,6 milhões de toneladas, com um crescimento expressivo de quase 15%, mas ainda distante dos 22 milhões de toneladas que movimentou em 2022, seu recorde histórico. Neste primeiro semestre o porto voltou a crescer, com incremento de 10% sobre a movimentação registrada no primeiro semestre de 2024. Com isso, Pecém, um dos portos mais novos do país, já figura entre os 10 maiores terminais privados de cargas e entre os 20 maiores portos do Brasil. Hoje, Pecém é administrado pelo governo do Ceará, que detém 70% de suas ações, em parceria com o Porto de Roterdã, dono dos 30% restantes.



Entre os investimentos programados estão cerca de R\$ 1,2 bilhão que o porto está usando para ampliar sua capacidade de movimentação, como a construção de uma expansão de 350 metros no terminal de uso múltiplo, por onde passam os contêineres, um dos segmentos que mais crescem no porto. Só neste primeiro semestre, a movimentação de contêineres avançou 37,5%, resultado da abertura de novas rotas para a China. “Essas obras também permitirão que ampliemos nosso calado, que já é bastante bom, e possamos receber navios ainda maiores”, diz Quintino.

Dentro desse pacote de investimentos, Pecém, em parceria com a distribuidora Dislub Equador, está investindo mais de R\$ 400 milhões na construção de um terminal de armazenamento e distribuição de combustíveis. O projeto prevê que o porto possa armazenar 130 milhões de litros de combustíveis em seu complexo. Ao mesmo tempo, a Supergasbras está investindo R\$ 1,2 bilhão em um novo terminal de gás liquefeito de petróleo (GLP) e área de armazenagem com capacidade de 62 mil toneladas.

“A partir de 2028 nós daremos um salto na nossa movimentação de cargas com a chegada da Transnordestina, que nos informou que no primeiro ano espera movimentar algo como 6 milhões de toneladas”, diz Max. “Imaginamos que em poucos anos estaremos movimentando 20 milhões de toneladas por Pecém”, afirma Tufi Daher, presidente da Transnordestina Logística, a subsidiária da CSN que constrói a ferrovia e tem direito de operá-la até 2057.



**Max Quintino: “Não sei se há algum porto brasileiro com tanta capacidade de crescer” — Foto: Yan Boechat/Valor**

Mas todos esses números parecem pequenos perto das promessas de investimentos das companhias que estão chegando para instalar gigantescos data centers em Pecém para atender as empresas de tecnologia que atuam com inteligência artificial. Só a Casa dos Ventos tem projetos da ordem de R\$ 150 bilhões para a construção de um complexo de data centers em Pecém. “Isso promete transformar o Ceará, o investimento em data centers vai colocar o Estado na liderança desse segmento e com capacidade de atender o mercado americano por conta de sua proximidade”, diz o presidente da Federação das Indústrias do Ceará e vice-presidente da CNI, Ricardo Cavalcante. “A infraestrutura do século XXI não será mais estradas e ferrovias, serão as linhas de transmissão de energia”, acrescenta.

A Casa dos Ventos pretende investir essa fortuna em Pecém por conta da proximidade do complexo portuário com os cabos submarinos que ligam os Estados Unidos ao Brasil e entram em território nacional exatamente a poucos quilômetros dali, na praia do Futuro, em Fortaleza. No mundo virtual, a distância importa. Quanto mais distante o ponto de emissão de uma informação de seu receptor, maior o tempo para ela viajar. A Casa dos Ventos tem planejada a construção desse complexo de data centers com uma capacidade de processamento de dados que consumiria 876 MW de energia elétrica, uma capacidade próxima do necessário para abastecer uma cidade como São Paulo e seus 12 milhões de habitantes. É muito mais energia do que consome todo o Estado do Ceará. Mesmo com o Estado sendo superavitário - só em energia eólica e solar produz mais de 2,5 GW -, o Ceará não dispõe de redes de transmissão suficientes para atender o projeto da Casa dos Ventos de forma segura, sem o risco de apagões.

Por isso, o Operador Nacional do Sistema permitiu a liberação de “apenas” 300 MW, quantidade suficiente de energia para abastecer uma cidade como Fortaleza. Os planos da Casa dos Ventos são iniciar os investimentos em uma primeira fase, com a aplicação de R\$ 50 bilhões, e, após a liberação de mais energia, concluir a segunda fase com investimentos de outros R\$ 100 bilhões. Boa parte da capacidade de processamento desses data centers terá apenas um cliente: o aplicativo chinês TikTok.

Pecém também planejava ser um grande hub internacional para a produção de hidrogênio verde para ser exportado, prioritariamente, para a Europa. Mas as contingências no fornecimento de energia podem comprometer os projetos orçados em mais de US\$ 60 bilhões que estavam previstos para o complexo portuário. Quintino diz que pretende esperar as negociações entre o Operador Nacional do Sistema e as empresas. “Talvez tenha havido um excesso de confiança, mas acreditamos que os projetos são viáveis e, em Pecém, estamos prontos para recebê-los”, diz ele.

## CORREDORES SUSTENTÁVEIS NO PARANÁ

Por Valor



— Foto: Supen/Divulgação

Desde a semana passada, os motoristas de caminhões que se dirigem ao porto de Paranaguá a partir de cidades no norte e centro do Paraná têm a opção de encher o tanque com biometano em um posto na região de Ponta Grossa (foto), que oferece gás produzido na Central de Tratamento de Resíduos da cidade.

A iniciativa faz parte do projeto Corredores Sustentáveis, idealizado há cinco anos, sob inspiração de ações semelhantes desenvolvidas na Europa, e que tem o objetivo de garantir energia veicular limpa (gás natural ou biometano) no transporte dos produtos paranaenses para outros mercados. As próximas fases do projeto preveem a expansão para outras regiões do Estado.

Fonte: Valor Econômico - SP  
Data: 30/09/2025

## FINALMENTE, TRENS VÃO RODAR NA TRANSNORDESTINA

Operação comercial começa em outubro, de forma limitada, depois de 20 anos de obras

Por Yan Boechat — Para o Valor, de Quixadá (CE)



Depois de quase 20 anos de obras intermitentes, promessas não cumpridas e muito atrito político, a ferrovia Transnordestina vai finalmente receber os primeiros trens em operação comercial a partir deste mês de outubro. Ainda é uma operação tímida, quase irrisória, perto do volume de cargas que a ferrovia deve transportar quando em operação completa, o que só deve acontecer em cerca de dois anos. Ainda assim, é um marco importante de um dos maiores projetos de infraestrutura do país, cujo desenho inicial foi traçado pelo imperador Dom Pedro II no distante século XIX e que teve suas obras iniciadas apenas em 2006, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Agora não tem mais volta, todos os agentes ligados ao projeto estão focados em sua conclusão, os recursos estão garantidos, em 2027 as obras da Transnordestina acabam”, diz o otimista Tufi Daher, presidente da Transnordestina Logística, a subsidiária da CSN que toca as obras e vai explorar a ferrovia pelos próximos 30 anos.

A Transnordestina é um desses emblemáticos projetos de infraestrutura brasileira que atrasam, consomem mais recursos do que o planejado e são alvos de permanentes disputas políticas. Projetada para ligar o interior do Piauí aos portos de Pecém, no Ceará, e de Suape, em Pernambuco,

seu principal objetivo era escoar a crescente produção de grãos da região conhecida como Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), a nova fronteira agrícola que se expandia pelo Cerrado brasileiro no início dos anos 2000. No caminho inverso, as composições deveriam trazer insumos para as áreas de produção agrícola e máquinas, equipamentos e combustíveis para uma esperada industrialização do sertão nordestino. Seriam 1.728 km de trilhos, passando por 80 cidades do Piauí, Pernambuco e Ceará, a um custo de R\$ 4,5 bilhões. A expectativa era de que a obra, uma das maiores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado por Lula em seu primeiro mandato, estaria concluída em 2011.



**Fábrica de rações de Airton Carneiro, em Quixeramobim, deve aumentar 50% a produção — Foto: Yan Boechat/Valor**

Mas nada disso aconteceu. Ao longo dos anos, disputas políticas, contingências orçamentárias e desistências transformaram o traçado da ferrovia, atrasaram as obras em mais de 15 anos e fizeram o orçamento inicial triplicar. Neste momento, não há previsão de a Transnordestina chegar ao Porto de Suape, em Pernambuco - a CSN desistiu desse trecho - e seu traçado final, nesta fase, encolheu para 1,2 mil km, ligando a cidade de Eliseu Martins, no Piauí, ao Porto de Pecém, na área metropolitana de Fortaleza. Mesmo sem o trecho de 600 km que deveria cortar parte do sertão e agreste de Pernambuco até Suape, o custo total da obra vai chegar a R\$ 15 bilhões.

“Essa é a primeira vez que todos os intervenientes públicos estão pensando da mesma maneira. Antes, quando três ou quatro questionavam alguma coisa ou não atuavam em sintonia com a obra, você paralisava toda a engrenagem. Foi o que aconteceu ao longo dos anos”, diz Tufi Daher.

Até agora, a Transnordestina já tem 600 quilômetros prontos para serem operados, entre as cidades de Paes Landim, no Piauí, e Acopiara, no Ceará. Apesar das obras aceleradas, ainda falta contratar cerca de 100 km, o que, segundo a empresa, deve ocorrer neste próximo mês de outubro. No entanto, para a CSN, 75% das obras já estão concluídas. Isso acontece porque a parte mais sensível para a construção da ferrovia está exatamente nas obras de infraestrutura, como pontes, viadutos e, o mais importante, o nivelamento do trecho.



**Sob o sol inclemente do sertão cearense, operários preparam o terreno da ferrovia entre Quixadá e Quixeramobim — Foto: Yan Boechat/Valor**

“Uma ferrovia pode ter uma elevação de apenas 1,5 grau, é muito diferente de uma rodovia, que pode subir e descer morros sem muito problema. Aqui não pode haver essa inclinação”, conta Jocemar Caprini, gerente geral de obras da Transnordestina Logística, um capixaba que nos últimos anos tem se dedicado a construir ferrovias em diferentes

partes do Brasil.

Neste momento, os mais de 4 mil homens que trabalham na Transnordestina estão dedicados exatamente à preparação do terreno para receber os dormentes e os trilhos, a parte final na construção de uma obra como essa. Sob o sol inclemente do sertão cearense, eles erguem pontes, fazem a terraplanagem do terreno e detonam muitas rochas.

“Essa área é caracterizada exatamente pelos afloramentos rochosos, é um desafio porque precisamos fazer todos os dias ao menos seis detonações”, conta Caprini, que teve uma experiência

bastante diferente na duplicação da Estrada de Ferro dos Carajás, em meio à Floresta Amazônica. Além disso, diz ele, há uma escassez de mão de obra na região por conta dos investimentos privados que estão chegando junto com a ferrovia.



**Atualmente, mais de 4 mil homens continuam trabalhando em trechos ainda inacabados da Transnordestina — Foto: Yan Boechat/Valor**

Em Quixeramobim, Airtton Carneiro espera ansioso a ferrovia e, principalmente, o terminal intermodal que está sendo construído na cidade e que deve se tornar um importante porto seco ao longo da Transnordestina. Dono de uma fábrica de rações que atende a bacia leiteira do interior cearense há 70 anos, Carneiro diz que está

produzindo muito menos do que poderia por conta das dificuldades logísticas e de armazenamento. Por dia, mais de 20 carretas chegam a sua fábrica trazendo 500 toneladas de caroço de algodão, milho, farelo de soja e sorgo que serão transformados em alimento para os bovinos e caprinos da região. “Eu não acho que o frete vai mudar tanto assim, mas o volume e a previsibilidade, combinado com um espaço maior de armazenamento, devem ampliar minha produção em ao menos 50%”, diz ele.

As obras do terminal ainda estão começando e a expectativa é que fiquem prontas até meados do ano que vem. O governo federal está liberando linhas de crédito de R\$ 1 bilhão para as empresas que queiram investir numa área de 360 hectares.

Numa segunda fase, a partir de 2027, estrutura alfandegária será instalada no terminal para que o desembarço possa ser feito localmente, tanto para importação quanto para exportação. “A gente já vê um aumento na especulação imobiliária, mas é só o começo, a cidade vai crescer muito com esse terminal”, afirma Carneiro, animado com o ritmo das obras, mas sempre com um pé atrás depois de tantas promessas e tantos atrasos.

Neste mês de outubro os trens ainda não chegarão em Quixeramobim. A fase de testes, ou fase comissionada, como dizem os ferroviários, vai ligar um trecho pequeno e pouca carga será transportada. Pela estimativa da CSN, num primeiro momento serão movimentadas entre 10 mil e 15 mil toneladas entre São Miguel do Fidalgo, no Piauí, até Iguatu, no Ceará, transportando basicamente grãos para abastecer a bacia leiteira do sertão cearense.

“Mas isso é muito experimental, em 2028 a gente já quer estar transportando 4 milhões de toneladas e não só de grãos, assim como fertilizantes, minério, enfim, uma grande diversificação”, diz o presidente da Transnordestina. De acordo com Daher, a expectativa é de que em 2030 esse volume já tenha pulado para 20 milhões de toneladas.

O executivo diz que não há nenhum contratempo à vista, nem mesmo as eleições presidenciais de 2026, que prometem ser bastante acirradas em um cenário cada vez mais polarizado. “Eu tenho certeza que, independentemente de quem estiver no Planalto em 2027, nós vamos concluir essa obra, ela não para mais”, afirma.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 30/09/2025**

## RELATOR DA LDO DEVE RETOMAR 'PEDÁGIO' EM EMENDAS PIX

Percentual sugerido pelo governo é para operacionalização dos repasses  
**Por Beatriz Roscoe, Valor — Brasília**



**Deputado Gervásio Maia (PSB-PB) — Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados**

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Gervásio Maia (PSB-PB), deve retomar o “pedágio” estabelecido pelo governo nas chamadas emendas Pix para operacionalização dos repasses. O percentual, no entanto, será de 0,5% do valor das emendas – inferior ao valor de até 4,5% previsto pelo Executivo no projeto enviado ao Congresso.

Gervásio Maia havia retirado esse trecho do parecer que apresentou, mas após negociação com a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, ele aceitou retomar o dispositivo, estabelecendo o valor de 0,5% que deve ser destinado à pasta. O relator se reuniu com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que também negociou o percentual.

O governo publicou em julho uma portaria conjunta do Ministério da Fazenda e do Ministério da Gestão e Inovação que impõe o pedágio de 1% sobre o valor das chamadas emendas Pix para o custeio dos serviços de operacionalização das emendas. A norma regulamenta trecho da LDO, que autoriza a cobrança de tarifa. Neste ano, com R\$ 7 bilhões em emendas nessa modalidade, o pedágio representou R\$ 70 milhões.

Como o Valor mostrou, antes da portaria ser editada, o Congresso tomou conhecimento da medida e chegou a estudar a derrubada da portaria. Mas, decidiu tratar do tema na LDO. A avaliação de alguns parlamentares é de que o próprio governo é quem deveria encontrar recursos para bancar a operacionalização dos pagamentos. Mas, caso a taxa seja efetiva para acelerar a liberação das emendas, concordariam com o pedágio.

Após questionamentos feitos pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), de falta de transparência nas emendas, o Congresso aprovou atualizações no arcabouço de regras, que impuseram um ritmo mais lento para a liberação dos recursos – já que criou novas etapas burocráticas, como a aprovação de plano de trabalho. Por causa disso, o Executivo tem demorado mais a liberar os recursos, o que têm gerado um clima de insatisfação entre os parlamentares.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 30/09/2025**

## **GOVERNO PRORROGA DIREITO ANTIDUMPING ÀS IMPORTAÇÕES DE LAMINADOS DA CHINA, TAIPE CHINÊS, COREIA DO SUL E UCRÂNIA**

**Por Valor — Brasília**



**Porto de Santos — Foto: Anna Carolina Negri/Valor**

O governo prorrogou, pelo prazo de até cinco anos, o direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de laminados planos de aços inoxidáveis austeníticos e de aços inoxidáveis ferríticos da China e de Taipé Chinês.

O mesmo foi feito à aquisição de laminados planos de baixo carbono e baixa liga da

China, Coreia do Sul e Ucrânia.

As decisões constam de resoluções do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio (Gecex) publicadas nesta terça-feira (30) no Diário Oficial da União (DOU).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/09/2025

## GOVERNO PRORROGA POR 5 ANOS DIREITO ANTIDUMPING ÀS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ALHO DA CHINA

Por Valor — Brasília



— Foto: Divulgação/Porto de Santos

O governo prorrogou, pelo prazo de cinco anos, o direito antidumping definitivo aplicado às importações brasileiras de alhos frescos ou refrigerados, originárias da China. A decisão consta de resoluções do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio (Gecex) publicadas nesta terça-feira (30) no Diário Oficial da União (DOU).

O dumping é uma forma de concorrência desleal, em que um país exporta produtos a preços mais baixos que os do mercado local e, com isso, prejudica a produção do país importador. Quando o dumping é comprovado, o governo pode aplicar uma taxa adicional ou definir uma cota de importação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 30/09/2025

## ARCELORMITTAL FORNECE AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA PARA O SENNA TOWER

Arranha-céu residencial mais alto do mundo, o edifício de 157 pavimentos em construção em Balneário Camboriú contará com soluções inéditas no Brasil

Por ArcelorMittal



**Projeto do arranha-céu Senna Tower representa um marco para o setor da construção civil brasileira — Foto: Divulgação**

A obra do Senna Tower, arranha-céu residencial mais alto do mundo, tem a ArcelorMittal como fornecedora exclusiva de aço de alta resistência e soluções técnicas integradas. Com 157 pavimentos e mais de 550 metros de altura, o projeto está em construção em Balneário Camboriú (SC) e, desde o início, vem impondo à engenharia nacional desafios inéditos.

“O Senna Tower representa um marco para o setor da construção civil brasileira com foco maior em industrialização, racionalização, produtividade e emprego de novas tecnologias na obra. Estamos diante de um projeto que exige o que há de mais avançado em tecnologia de materiais. A participação da ArcelorMittal reafirma o nosso compromisso com a inovação e com o desenvolvimento de soluções que transformam o futuro da construção. Este é mais um exemplo de como o aço pode ser protagonista na construção de obras icônicas da engenharia nacional”, diz Everton Negresio, CEO da ArcelorMittal Aços Longos LATAM.

Maior produtora de aço no Brasil e líder mundial no setor, a ArcelorMittal tem, no Senna Tower, uma participação que vai além do fornecimento de vergalhões, e inclui engenharia aplicada, suporte, desenvolvimento de inovações e integração logística. A FG Empreendimentos responde por

elaboração, realização, incorporação e construção do projeto, que é liderado pela Talls Solutions, empresa do Grupo FG.

“O grande diferencial é a oportunidade de atuar desde a concepção, junto aos projetistas e ao corpo técnico da FG Empreendimentos, o que nos permite entregar soluções mais personalizadas. É um pioneirismo que pode inaugurar uma nova forma de colaboração entre a construção civil e a indústria do aço”, ressaltava Gustavo Canaan, CMO da ArcelorMittal Aços Longos.

Um dos destaques da obra é o uso do vergalhão de alta resistência ArcelorMittal CA70 S AR, uma inovação desenvolvida de forma pioneira em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), que oferece resistência 40% superior ao CA50 convencional. A solução contribui para racionalizar o consumo de aço em grandes estruturas, trazendo mais eficiência, produtividade e sustentabilidade para o setor.

“O ArcelorMittal CA70 S AR faz parte da nossa estratégia de desenvolvimento de produtos de maior desempenho e valor agregado. Com ele, podemos racionalizar o projeto e a execução, sem comprometer a estrutura, e ainda melhoramos a logística, a produtividade e a sustentabilidade da construção”, comenta Antônio Pereira, gerente de Desenvolvimento de Produtos da ArcelorMittal Aços Longos.

### Soluções complementares

A construção do Senna Tower está em fase inicial, com a execução das estacas de teste. Já nesse estágio, o uso deste vergalhão tem sido determinante. “Devido à sua elevada resistência ao escoamento, o produto permite racionalizar a quantidade de barras utilizadas na armadura das estacas, mantendo a capacidade de suporte e otimizando o processo com produtividade e eficiência na montagem”, detalha Pereira.

A ArcelorMittal também disponibilizou ao projeto soluções complementares como serviços de corte e dobra e armadura pronta soldada, que agregam precisão e agilidade na execução. Todo o processo é acompanhado por suporte especializado, com participação ativa junto às equipes da FG Empreendimentos e da Talls Solutions.

“A parceria com a ArcelorMittal garante a robustez e a confiabilidade necessárias para sustentar uma construção de proporções monumentais como o Senna Tower, que representa um novo capítulo na história da engenharia e da construção civil no Brasil. Ter ao nosso lado empresas que são referências globais é essencial para garantir a performance necessária a um projeto dessa magnitude”, afirma Jean Graciola, cofundador e presidente da FG Empreendimentos.

Stéphane Domeneghini, diretora executiva da Talls Solutions e engenheira responsável do Senna Tower, explica que a escolha dos parceiros é uma etapa estratégica e fundamental para o sucesso da obra. “A ArcelorMittal não apenas atende aos mais altos padrões de qualidade exigidos, como também vem acompanhando o projeto desde 2021, contribuindo desde as análises iniciais do design estrutural. Promovemos discussões técnicas aprofundadas e reuniões conjuntas entre os times nacional e internacional, o que elevou o nível das soluções aplicadas à nossa realidade estrutural.”



O arranha-céu tem entrega prevista para 2033. A marca Senna e a artista Lalalli Senna são responsáveis pelos conceitos criativos da torre e do design de interiores. O empreendimento será construído com investimentos da FG em parceria com a Havan.

### Construção do futuro

***Produção do vergalhão ArcelorMittal CA70 S AR na unidade de Piracicaba da ArcelorMittal — Foto: Divulgação***

O vergalhão de alta resistência ArcelorMittal CA70 S AR ainda se destaca pela sustentabilidade. Ao racionalizar o uso de materiais, gerando menos desperdício e otimizando o consumo de aço, o produto contribui diretamente para a redução de emissões de CO<sub>2</sub> e reforça a meta global da companhia de zerar as emissões líquidas de CO<sub>2</sub> até 2050.

A fabricação do produto ocorre nas unidades da ArcelorMittal em Juiz de Fora (MG) e Piracicaba (SP), e depois o produto segue para a central de serviços de Porto Alegre (RS), onde é cortado, dobrado e soldado para garantir a entrega das estacas de 40 metros já pré-armadas com solda, diretamente da fábrica para a montagem. Esse processo diminui o volume de sucata e desperdícios e amplia a produtividade, impulsionando também a descarbonização da obra.

“A industrialização é um caminho sem volta para a construção civil. Já atuamos como protagonistas nesse movimento, substituindo processos artesanais por soluções inovadoras — mais práticas, eficientes e sustentáveis. Criar esse ecossistema com universidades, engenheiros e parceiros é essencial para transformar o canteiro de obras em um ambiente mais produtivo e alinhado ao futuro do setor”, reforça Canaan.

Com unidades industriais em oito estados brasileiros, 20 mil colaboradores e a maior rede de distribuição de aço do país, composta por mais de 100 unidades, a ArcelorMittal também atende segmentos como automotivo, industrial, agro, saneamento, óleo e gás.

Fonte: Valor Econômico - SP  
Data: 30/09/2025

## NO MARANHÃO, PARCERIA PARA RECUPERAR FLORESTA

Cooperação com multinacional vai garantir US\$ 100 milhões para a recuperação de florestas e combate às queimadas

Por Jacilio Saraiva — Para o Valor, de São Paulo



### Maranhão (MA)

Indicador	Valor	Ano
PIB (R\$ milhões)	124.981	2021
PIB per capita (R\$)	20,633	2022
População (milhões)	7,02	2025
IDH	0,676	2021
Gini	0,487	2024

Fonte: IBGE. Elaboração: Valor data

O cuidado com o meio ambiente, a consolidação do Porto do Itaqui como uma das mais importantes portas de saída para exportações, além de investimentos no setor de turismo, são algumas das principais agendas do ano do Maranhão, o único Estado nordestino que integra a Amazônia Legal. Dono de um PIB de R\$ 140 bilhões em 2022, o território representa 14,4% do PIB total da região, segundo a plataforma Amazônia Legal em Dados, iniciativa da rede Uma Concertação Pela Amazônia, baseada em números do IBGE.

Em junho, o governo estadual formalizou uma parceria com a Mercuria Energy Group, multinacional suíça de venda de commodities, que deve garantir US\$ 100 milhões para a recuperação de áreas de floresta e combate às queimadas. Um dos destinos do aporte é o programa Floresta Viva, criado em 2024 com foco no manejo responsável de recursos naturais. A iniciativa beneficia mais de 100 famílias produtoras de espécies nativas, como o açaí, na região de São Bento, a 300 km de São

No Porto do Itaqui, em agosto de 2025, foi o período de maior movimentação mensal da história do complexo portuário. Com 3,8 milhões de toneladas movimentadas, o terminal, considerado uma das principais rotas para exportações de grãos, combustíveis e minérios produzidos no Centro-Oeste e Norte, superou em 7% o desempenho de agosto de 2024.

Segundo dados divulgados pelo porto, de janeiro a agosto foram movimentadas 24,9 milhões de toneladas, um avanço de 8% em

relação ao mesmo período de 2024. A soja puxou o resultado, com alta de 9% e 1,7 milhão de toneladas entregues. Fertilizantes (21%) e ferro gusa (9%) também contribuíram para o desempenho.

### Porto de Itaqui teve em agosto a maior movimentação mensal da história do complexo portuário

“Um dos destaques do Estado é a preponderância do processamento de produtos como alumínio, celulose e ferro”, analisa Carlos Henrique de Sousa, pesquisador do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc). “Isso acontece porque grandes empresas desses ramos operam aqui”, acrescenta.

No turismo, até 2026, são esperados mais de R\$ 500 milhões em investimentos para infraestrutura e programas de capacitação. Em 2024, a região dos Lençóis Maranhenses recebeu da Unesco o título de Patrimônio Mundial Natural. De janeiro a julho, o local recebeu 381 mil visitantes, alta de 37,5% ante o mesmo período anterior.

Fonte: Valor Econômico - SP  
Data: 30/09/2025

### RIO GRANDE DO NORTE SE DESTACA EM ENERGIA EÓLICA

Em 2024, economia potiguar teve a maior expansão em 20 anos, conforme estimativa do Banco do Brasil

**Por Dauro Veras — Para o Valor, de Florianópolis**



O Rio Grande do Norte representa só 0,9% do PIB brasileiro, mas está se tornando um protagonista na transição energética. Em 2024, sua economia cresceu 6,1%, o maior avanço em 20 anos, estima a Resenha Regional do Banco do Brasil. A alta foi sustentada pela fruticultura irrigada, turismo e a geração de energia renovável.

As usinas eólicas do Estado somam 9,9 GW instalados, quase um terço da capacidade brasileira. Com renda per capita 60% menor que a média nacional, o Rio Grande do Norte ocupa a quarta posição em desigualdade de renda, segundo o índice de Gini.

“Nosso desafio é converter esse protagonismo [na geração eólica] em empregos qualificados, maior participação da indústria local e em um ambiente de negócios atrativo para investimentos sustentáveis, afirma a secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Virgínia Ferreira”

### Rio Grande do Norte (RN)

Indicador	Valor	Ano
PIB (R\$ milhões)	80.181	2021
PIB per capita (R\$)	28.409	2022
População (milhões)	3,46	2025
IDH	0,728	2021
Gini	0,525	2024

Fonte: IBGE Elaboração: Valor data

O litoral potiguar se estende por 410 km. A geografia favorece ventos fortes, que sustentam o potencial eólico, e praias de grande apelo turístico, como Pipa, São Miguel do Gostoso e Genipabu. Em 2024, o Estado recebeu 2,3 milhões de visitantes, 6% a mais que em 2023.

Mossoró e o Vale do Assu concentram o agronegócio e os investimentos em energia solar. Em junho, a cidade de Areia Branca recebeu licença prévia para um projeto de energia eólica offshore. O Estado também participa do consórcio nordestino de hidrogênio verde, que tem planos de instalar plantas em Guamaré. Para atender a demanda por profissionais qualificados, o Senai lançou cursos técnicos e de pós-graduação em parceria com instituições britânicas.

Entre os entraves ao desenvolvimento estão limitações logísticas. O Porto de Natal opera com calado restrito e parte das exportações é embarcada por Pecém (CE) e Suape (PE). Há estudos para um novo porto em São Gonçalo do Amarante e a modernização do terminal salineiro de Areia Branca, responsável por 95% do sal brasileiro.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 30/09/2025*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### DRAGAGEM MANTEVE EM 15M PROFUNDIDADE DO CANAL DE SANTOS, DIZ APS

*Da Redação Portos e logística 30/09/2025 - 16:37*



A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou, nesta terça-feira (30), que terminou em setembro, após cerca de dois meses de trabalho, mais uma dragagem no porto organizado santista, incluindo berços de atracação. Segundo a APS, com a retirada dos sedimentos, foi mantida a profundidade no canal de navegação em aproximadamente 15 metros, permitindo acesso de navios de grande porte, da região da Alemoa à Barra, na Ponta da Praia.

A autoridade portuária ressaltou que, com as dragagens, o Porto de Santos vem mantendo o calado operacional e a segurança da navegação. De acordo com a APS, o complexo portuário fica em um estuário que recebe grande volume de sedimentos. Essa condição, informou a empresa, poderia provocar assoreamento, principalmente em razão das chuvas e de eventos oceanográficos de grande intensidade.

A obra recente começou pelo derrocamento de rochas no estuário: “Estamos abrindo caminho seguro para chegarmos aos 16 metros e, na sequência, aos 17 metros de profundidade”, afirmou o presidente da APS, Anderson Pomini. Ele ressaltou que já está sendo iniciado o aprofundamento do canal, o que ele estima que estava pendente há mais de 10 anos.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 30/09/2025*

#### RELATÓRIO DESTACA AVANÇOS DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL E DA MOVIMENTAÇÃO DO TESC EM 2024

*Da Redação Portos e logística 29/09/2025 - 19:14*



O Terminal Portuário Santa Catarina (Tesc) divulgou, nesta segunda-feira (29), seu 3º Relatório de Sustentabilidade, referente ao ano de 2024, no qual relata avanços e resultados nas áreas ambiental, social e de governança (ESG). De acordo com o documento, o Tesc apresentou em 2024 eficiência operacional de 84 toneladas por metro quadrado, com crescimento de 138% em cinco anos, e movimentação de 5,8 milhões de toneladas de carga. O terminal recebeu no período o correspondente a 48% dos navios que atracaram no Porto de São Francisco do Sul.

O relatório informa ainda que em 2024 o Tesc gerou 261 empregos diretos e 600 indiretos e gastou R\$ 200 mil em doações e patrocínios para instituições filantrópicas, programas de educação e de saúde que beneficiaram mais de 400 pessoas. Além disso, com o projeto Aterro Zero evitou que mais de 900 toneladas de resíduos fossem destinadas a aterros sanitários em 2024 e, com o Uniformes do Bem, transformou peças têxteis fora de uso em cobertores doados à comunidade indígena Mbya Guarani, na Aldeia da Reta em São Francisco do Sul.

Em 2024, o Tesc recebeu o Selo Prata do GHG Protocol (Protocolo de Emissões de Gases de Efeito Estufa), padrão internacional para medir e gerenciar as emissões de gases de efeito estufa (GEE), e o Selo Bronze Pró-clima, da Aliança Brasileira de Descarbonização de Portos, que reconhece e incentiva portos que adotam boas práticas ambientais. Segundo a empresa, o documento seguiu as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI Standards 2021) e está alinhado à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/09/2025

## ISENÇÕES AUMENTAM, MAS 74% DAS EXPORTAÇÕES PARA EUA SÃO IMPACTADAS POR TARIFAS EXTRAS, MOSTRA CNI

Da Redação Portos e Logística 29/09/2025 - 19:09



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou, na última sexta-feira (26), uma nota técnica em que informa que 73,8% das exportações brasileiras para os Estados Unidos continuam sujeitas a tarifas adicionais, mesmo após a atualização do anexo de exceções da Ordem Executiva 14.257 do governo norte-americano. Assim, 6.033 produtos brasileiros, de diferentes setores, estão sendo sobretaxados. De acordo com o informativo, antes da revisão da lista de isenções, as tarifas incidiam sobre 77,8% das exportações, alcançando 6.037 produtos.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, disse que ainda é “altíssima” a parcela de exportações afetada, reafirmou a necessidade de negociação entre os governos brasileiro e americano e manifestou otimismo com a possibilidade de um encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o dos Estados Unidos, Donald Trump. “Esperamos que seja o início de uma negociação oficial para reverter esse cenário. A situação que temos hoje não beneficia ninguém”, afirmou.

De acordo com o levantamento, a nova lista incluiu 39 produtos agora isentos das tarifas recíprocas, como minerais críticos, químicos industriais e metais preciosos e de base, e excluiu produtos de cobre, sujeitos à tarifa setorial da Seção 232, além de resinas e silicões. Dos 39 que entraram na relação, 13 foram exportados pelo Brasil em 2024, somando aproximadamente 1,7 bilhão de dólares, equivalente a 4,1% do total vendido para os Estados Unidos. Desses 13, três produtos passam a ser isentos de tarifas adicionais (4% do total exportado aos Estados Unidos): dois tipos de pastas químicas de madeira conífera e não conífera e ferroníquel.

A CNI informou que 10 produtos antes sujeitos à tarifa de 50% agora sofrem taxa adicional de 40%, conforme a Ordem Executiva 14.323, representando 0,1% do total exportado. Destacam-se, segundo a confederação, artigos de metais preciosos, além de níquel, ímãs permanentes, artigos de ouro e grafite natural.

### 84 produtos retirados da lista de isenção

A última ordem executiva americana retirou 84 produtos da lista de isenções estabelecida em abril. Desses, 76 são produtos de cobre, já abrangidos pela Seção 232. Os outros oito códigos, que incluem insumos químicos e plásticos industriais, corresponderam a US\$ 143,8 milhões em exportações brasileiras aos EUA em 2024 e agora passam a estar sujeitas à tarifa adicional de 50% (tarifa recíproca de 10% e tarifa adicional de 40% específica do Brasil).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 29/09/2025

### APS REFORÇA SEGURANÇA CIBERNÉTICA DO PORTO DE SANTOS

Da Redação *Portos e logística* 29/09/2025 - 19:42

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou, nesta segunda-feira (29), que ampliou sua capacidade de defender o Porto de Santos de ataques cibernéticos. Segundo a entidade, a ação é considerada essencial para garantir que as operações e a própria segurança física do complexo fiquem protegidas de invasões a sua rede de dados.

A APS informou que em 2025 investiu R\$ 33 milhões em tecnologia da informação. Uma das ações foi a renovação completa do licenciamento dos equipamentos de defesa do ambiente digital. A autoridade portuária citou como um dos avanços relevantes a ampliação da capacidade de registro e análise de eventos, que proporciona mais rastreabilidade, auditabilidade e agilidade na resposta a incidentes

Outro ponto destacado foi a habilitação de inteligência contra ameaças em tempo real, com serviços que identificam automaticamente sinais de ataques cibernéticos, alertando e protegendo o ambiente da APS com base em dados atualizados globalmente. Além disso, foi ressaltada a possibilidade de detecção proativa de ameaças e surtos de ataques, o que facilita atuação preventiva e automatizada frente a comportamentos considerados suspeitos, malwares ocultos e vulnerabilidades recém-descobertas. Esse recurso usa mecanismos baseados em inteligência artificial e análise comportamental.

A APS informou ainda que em setembro representantes da autoridade portuária participaram em Brasília durante uma semana de treinamento de defesa contra ataques digitais no programa Exercício Guardiã Cibernético, promovido pelo Ministério da Defesa e coordenado pelo Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro. O treinamento reuniu 169 organizações e cerca de 750 participantes de 20 países.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 29/09/2025

### AMAZONAS VAI RECEBER R\$ 1,7 BI DO FMM PARA CONSTRUÇÃO DE 188 EMBARCAÇÕES

Da Redação *Indústria naval* 29/09/2025 - 19:05



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou, nesta segunda-feira (29), em Manaus (AM), a liberação de R\$ 1,7 bilhão do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para a construção de 188 embarcações no Amazonas pelas empresas LHG Mining e Hermasa. Segundo a pasta, as obras vão gerar 10.000 empregos na região. A liberação foi anunciada pelo ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, que participou da entrega das primeiras balsas para transporte de minério de ferro, do projeto da LHG Mining, construídas no Estaleiro Juruá.

Ao todo, serão 128 embarcações previstas para o Amazonas, com investimentos de R\$ 1,36 bilhão. A empresa construirá no total de 400 barcas e 15 empurradores, com investimento de R\$ 4,3 bilhões nos estados do Amazonas, da Bahia, do Pará e de São Paulo. Já a Hermasa será responsável pela construção de 60 balsas graneleiras e dois empurradores, incluindo modelos com capacidade de até duas mil toneladas. O investimento é de R\$ 384,3 milhões, com recursos do FMM.

No evento, no Amazonas, Costa Filho disse que a navegação fluvial é importante para o país, pois reduz a emissão de gases de efeito estufa (GEE), desafogam estradas e mantém a movimentação de caminhões em trajetos mais curtos. Segundo o ministro, cada comboio reúne 16 barcas, e cada

uma dessas embarcações transporta até 50.000 toneladas de minério, o que corresponde a 1.250 caminhões no total.

O ministro participou também da inauguração do porto fluvial de Envira e do anúncio obras de modernização da instalação portuária de Eirunepé, no Amazonas. “As entregas que estamos fazendo hoje estimulam a sustentabilidade, a descarbonização, a redução de custo logístico do Brasil e promovem a geração de emprego e renda no Amazonas”, afirmou Costa Filho.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/09/2025*

### **ACIONISTAS DA SUBSEA 7 APROVAM FUSÃO COM SAIPEM**

**Da Redação Offshore 29/09/2025 - 19:17**

A direção da Subsea 7 anunciou que a assembleia geral extraordinária de acionistas aprovou, na última quinta-feira (25), a proposta de fusão com a Saipem. Além disso, foi aprovado o pagamento dos dois dividendos propostos: um no montante de 450 milhões de euros, equivalente a aproximadamente 18 coroas norueguesas por ação, condicionado à conclusão da fusão e com pagamento previsto imediatamente antes da data efetiva da fusão proposta; outro de 105 milhões de euros, correspondentes a cerca de 4,15 de coroas norueguesas por ação.

Essa distribuição aprovada está relacionada a um desinvestimento comercial permitido, de acordo com o acordo de fusão com a Saipem. Espera-se que a distribuição seja paga após o fechamento da transação ou imediatamente antes da data efetiva da fusão.

A empresa informou ainda que as datas dos pagamentos dos dividendos propostos serão informadas assim que forem fixadas. A ata da assembleia geral extraordinária, que detalha as deliberações aprovadas e o resultado das votações relativas a cada deliberação, pode ser encontrada no site da companhia.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 29/09/2025*

### **RECEITA RETÉM COMBUSTÍVEIS EM DOIS NAVIOS EM NOVA FASE DA OPERAÇÃO 'CADEIA DE CARBONO'**

**Da Redação Portos e Logística 29/09/2025 - 19:40**



Equipes da Receita Federal, com apoio da Marinha, apreenderam, na última sexta-feira (26), 91 milhões de litros de óleo diesel, avaliados em mais de R\$ 290 milhões, e cerca de 115 toneladas de compostos químicos usados como aditivos para combustíveis, que eram transportados por navios que traziam a carga do exterior para armazenagem no Rio de Janeiro e em São Paulo. A apreensão fez parte segunda fase da operação 'Cadeia de Carbono', e os produtos retidos serão submetidos a perícia técnica para avaliação de sua composição e características.

Além disso, a Receita Federal apoiou equipe da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em investigação para verificar se a refinaria que receberia os produtos atua de acordo com a regulação do setor. O objetivo é apurar se a empresa simula vendas de produtos importados, emitindo notas fiscais e conhecimentos de transporte fraudados.

Estão sendo investigadas também a possibilidade de ocultação dos reais beneficiários das operações de comércio exterior realizadas por empresas que buscam burlar controles e registros aduaneiros, a inconsistências na prestação de informações sobre importação de petróleo e derivados e sobre produção e venda de combustíveis. Além disso, serão analisados os fluxos financeiros e a origem dos recursos empregados nas operações sob fiscalização.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 29/09/2025

### AUMENTO DO CALADO PARA 13,30M ELEVA POTENCIAL OPERACIONAL DO PÍER CATTALINI

Da Redação *Portos e logística* 29/09/2025 - 19:15



A Cattalini Terminais Marítimos anunciou a ampliação, de 13,10 metros para 13,30m, do calado do berço externo do seu píer provado no Porto de Paranaguá, no Paraná. Com isso, a empresa passou a ter condições de operar com navios da classe LR1 e aumentou sua capacidade de movimentação em aproximadamente 1.500 toneladas de granéis líquidos por embarcação.

Segundo a empresa, o berço externo do píer Cattalini pode receber navios de até 229 metros de comprimento e com capacidade de até 70 mil toneladas de porte bruto. Já o

berço interno, com calado de 12,5m, é preparado para embarcações de até 190 metros de comprimento e capacidade de 50 mil toneladas de porte bruto.

O píer conta com sistema de monitoramento de atracação a laser, capaz de registrar dados durante a aproximação dos navios. Num painel numérico, o sistema informa em tempo real a velocidade e a distância do navio em relação ao berço de atracação, auxiliando práticos e rebocadores a executarem as manobras.

Além disso, semáforos com luzes verde, amarela e vermelha orientam visualmente os limites de velocidade para a atracação. A estrutura possui ainda dolphins, defensas, cabeços de amarração e cabrestantes que ampliam a capacidade de receber navios com maior potencial de carga.

O píer é equipado também com sistemas de monitoramento ambiental e meteorológico, que fornecem em tempo real informações sobre correntes marítimas e ventos. E conta ainda com um marégrafo homologado pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), que acompanha o nível e o comportamento das marés, e uma plataforma que fornece previsões meteorológicas com até sete dias de antecedência.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 29/09/2025

### WILSON SONS INAUGURA NOVA ESTRUTURA DO CT E DA CENTRAL DE REBOCADORES EM SANTOS

Da Redação *Portos e logística* 26/09/2025 - 22:47



A Wilson Sons inaugurou, na última quinta-feira (25), a nova estrutura do seu centro de treinamento com simulador de manobras de rebocadores em Santos (SP). A empresa informou que o simulador foi aprimorado e será usado para treinar comandantes das embarcações da companhia e outros marítimos em procedimentos de segurança e uso de tecnologias de ponta. Esses profissionais atuam na frota de mais de 80 rebocadores da empresa, que operam em mais de 25 portos ao longo da costa brasileira.

O treinamento no simulador capacita os comandantes com foco na segurança e eficiência das operações. Além disso, permite analisar e aprimorar inclusive as manobras de navios de grande porte, como os de 366 metros de comprimento, que passaram a operar em portos do litoral brasileiro, contribuindo assim para reduzir as restrições operacionais nos mesmos.

A empresa também destacou como diferencial tecnológico a análise de cenários, a capacidade de simular diversos ambientes permitindo testar e desenvolver soluções para diferentes desafios portuários enfrentados, no país, com simulações personalizadas para cada porto.

“A tecnologia do novo simulador de manobras reforça nossa estratégia de inovação. É uma ferramenta que eleva a segurança e a eficiência das nossas operações, contribuindo para o crescimento do setor portuário brasileiro e para a competitividade da cadeia logística mundial”, afirmou o diretor de operações de rebocadores da Wilson Sons, Rodrigo Bastos.

O novo endereço do simulador fica no Edifício Palazzo, na Avenida Ana Costa, em Santos (SP). No mesmo local já estava instalada a central de operações de rebocadores (COR) da Wilson Sons, que iniciou em 2011 o monitoramento em tempo real da frota de rebocadores da companhia. Por meio de uma rede de antenas, distribuída ao longo da costa brasileira, que captam sinal de AIS (Sistema de Identificação Automática) emitido por embarcações como rebocadores e navios. “Esse monitoramento contínuo garante a máxima eficiência dos nossos ativos e adiciona uma importante camada de segurança às manobras”, explicou Pedro Lima, gerente de frota e operações da Wilson Sons.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 26/09/2025*

### **COM UMS, EAS SE APROXIMA DE 80 REPAROS ENTREGUES EM MENOS DE 5 ANOS** *Por Danilo Oliveira Indústria naval 26/09/2025 - 21:46*



Estratégia adotada pelo estaleiro no final de 2020 atraiu armadores de cabotagem e de apoio marítimo, além de diversificar serviços em ativos offshore

O Estaleiro Atlântico Sul (PE) se aproxima da marca de 80 reparos entregues a seus clientes em menos de cinco anos, considerando os contratos firmados desde o final de 2020, quando o EAS adotou a estratégia de fortalecer a oferta de serviços em suas instalações. No último dia 11 de setembro, o estaleiro localizado em Ipojuca entregou a Unidade de Manutenção e Segurança (UMS) Reliance I, da GranEnergia. Foi a 8ª

embarcação entregue este ano e a 78ª unidade nesse período.

As docagens e atracções de embarcações realizadas do final de 2020 até agora incluem desde contêineres e graneleiros a dragas, tankers e PSLVs (lançamento de linhas), navios de produtos químicos, entre outros tipos de navios e ativos offshore. De acordo com o EAS, os principais clientes são armadores de cabotagem que operam na costa brasileira, além de empresas do setor de petróleo e gás, que demandam serviços para barcos de apoio marítimo, plataformas, floteis e sondas.

A embarcação da GranEnergia, do tipo UMS, foi projetada para serviços de acomodação, com capacidade para 500 pessoas e suporte a plataformas offshore, passou por um processo de revitalização para ser incorporada à frota da GranEnergia, que passará a operar para a Petrobras. A avaliação do EAS é que essa entrega do Reliance comprova a capacidade do estaleiro para reparação de embarcações de grande porte, do segmento offshore e de alta complexidade.

O projeto, segundo o EAS, incluiu um reparo de classe completo, manutenção dos propulsores e melhorias nas acomodações. O estaleiro reformou os anchor racks, instalou o sistema de tratamento de lastro (BWTS, na sigla em inglês) e fabricou nova plataforma de acesso e berço de descanso do gangway.

Durante a 19ª Navalshore, o CEO do EAS, Roberto Brisolla, disse à Portos e Navios que a estratégia de diversificar e se especializar em algumas atividades vem ajudando na recuperação financeira do estaleiro e na manutenção de uma 'espinha dorsal' de mão de obra própria da equipe.

Atualmente, o EAS conta com aproximadamente 400 pessoas em seu quadro fixo, focadas em reparo, e com um quadro flutuante de outras 100 a 300 pessoas que podem ser mobilizadas mais prontamente. Grande parte do banco de profissionais treinados pelo EAS participou do último ciclo da construção naval e retornou ao estaleiro nos últimos anos.

O CEO considera que o EAS conseguiu se tornar alternativa e captar armadores de cabotagem que antes levavam seus navios para reparos na Europa ou na Ásia. "Nos consolidamos como um grande estaleiro de reparo no Brasil para atender embarcações de maior porte que antes não podiam ser atendidas aqui por falta de estaleiro ou de infraestrutura capaz de suprir", afirmou Brisolla.

Uma das estratégias adotadas em 2025 pelo EAS, que foi projetado vocacionado para construção naval, é o uso do Goliath para o içamento de embarcações para o reparo, sem a necessidade de ocupar o dique. Esse guindaste tem capacidade grande para içar embarcações do porte de barcos de apoio para reparo. "Nosso plano de entrada no reparo se consolidou e hoje é um business estável no estaleiro e temos diversificado, buscando melhorar produtividade para melhorar a rentabilidade", celebrou o executivo.

Brisolla lembrou que o EAS interrompeu a construção de navios em 2019, devido à falta de encomendas no setor naval naquele período, e frisou que, com cinco anos de reparo, já foi possível formar um cluster de fornecedores que atendem demandas mais contínuas de reparo, como serviços especializados e materiais solicitados continuamente. Ele ressaltou que grande parte das atividades é feita com mão de obra própria do estaleiro, que praticamente não subcontrata serviços de terceiros. "Quando aquece a atividade, a economia local começa a se desenvolver para suprir", afirma Brisolla.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 26/09/2025*

## LEILÃO PARA CONCESSÃO DE TRAVESSIAS HIDROVIÁRIAS DE SP SERÁ DIA 13 DE NOVEMBRO

*Da Redação Navegação 26/09/2025 - 18:59*



O governo do estado de São Paulo marcou para o próximo dia 13 de novembro, na Bolsa de Valores do Brasil (B3), em São Paulo, o leilão para concessão das travessias Sebastião-Ilhabela, Santos-Vicente de Carvalho, Santos-Guarujá, Bertioga-Guarujá, Cananéia-Continentes, Cananéia-Ilha Comprida, Cananéia-Ariri, Iguape-Juréia, Bororé-Grajaú, Taquacetuba-Bororé, João Basso-Taquacetuba, Porto Paraitinga, Porto Varginha e Porto Natividade da Serra. O prazo de concessão será de 20 anos, com investimentos estimados em R\$ 2,5 bilhões, pelo sistema de Parceria Público Privada (PPP).

Entre as exigências incluídas no edital está a substituição da frota atual por 45 embarcações maiores, das quais 41 com motores elétricos, construção e padronização de terminais com climatização, banheiros acessíveis e áreas de alimentação e informação. Os vencedores terão que manter as mesmas tarifas cobradas atualmente, além das gratuidades já praticadas.

Segundo o governo paulista, as travessias hidroviárias do estado transportam, em média, 11 milhões de passageiros e 10 milhões de veículos por ano. A expectativa é de, com embarcações maiores e mais modernas, reduzir as filas e o tempo de viagem, inclusive na época de alta temporada.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 26/09/2025*



### PARANAGUÁ AMPLIA LINHA DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS COM CHEGADA DE NAVIO GREGO

Da Redação *Portos e logística* 26/09/2025 - 20:11



A Portos do Paraná, empresa que administra os terminais portuários públicos paranaenses, anunciou nesta sexta-feira (26) que o navio de bandeira grega *Neptune Hellas*, especializado no transporte de veículos e cargas rolantes, aportou na última quarta-feira (24) no Porto de Paranaguá, em sua primeira viagem fora da Europa. A embarcação, informou a empresa, passou pela Argentina e, depois da escala em Paranaguá, seguiu para paradas nos portos de Santos, em São Paulo, e do Rio de Janeiro. O navio *roll on-roll off*, da armadora Neptune Lines, trouxe 355 carros para desembarque e recebeu outros 201

veículos para exportação.

Segundo a Portos do Paraná, a empresa grega é a quinta a operar linha fixa de transporte de veículos no Porto de Paranaguá. O consultor da Neptune Lines, Eric Berthelot, explicou que as escalas do *Neptune Hellas* em Paranaguá serão, inicialmente, mensais, mas que existe previsão de aumentar a frequência para duas paradas a cada mês.

Ele acrescentou que a localização do porto paranaense, próximo a diversas montadoras de veículos, foi uma das principais vantagens avaliadas pela empresa grega para iniciar a nova rota. Berthelot afirmou ainda que outros diferenciais foram as condições oferecidas pelo terminal. “O Porto de Paranaguá é muito atrativo em termos de organização e oferece muitos incentivos aos próprios armadores, com facilidade de acondicionamento das cargas, se comparado a outros portos”, disse. A movimentação foi feita pela empresa Ascensus Gestão e Participações, responsável por uma das áreas reguladas do porto organizado, com 74,1 mil metros quadrados e capacidade estática para 4.000 veículos. “É um novo serviço que coloca Paranaguá, mais uma vez, na rota de diferentes segmentos. É mais uma linha de navios de veículos atracando por aqui”, disse o diretor de operações da Portos do Paraná, Gabriel Vieira.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 26/09/2025



### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : *InforMS*

Data: 30/09/2025